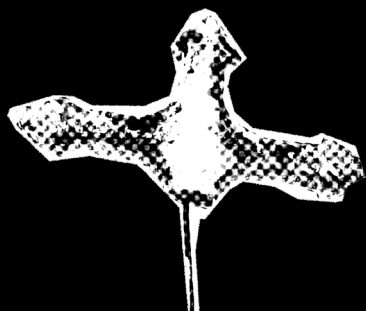




CEMITÉRIO DO ANTIGO ASILO COLÔNIA AIMORÉS

O patrimônio
difícil na
reconstrução da
memória

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

CEMITÉRIO DO ANTIGO ASILO COLÔNIA AIMORÉS

O patrimônio difícil na reconstrução da memória

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo
e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura,
Artes, Comunicação e Design da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
UNESP, câmpus de Bauru, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo.

Discente: Camila Ayra Mori

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Benincasa.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

M854c

Mori, Camila Ayra

Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés : o patrimônio difícil na reconstrução da memória / Camila Ayra Mori. -- Bauru, 2023

167 p. : il., tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Vladimir Benincasa

1. Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés. 2. asilos colônias. 3. hanseníase. 4. patrimônio difícil. 5. memória. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho às mais de 3 mil pessoas enterradas no Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, sem direito à memória.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, aqui, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho e, sobretudo, de anos de graduação. Este obrigada é sincero.

À minha pequena grande família, minhas queridas irmãs Arissa e Bubu, pelo mais verdadeiro amor. Através de vocês encontrei forças para viver e para seguir. Obrigada por acreditarem em mim sempre, até quando eu não acreditava.

À minha Batchan, que desde a infância cuida de mim. Obrigada por continuar cuidando de mim, ainda hoje.

Ao professor Vladimir Benincasa, orientador deste trabalho, a quem ouvir é um verdadeiro prazer. Obrigada por aceitar orientar este trabalho.

À professora Kelly pelas críticas que muito ajudaram na progressão deste trabalho nas bancas de Caderno de Dados e de Qualificação. Obrigada por todas as reflexões iniciadas com o LAUP IX.

À minha equipe de universidade, Hiro, Lara e Laura, pelos cinco anos cheios de trabalhos, reflexões e (muita) alegria. Mais do que tudo, obrigada pela amizade.

À Júlia, minha querida, por fazer de Bauru e todo o resto tão mais brilhante. Obrigada por ser você.

A todas as pessoas associadas à história do antigo Asilo Colônia Aimorés – ex-internos, familiares, funcionários e outros –, que ajudaram e que compartilharam partes de suas histórias para este trabalho. Um agradecimento especial para Jaime Prado, por não deixar que apaguem o nome das pessoas que viveram e morreram lá.

Obrigada.

Não está no tempo sucessivo
mas nos reinos espectrais da memória.
Como nos sonhos
atrás das altas portas não há nada,
nem sequer o vazio.
Como nos sonhos,
atrás do rosto que nos contempla não há ninguém.
[...]

Essas misérias são os bens
que o precipitado tempo nos deixa.

Somos nossa memória, somos esse quimérico museu de formas
inconstantes,
Esse montão de espelhos quebrados.

JORGE LUIS BORGES

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, compreendido no contexto sócio-histórico das ações de profilaxia da hanseníase no estado de São Paulo dos séculos XIX e XX e do recente projeto de tombamento dos remanescentes asilares pelo CONDEPHAAT. A análise sobre o Cemitério fundamentou-se na articulação entre os conceitos de patrimônio difícil, paisagem e memória, como registros fundamentais de uma sucessão histórica que definiu o território paulista. A justificativa parte do estado de abandono do espaço funerário – que é um fragmento excluído do perímetro de tombamento estabelecido pelo órgão estadual do patrimônio –; a falta de reconhecimento do valor patrimonial do bem sobre os remanescentes do complexo asilar; a ausência de documentação oficial sobre o sítio; e o anonimato póstumo que configura a paisagem do Cemitério por túmulos não identificados. Então, uma série de inquietações orientaram o desenvolvimento do trabalho: Quem foram estas pessoas? Quais foram os seus nomes? Quais foram as suas dores? A experiência da dor deve estar ancorada no espaço? Essa memória deve ser preservada? No Cemitério, como enuncia o pórtico de entrada, realmente terminam as dores da vida? Com o objetivo de incorporar na identidade do território paulista a memória que reconhece também a dor como parte fundamental do processo de compreensão histórica, identitária e social, o trabalho propõe um ensaio projetual que compreende o patrimônio difícil na reconstrução da memória.

Palavras-chave: Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés; asilos colônias; hanseníase; patrimônio difícil; paisagem; memória.

ABSTRACT

This essay has as its object of study the Cemetery of the former Asilo Colônia Aimorés, understood in the socio-historical context of leprosy prophylaxis actions in the state of São Paulo in the 19th and 20th centuries and the recent project to list the remaining asylums by CONDEPHA-AT. The analysis of the Cemetery was based on the articulation between the concepts of difficult heritage, landscape and memory, as fundamental records of a historical succession that defined the territory of São Paulo. The justification stems from the state of abandonment of the funerary space – which is a fragment excluded from the listed perimeter established by the state heritage body –; the lack of recognition of the heritage value of the asset over the remnants of the asylum complex; the absence of official documentation about the site; and the posthumous anonymity that configures the Cemetery landscape through unidentified tombs. So, a series of queries guided the development of the work: Who were these people? What were their names? What were your pains? Should the experience of pain be anchored in space? Should this memory be preserved? In the Cemetery, as the entrance states, do the pains of life really end? With the aim of incorporating into the identity of the São Paulo territory a memory that also recognizes pain as a fundamental part of the process of historical, identity and social understanding, this essay proposes a project that understands the difficult heritage in the reconstruction of memory.

Key-words: Asilo Colônia Aimorés's Cemetery; leprosary; leprosy; difficult heritage; landscape; memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	016
1. ASILOS COLÔNIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	020
1.1 Origem de um mal	021
1.2 Ações de profilaxia da hanseníase no Brasil	023
1.3 Modelos de asilos colônias paulistas	024
1.4 Urbanismo das cidades do século XIX	025
1.5 Configuração do espaço como supressor da vida	026
2 ASILO COLÔNIA AIMORÉS	031
2.1 Aspectos históricos	031
2.2 Aspectos sócio-culturais de um passado traumático	033
2.3 Aspectos morfológicos	036
2.4 Patrimonialização do antigo Asilo Colônia Aimorés	057
3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DIFÍCIL: CONTEXTO DA EX-REDE DE PROFILAXIA DA HANSENÍASE	062
3.1 Patrimônio difícil	063
3.2 Cemitérios são lugares de memória	068
3.3 Políticas governamentais de patrimonialização dos cemitérios	070
3.4 Tombamento como prática reparatória da memória da dor	075
4 CEMITÉRIO DO ANTIGO ASILO COLÔNIA AIMORÉS	082
4.1 Aqui terminam as dores da vida?	083
4.2 Identificação tipo-morfológica da paisagem	088
4.3 Memórias do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés	109
4.4 Apropriação do espaço	116
5 AQUI NÃO TERMINAM AS DORES DA VIDA	122
5.1 Preservação do patrimônio	124
5.2 Educação patrimonial	128
5.3 Turismo cultural	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A	158

INTRODUÇÃO

damentais de uma sucessão histórica que define o território:

Esse tombamento amplo permite o reconhecimento de locais que, de certo modo, materializaram “[...] estigmas socioculturais revestidos de bases científicas.” e que, indubitavelmente, indicam uma importante ampliação do conceito de bem cultural. [...] O objetivo geral foi preservar os antigos asilos-colônia não como exemplares isolados, mas como marcas de uma prática que definiu o território do interior do estado bem como as formas de percepção e de profilaxia da doença. (Meneguello; Borges, 2018, p. 347-353)

Atualmente, contudo, pesquisas que relacionam estes espaços à patrimonialização se limitam pela pouca documentação ou nenhuma documentação. Apagada da história oficial porque indesejada desde a sua origem, “Nada ou quase nada se sabe sobre os aspectos arquitetônicos, vestígios e documentos que ainda guardam e que poderiam constituir uma memória sobre a saúde e assistência pública [...] no Brasil, bem como sobre seus usuários.” (Serres, 2015 *apud* Meneguello; Borges, 2018, p. 356).

No contexto dos cemitérios, esses vazios assumem complexidade acentuada – parte dos túmulos dos antigos asilos colônias estão sem identificação, assim como as instituições responsáveis não dispõem de documentação sobre as pessoas sepultadas. Neles, são comuns túmulos violados, com ossadas expostas e ornamentação depreda-

da que assinalam a pouca manutenção e vigilância. Enquadram-se, a esta condição: o Cemitério Reino das Rosas da antiga Colônia Santa Isabel, em Betim - MG, tombado pelo Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultura (IMPHIC)³; o Cemitério do antigo Asilo Colônia Pirapitingui, em Itu - SP, tombado pelo CONDEPHAAT⁴; o Cemitério da Paz do antigo Hospital Colônia de Barbacena, em Barbacena - MG⁵; e, não tombado por nenhum órgão do patrimônio, o Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, em Bauru - SP.

Este Trabalho Final de Graduação (TFG), intitulado **Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés: o patrimônio difícil na reconstrução da memória**, possui como objeto de estudo o citado cemitério, localizado no atual Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL), em Bauru. A primeira interação com o espaço funerário aconteceu em maio de 2022, durante uma visita técnica programada para o desenvolvimento de um trabalho didático da disciplina de Patrimônio Cultural II, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Rosio Fernández Baca Salcedo. Nela, o anonimato póstumo sobre o objeto de estudo demonstrou-se como justificativa central para a discussão do bem imóvel como patrimônio que compreende a experiência da dor das ações de profilaxia no estado de São Paulo.

Diante da potencialidade do tema, este persistiu como argumento na disciplina de Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo IX - Projetos e Estudos Multidisciplinares (LAUP IX), e agora, no

presente trabalho, orientado pelos conceitos de patrimônio difícil, paisagem e memória.

Cemitérios são, por natureza, registros abertos da memória. Nome, data e memória se encravam nas pedras dos espaços da morte como privilégio daqueles que foram em vida. Para os indesejados – indigentes, inimigos políticos, doentes, pessoas escravizadas, etc. –, o **anonimato póstumo** se registra como tácito lembrete da barbárie. O Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, único fragmento do remanescente não tombado pelo CONDEPHAAT, em crítico estado de abandono, encerra a caminhada da vida à morte com lacunas: “Aqui terminam as dores da vida” (do latim “*Hic finis doloris vitae*”), enuncia o pórtico do sítio cavado por túmulos não identificados.

O espaço, então, desperta a possibilidade de humanização do incógnito da morte – “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial [...] nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse” (Halbwachs, 1990, p. 144). Quem foram estas pessoas? Quais foram os seus nomes? Quais foram as suas dores? A experiência da dor deve estar ancorada no espaço? Essa memória deve ser preservada? **Aqui terminam as dores da vida?** Essas são interrogações que emergem do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, à procura de resposta.

Através da observação da paisagem e

Processo nº 72097/14; o A.C. Cocais (1932), atual Centro de Reabilitação de Casa Branca em Casa Branca, pelo Processo nº 72140/14; e o A.C. Aimorés (1933), atual Instituto Lauro de Souza Lima em Bauru (ILSL), pelo Processo nº 28728/91.

³ Disponível em: <http://imphic.ning.com/forum/topics/coloniasantaisabel>. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁴ Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/antigo-asilo-colonia-pirapitingui-atual-hospital-dr-francisco-ribeiro-arantes/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁵ Indisponibilidade de acesso ao Decreto nº 3.908/1996, de tombamento do complexo.

¹ Meneguello e Borges (2018) associam o conceito de memória difícil às políticas reparatórias de estados de exceção: “[...] o patrimônio não deve ser apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana, mas uma percepção que atravessa o social por meio do dever de memória em relação a vítimas de crimes de Estado.” (Idem, p. 346).

² Estão protegidos: o A.C. Santo Ângelo (1928), atual Complexo Hospitalar Arnaldo Pezzuti Cavalcanti em Mogi das Cruzes, pelo Processo nº 72143/14; o A.C. Padre Bento (1931), atual Complexo Padre Bento em Guarulhos, pelo Processo nº 33189/95; o A.C. Pirapitingui (1931), atual Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes em Itu, pelo

da contribuição da história oral, o trabalho resultou na criação de um projeto embasado nos princípios de Preservação do Patrimônio, Educação Patrimonial e Turismo Cultural. O objetivo é incorporar à identidade do território a memória que reconhece a dor como parte fundamental do processo de compreensão histórica, de justiça social.

Metodologicamente, este TFG compreendeu uma abordagem multidisciplinar baseada na revisão teórica da literatura existente; pesquisa documental através da consulta de documentos originais de órgãos públicos e semiprivados; e visita de campo ao Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés. Diante da ausência de documentação oficial, entrevistas com ex-internos, familiares, funcionários e outros associados à história do Aimorés auxiliaram na reconstrução da memória coletiva do Cemitério através da história oral. Essa participação não apenas preencheu lacunas significativas do espaço, mas também estabeleceu uma rede de colaboração para pesquisas futuras.

O TFG estrutura-se por:

Introdução, que sintetiza conceitualmente as ações de preservação estadual da antiga rede paulista de profilaxia da hanseníase, conectando-as com os desafios dos espaços funerários dentro desse contexto.

Capítulo 1 (“Asilos colônias no estado de São Paulo”), que apresenta uma revisão da literatura, delineando o contexto sócio-histórico que envolve a hanseníase no Brasil do século XIX. Exploram-se os

discursos da medicina social da época, que não apenas institucionalizaram a doença, mas também ampliaram os estigmas da antiga “lepra”.

Capítulo 2 (“Asilo Colônia Aimorés”), que identifica o exemplar do modelo paulista, o Asilo Colônia Aimorés, em uma análise de seus aspectos históricos, socioculturais, físico-geográficos e morfológicos, fundamentados no critério que compreende o cemitério como não isolado de seu contexto aproximado.

Capítulo 3 (“Preservação do Patrimônio Difícil: Contexto da Ex-rede de Profilaxia da Hanseníase”), que explora a inserção dos cemitérios na política de patrimonialização das cidades contemporâneas. Focando no conceito de “patrimônio difícil”, a análise considera a experiência do CONDEPHAAT, órgão responsável pelo tombamento da ex-rede paulista de profilaxia da hanseníase, refletindo sobre o tombamento dos cemitérios das antigas colônias como uma forma de política reparatória.

Capítulo 4 (“Cemitério do Antigo Asilo Colônia Aimorés”), se concentra no Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, objeto central deste trabalho. Diante da escassez de documentação existente sobre o espaço funerário, este capítulo propõe uma interconexão entre paisagem e memória, reconstruindo os significados do cemitério.

Capítulo 5 (“Aqui não terminam as dores da vida”), que transcende a investigação teórica para um ensaio projetual, de-

talhado neste capítulo.

E, finalmente, as **Considerações finais** expõe as considerações finais e reflexões que surgiram durante o desenvolvimento deste trabalho.

O TFG, portanto, mostra-se como uma contribuição à temática do patrimônio difícil no Brasil. Os resultados poderão servir como fonte de dados para pesquisas futuras, criando-se uma rede de colaboração que permita suprimir, de pouco a pouco, as lacunas que envolvem as memórias dos ex-internos do antigo Asilo Colônia Aimorés, simbolizadas não somente pelas edificações da “cidade” simulada em vida, mas também na morte de uma existência continuamente ignorada pela história oficial.

1

ASILOS COLÔNIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

1.1 Origem de um mal

A patrimonialização dos remanescentes da ex-rede de profilaxia da hanseníase no estado de São Paulo engloba uma abordagem multidisciplinar inseparável do tema. Antes da discussão sobre os conceitos de patrimônio que compreendem as potencialidades dos lugares associados à memória da dor como determinadores não isolados do território paulista, é preciso identificar o contexto sócio-histórico que abrange o objeto de estudo. Diante disso, este capítulo apresenta a revisão da literatura aplicada na observação da doença institucionalizada no Brasil do século XIX, por discursos da medicina social que ampliaram os estigmas da antiga “lepra”.

O doente era acompanhado em uma procissão até a igreja, ao canto de “Libera-me”, como para um morto. [...] Com uma pele na mão, o padre pegava três punhados de terra do cemitério, que colocava na testa do leproso, dizendo: “Meu amigo, é sinal de que estás morto para o mundo [...]”. (Auvray, 2005, p. 13 *apud* CONDEPHAAT, 2009b, p. 284, grifo nosso)

A **hanseníase** – doença infectocontagiosa provocada pela bactéria *Mycobacterium leprae* –, por acometer o sistema nervoso periférico humano, se desenvolve na alteração gradual da sensibilidade térmica, dolorosa e tátil da pele. Apesar de curável,

⁶ No Antigo Testamento da Bíblia, os termos “lepra” e “leprosos” são citados 54 vezes (Scliar, 2006 *apud* CONDEPHAAT, 2009b). Especialmente em trechos do Levítico – livro que organiza leis de ordem espiritual, moral e legal –, a pureza se define como expressão simbólico-cultural da santidade, em contraposição às doenças de afecção dermatológica.

o diagnóstico tardio e o tratamento inadequado têm, ambos, potencial de provocar lesões cutâneas capazes de evoluir para a incapacidade física permanente do portador do mal de Hansen.

Anterior à própria existência da ciência como uma instituição cultural reconhecida, a hanseníase, outrora “lepra”, representou imagens construídas por diversas sociedades, através da associação de perfis físico-psicológicos com critérios de moralidade religiosa (Gandra Jr., 1970 *apud* Costa, 2008). Essas manifestações na pele, o maior órgão do corpo humano, possuíam, portanto, um impacto visual expressivo sobre a percepção do doente por outros, conforme o conceito de **estigma** explorado por Erving Goffman (1988):

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. [...] Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico [...] mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. (Goffman, 1988, p. 5, grifo nosso)

Consequentemente, para além dos problemas que acompanham qualquer do-

ença de origem socioeconômica, sublinha-se, neste caso, o impacto psicológico que as sequelas físicas da hanseníase causam sobre o seu portador. A relação que caracteriza o estigma é confirmada nos confrontos entre a identidade social “virtual” do indivíduo com a sua identidade social “real”. À sombra destes estigmas, o doente torna-se um corpo estranho, indesejável. Deixa de ser pessoa, reduzido às categorias de “gafeirento”, “gafo”, “lazarado”, “lazarento”, “lázaro”, “leproso”, “macoteno”, “morfeico”, “morfético”.

Essas relações, contudo, não eram exclusivas dos povos influenciados pelas escrituras bíblicas (Claro, 1995 *apud* Costa, 2008). China, Japão e Índia, por exemplo, associavam o pecado com a exposição de doenças, a hereditariedade e as vidas passadas, respectivamente, restando à Bíblia⁶, a reprodução de estigmas já consagrados:

O homem atingido de lepra andarà com as vestes rasgadas, os cabelos soltos e a barba coberta, gritando: ‘Impuro! impuro!’. Durante todo o tempo em que estiver contaminado de lepra, será impuro. Habitará a sós e terá sua morada fora do acampamento. (Levítico, cap. 13, ver. 45-46, grifo nosso)

Na sociedade ocidental cristã, durante a Idade Média, mantém-se o estigma da “lepra” como punição divina (Costa, 2008). O indivíduo com hanseníase, assim, adquiriu o *status* de aberração a ser excluído do convívio em sociedade é levado a todas as regiões onde o cristianismo se fez presente nos séculos futuros, inclusive ao Brasil.

1.2 Ações de profilaxia da hanseníase no Brasil

No século XIX, decorrente do rápido crescimento populacional das cidades, no período pós-Revolução Industrial, o emergente sistema capitalista predispôs condições de vida precárias à classe trabalhadora, transformando bairros proletários em ambientes propícios para a disseminação da hanseníase. Nesse mesmo período, em função das expedições neocoloniais, atribuiu-se a responsabilidade controversa do ressurgimento de epidemias pelas populações colonizadas do Novo Mundo⁷.

No contexto brasileiro, segundo Flávio Maurano (1939), a notável ausência de registros de doenças semelhantes à hanseníase em documentos de expedições territoriais, combinada com a falta de um termo correspondente no vocabulário indígena, forneceram evidências que comprovaram a introdução do bacilo durante o período de colonização europeia. Entre os hansenólogos, há um consenso sobre a influência portuguesa na disseminação da doença no país, resultado da colonização das populações nativas pela Coroa Portuguesa (Maurano, 1939 *apud* Costa, 2008). Através das novas rotas de expansão, a doença avançava territorialmente, partindo do litoral em direção ao interior do Brasil.

Apesar da presença de ações profiláticas desde o período colonial, nos séculos XIX e XX, com a progressão do debate científico mundial sobre a doença⁸, que as políticas nacionais de segregação encon-

tram “amplo apoio e sedimentação” pela população técnica, política e civil (Curi, 2002, p. 44 *apud* Costa, 2008, p. 28). A institucionalização da hanseníase amplia os estigmas milenares da “lepra”, fundamentados não somente pelas leis divinas, mas também pelas teorias eugenistas da época. Uma conexão entre raça e risco de contaminação foi estabelecida (Tronca, 2000 *apud* Costa, 2008, p. 32).

Tal debate distorceu-se no país pela determinação do **isolamento compulsório**, orientado por duas correntes de uma elite técnica que Yara Nogueira Monteiro (1995) define como humanitários e isolacionistas. Para a autora, os humanitários examinavam os dados epidemiológicos de instituições orientadas por isolacionistas, como posição partidária “desfavorável ao isolamento compulsório para todos os tipos de doentes de hanseníases” (Monteiro, 1995 *apud* Costa, 2008, p. 44); enquanto os isolacionistas eram favoráveis à “segregação compulsória institucionalizada e irrestrita” (Idem, p. 44), com adoção de termos militares para o combate da doença. Nessa circunstância, a medicina designou espaços de exclusão, controle e extinção da hanseníase: os asilos colônias (Costa, 2008). Esse modelo isolacionista consolidou, então, a deliberação de isolar aquilo que representava o risco de contaminação patológico, social e moral.

⁷ Durante o período de colonização, enquanto a prevalência da hanseníase diminuía na Europa, a América Latina gradualmente se transformou em uma nova área endêmica globalmente reconhecida (Serviço Nacional de Lepra, 1960 *apud* Eidt, 2004).

⁸ Entre os debates, destacaram-se as políticas públicas da Noruega que propiciaram importantes pesquisas sobre a hanseníase, desenvolvidas, sobretudo, pelos médicos Daniel Cornelius Danielssen e Gerhard Henrik Armauer Hansen (Costa, 2008). Em 1873, Armauer Hansen identificou o bacilo causador da “lepra” que, posteriormente, teve sua terminologia alterada para hanseníase em homenagem ao hansenólogo (Gomes, 2000 *apud* Eidt, 2004).

⁹ Costa (2008) aponta que a rede de profilaxia paulista estabeleceu-se a partir da estrutura em “tripé”, composta por Asilos Colônias, Dispensários e Preventórios: “O ASILO constitui a peça chave, onde se procederia o isolamento dos doentes; o DISPENSÁRIO tinha como objetivo identificar quem era portador da hanseníase [...]. A terceira parte do tripé era constituída pelo PREVENTÓRIO, cuja função era a de recolher e manter sob observação os filhos sadios dos doentes e todas as crianças nascidas nos asilos.” (Monteiro, 1995, p. 164 *apud* Costa, 2008, p. 57, grifo do autor).

1.3 Modelos de asilos colônias paulistas

Durante os séculos XIX e XX, São Paulo destacava-se entre os demais estados pela alta incidência de casos de hanseníase, principalmente atribuída à crescente densidade populacional. O desenvolvimento econômico do **território paulista** pela cultura do café definiu o desenho urbano das cidades, sobretudo pela multiplicação das estradas ferroviárias pelo interior.

A ferrovia promoveu uma transformação na dinâmica de ocupação territorial: acelerou o surgimento de novos centros urbanos e influenciou na configuração dessas cidades (Schiavon, 2018).

São Paulo não se enquadrava nos modelos nacionais de profilaxia da hanseníase. As ações da saúde pública paulista, reconhecidas como referência terapêutica no país, se estabeleceram com autonomia às regulamentações do Departamento Nacional de Saúde (Mourano, 1939; Monteiro, 1995 *apud* Costa, 2008). Em 1924, o governo estadual criou o Serviço de Profilaxia da Lepra, transformado no ano de 1925 em Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL) e, posteriormente, em Departamento de Profilaxia da Lepra (DPL).

O aumento no número de pessoas infectadas pela hanseníase, juntamente com o estigma e a longa sobrevida dos doentes, conduziu à necessidade do confinamento distanciado dos centros urbanos de São

Paulo com a implantação de estabelecimentos exclusivos às pessoas com hanseníase. Conforme a população “se expandia em direção a áreas próximas deles, os doentes [...] eram transferidos para locais mais distantes” (Monteiro, 1995, p. 84 *apud* Costa, 2008, p. 51).

A criação da rede paulista de profilaxia da hanseníase, amparada pela Lei nº 2.416 de 31/12/1929, modificada posteriormente pelo Decreto nº 5.027 de 16/05/1931, institucionalizou o isolamento compulsório dos doentes no interior do estado e determinou oficialmente a reestruturação em “tripé”⁹ das instituições hospitalares destinadas à terapia da doença. Esse decreto estabeleceu a construção de cinco leprosários, espalhados em regiões e cidades conectadas por importantes ferrovias: o Asilo Colônia Santo Ângelo (1928), em Mogi das Cruzes, que deveria servir de modelo para a implantação de ações isolacionistas em todo o país (Monteiro, 1995 *apud* Costa, 2008); o Asilo Colônia Pirapitingui (1931), em Itu; o Asilo Colônia Padre Bento (1931), em Guarulhos; o Asilo Colônia Cocaís (1932), em Casa Branca; e o Asilo Colônia Aimorés (1933), em Bauru.

Mediante a atuação do estado com cooperação da iniciativa privada, na primeira metade da década de 1930, a rede paulista de profilaxia da hanseníase estava completa (Figura 1).

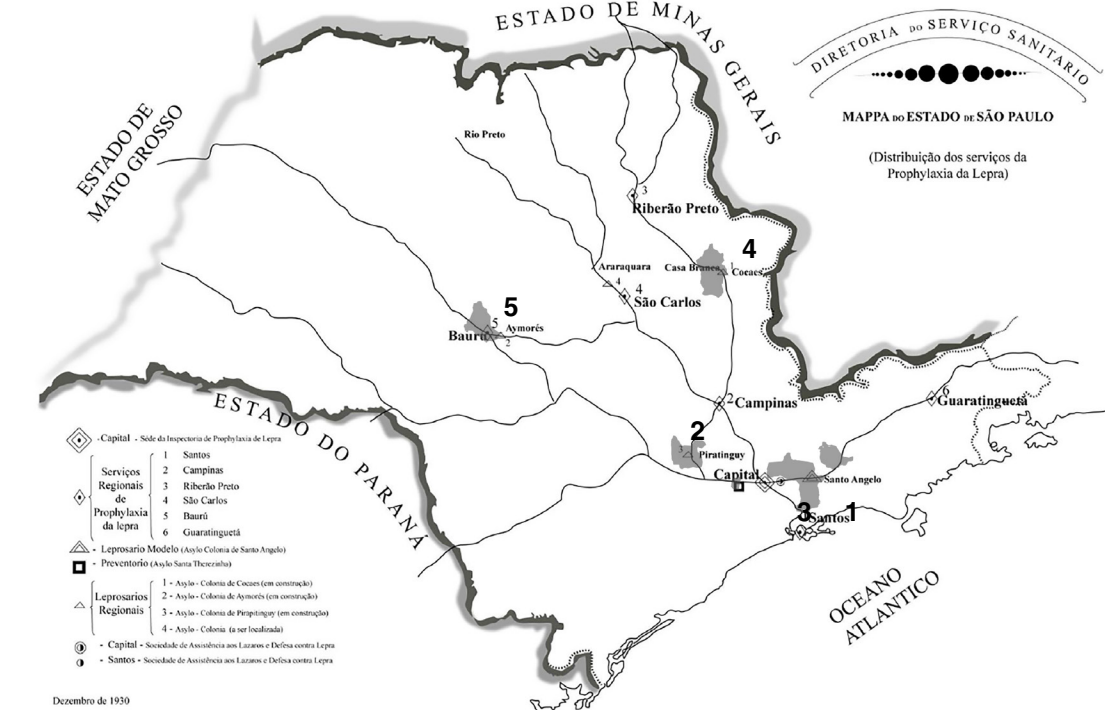


Figura 1
Mapa de distribuição dos Serviços de Profilaxia da Lepra no estado de São Paulo – 1930.

Fonte: Acervo iconográfico do Museu Emílio Ribas de Saúde Pública (MUSPER) *apud* Porto, 2017, editado.

	Instituição	Fundação	Município	Área (alqueires)
1	A.C. Santo Ângelo	1928	Mogi das Cruzes	348
2	A.C. Padre Bento	1931	Guarulhos	23
3	A.C. Pirapitingui	1931	Itu	600
4	A.C. Cocaís	1932	Casa Branca	300
5	A.C. Aimorés	1933	Bauru	400

Quadro 1

Rede paulista de profilaxia da hanseníase.

Fonte: CONDEPHAAT, 2013.

1.4 Urbanismo das cidades do século XIX

Michel Foucault (1979), em seus estudos sobre a medicalização da sociedade, revela que a medicina moderna não se alinha totalmente à suposição de ser uma abordagem individualista que valoriza apenas as relações médico-paciente. Sua pesquisa destaca como o controle social, a partir desse período, não se limita mais à “consciência” ou à “ideologia”, mas na manifestação direta com o corpo humano (Foucault, 1979 *apud* Moraes, 2005). À medida que o capitalismo se desenvolveu, durante a transição do século XVIII para o XIX, a medicina na Europa passou por

mudanças significativas em suas características elementares, aumentando sua influência na sociedade – a origem da medicina social.

Para o filósofo, o desenvolvimento da medicina social dividiu-se por três etapas: medicina de Estado, medicina urbana e medicina da força de trabalho. Dentre esses conceitos, a medicina urbana é exemplificada pela urbanização de Paris. Em 1750, o crescimento caótico da cidade aprofundou as complexidades de um tecido urbano demarcado pelas tensões sociais decorrentes da formação de uma nova população pobre.

Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (Idem, p. 87, grifo nosso)

Diante do sentimento generalizado de medo urbano, a população parisiense, sobretudo a burguesia, exige um poder político-médico capaz de supervisionar o “perigo” que representava o proletariado. Um modelo de controle militar, responsável por garantir a salubridade da cidade é adotado pela medicina urbana. A partir de então, há

uma preocupação com a qualidade do ar, da água e da organização do espaço urbano. A ênfase é na medicina das condições ambientais de higiene pública, não na medicina centrada no indivíduo.

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos. (Idem, p. 89)

Consonantemente, na obra Vigiar e Punir, Foucault (1977) aponta a conexão da doença com a institucionalização do poder na sociedade moderna através do “aparelho arquitetural” que sustenta uma hierarquia “[...] onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos” (Foucault, 1977, p. 221):

[...] é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico [...] a técnica de poder própria do “quadriculamento” disciplinar [...]: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (lou-

co-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc). (Idem, p. 222-223)

Esse cenário, então, culmina na segregação espacial entre os bairros habitados, pela marcação binária de indivíduos produtivos e improdutivos: “[...] a planta torna-se uma dupla materialização [...] de uma visão idealista (cartesiana, dividida, esquadrinhada, classificada) e extremamente autoritária, que concebe um novo mundo à parte, com pouco espaço para as questões complexas da vida em sociedade.” (Moraes, 2005, p. 112).

1.5 Configuração do espaço como supressor da vida

Os modelos de asilos colônias no início do século XX reproduziram os conceitos foucaultinos da medicina social. Sob a perspectiva do urbanismo moderno, o objeto da política isolacionista não era o indivíduo acometido pela hanseníase, mas a cidade – o objetivo não é a recuperação do doente, mas a remoção categórica dele como risco de contaminação para a coletividade.

Apesar da existência de tratamentos que não exigiam a reclusão dos indivíduos com hanseníase desde a década de 1930 e, principalmente, de 1940, mantinha-se a política de isolamento compulsório com o apoio do Estado. Sublinhado pela geopolítica mundial de receptividade às ideologias nazifascistas, o investimento na industrialização dos bens de produção no Brasil, em nome do avanço econômico, científico e tecnológico, legitimou o discurso sanitário de segregação dos doentes, “considerados imperfeitos para a sustentação da força de trabalho” (Ducatti, 2007, p. 308).

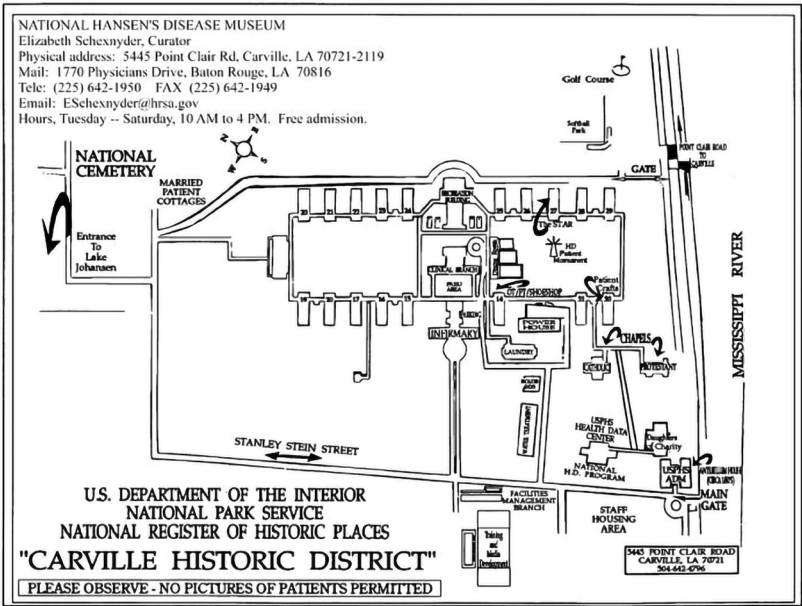
Frente à condição, o isolamento compulsório compreendeu a mentalidade de defesa militar, ignorando os avanços científicos de tratamentos educacionais. Por intermédio da “grande batalha sanitária” (Moraes, 2005, p. 314), um raciocínio utópico da medicina se materializou na planta dos asilos colônias brasileiros:

¹⁰ CAIUBY, A. S. **Projec-
to da leprosaria modelo
nos campos de Santo Ân-
gelo**, Estado de São Paulo.
São Paulo: Est. Graph. E.
Riedel & C, 1919.

[...] os lazarus formarão a sua sociedade à parte. Haverá para as creanças, mulheres, homens e velhos o convívio, a troca de idéas, as diversões, o trabalho. O mundo para elles, depois que foram atingidos pelo mal, só terá que melhorar. O repudio que tanto os torturava e aterrorisava, vae cessar. Os seus corações se abrirão para todas as esperanças e novamente poderão sentir, no amparo para onde foram, toda a gloria de viver, da qual tão afastados se achavam. (Prefácio de Arthur Neiva *in* Caiuby, 1918 *apud* Moraes, 2005)

Figura 2
**Implantação esquemá-
tica do *National Lepro-
sarium*, *Carville*, em
Louisiana.**

Fonte: National Hansen's
Disease Museum, s. d.



de obra de internos. No exemplo do estado de São Paulo, o projeto dos asilos colônias recebeu a influência de dois modelos: o norte-americano do *National Leprosarium*, em Louisiana, designado como *Carville* (Costa, 2008) (Figura 2); e o do engenheiro Adelardo Soares Caiuby (1919)¹⁰, materializado em 1928, com a construção do Asilo Colônia de Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes (Moraes, 2005) (Figura 3).

A construção do Santo Ângelo acabou por forjar o modelo que seria seguido pelos demais asilos-colônia que seriam construídos em São Paulo e que, por sua vez influenciariam as demais instituições congêneres no Brasil. Sua inauguração representou um marco na história dos grandes estabelecimentos asilares, para os partidários da construção de pequenos asilos regionais o Santo Ângelo representou um erro sanitário de grandes dimensões, enquanto que para os isolacionistas ele significou a possibilidade concreta de iniciar o isolamento em larga escala (Monteiro, 1995, p. 108 *apud* Moraes, 2005, p. 95, grifo nosso)

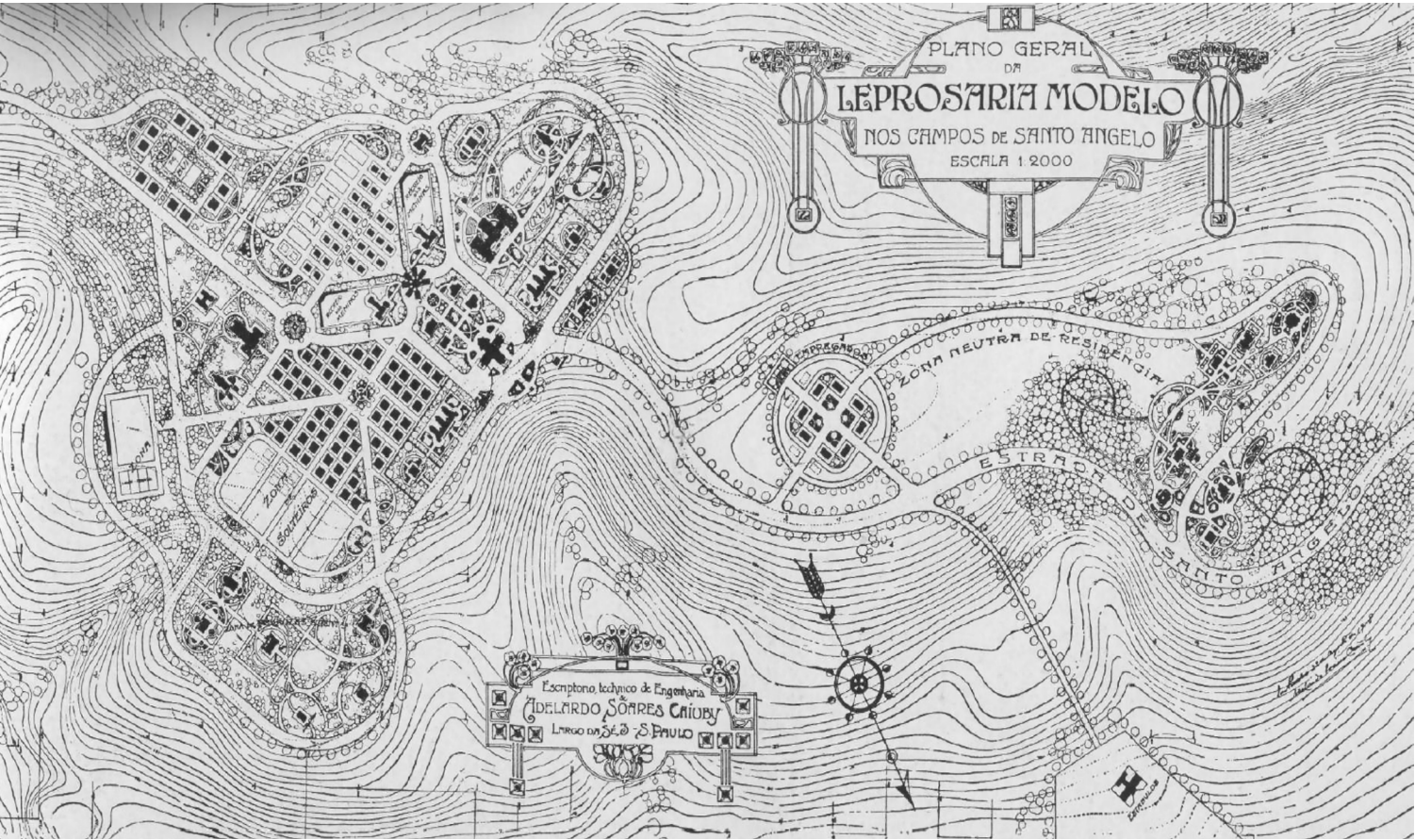
No Brasil dos séculos XIX e XX, o projeto de construção nacional reconhecia a medicina social como instrumento de transformação dos problemas de saúde pública pela cidade. O modelo de Caiuby orientou as plantas de outros asilos colônias, principalmente na justificativa de divisão do perímetro hospitalar por zonas Sã, Intermediária e Doente (Costa, 2008).

Nos asilos colônias, o doente era

Figura 3

Plano geral do Leprosário Modelo.

Fonte: Caiuby, 1919.



constrito à disciplina. Um conjunto de regulamentos internos geriam a noção de obediência sobre o indivíduo isolado, perante ações de vigilância e punição reproduzidas pela estrutura espacial. Foucault (1977), na análise do *Panóptico*¹¹ de Jeremy Bentham, expandiu o conceito para um símbolo de controle que se estende à vida social através de mecanismos capazes de estruturar o controle sobre o indivíduo separado de outros e de si mesmo – “compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens.” (Foucault, 1977, p. 228).

Analogamente, o projeto dos asilos colônias antecipava o esquadramento total do espaço pelas rígidas divisões com o exterior, através da utopia arquitetural de uma cidade perfeita que expunha “uma solidão sequestrada e olhada” (Idem, p. 224). Na concepção inicial do projeto de Caiuby, os asilos colônias, para promover a internação espontânea do doente, contariam com atrações de “excepcional beleza [que] permite a illusão de que ella não pertence a uma leprosaria” (Caiuby, 1919 *apud* Moraes, 2005, p. 96).

Os asilos colônias contavam com a

¹¹ Por panóptico entende-se um sistema prisional disposto por uma torre central de vigilância rodeada por celas que possibilita uma “visibilidade axial” e “[...] funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens” que “automatiza e desindividualiza o poder” (Foucault, 1977, p. 224, 225 e 228).

implantação de volumes simples e funcionais que ordenassem as edificações com distâncias mínimas de isolamento. O traçado viário também destacava as fachadas das edificações, com predominância de influências das tendências estéticas e compositivas do Ecletismo e do *Art Déco*, além das estruturas de bangalô propostas por Caiuby (Costa, 2008).

Em 1962, o Decreto do Conselho de Ministros nº 968 revogou a política de isolamento compulsório dos hansenianos no Brasil. Com o fim das práticas isolacionistas, os antigos asilos colônias passaram por uma transformação, na condição de hospitais, onde alguns dos ex-internos continuaram habitando, porque não tinham para onde ir (Monteiro, 1995 *apud* Caporino; Ungaretti, 2016). Essa desativação em escala dos remanescentes das políticas de profilaxia da hanseníase, atualmente, enfrenta desafios quanto à localização de alguns em áreas de crescente valorização imobiliária, como objetos de um processo de reestruturação patrimonial que inclui a transferência de propriedades para o município e à Caixa Beneficente, igualmente da demolição de edifícios avaliados como não mais funcionais, em más condições de conservação ou com altos custos de manutenção para o poder público (Silva, 2008).

2

ASILO COLÔNIA AIMORÉS

Este capítulo apresenta um exemplar do modelo paulista de profilaxia da hanseníase: o antigo Asilo Colônia Aimorés. Serão considerados os aspectos históricos, socioculturais, físico-geográficos e morfológicos da Instituição, fundamentados no critério que compreende o objeto de estudo do TFG como não isolado de seu contexto aproximado. O levantamento documental – digital e físico –, foi realizado pelo contato com órgãos relacionados à história oficial do complexo arquitetônico, aliado à leitura de autores referência sobre o tema.

2.1 Aspectos históricos

Último asilo colônia a ser construído no estado de São Paulo, o Asilo Colônia Aimorés originou-se de uma associa-

ção firmada entre os municípios da região durante o Congresso Regional da Noroeste, em 1927. A ação deliberou a destinação de 10% das receitas anuais desses municípios suplementares à Comissão Pró-Leprosos, para a construção de um hospital regional destinado a doentes com hanseníase. Sob a justificativa de proteger a população sadia da “lepra”, isolar os doentes na tentativa de erradicar a doença, e “proteger” o doente dos estigmas da sociedade (Porto, 2017), uma fazenda com área de 400 alqueires (ou 9.680.000,00 m²) foi adquirida para a implantação do projeto. Contudo, a falta de fundos acarretou na interrupção consecutiva da obra, retomada em 1931 pela Liga de São Lázaro e finalizada em 1933, pelo Instituto de Profilaxia da Lepra. Depois de uma série de reestruturações, em 13 de abril de 1933, foi inaugurado o Asilo Colônia Aimorés.

¹² No mês da inauguração do Asilo Colônia Aimorés, em 1933, o número dos primeiros internos era de 10, que em dezembro do mesmo ano cresceu para 307 e mais de mil até o final da década (Idem, p. 48).

¹³ Disponível em: ANDRADE, R. O. Vi-olência, Medo e Precon-ceito. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 236, p. 78-83, 2015, p. 78.

Localizado em Bauru, o Asilo Colô-nia Aimorés transformou-se rapidamente em exemplo do modelo paulista de pro-fi-laxia¹², como cenário de propagandas da política isolacionista:

[...] foi meu intuito, apenas, chamar a atenção do povo de Baurú e das cidades pertencentes a esta im-portante zona de S. Paulo, para o trabalho devéras magnifico que, lá no Leprosario “Aymorés”, se está effectuando em favor da obra de assistencia aos lazaros, e de com-bate ao mal de Hansen, trabalho que, pela sua modelar organização e comprovada eficiencia, é mais um padrão de justo orgulho para a terra paulista, e o melhor atesta-do da competencia, capacidade e larga visão administrativa de seu provecto Director e seus dignos auxiliares. Aqui eu deixo, pois, com a maior satisfação, os meus applausos mais calorosos a esses incansaveis batalhadores de uma santa causa, e que, intra-muros do Asylo “Aymorés”, realisam uma ta-refa que engrandece não apenas S. Paulo, mas o nosso proprio Brasil. (Souza, 1937, p. 34, grifo nosso)

Em um curto período, desde sua for-mação, a administração do Asilo Colônia Aimorés operava, de forma independente, o simulacro de cidade.

A partir do início da década de 1940, a revelação do potencial das sulfonas no tratamento da hanseníase provocou uma transformação na abordagem da doença, principalmente no âmbito da comunidade científica. A necessidade de isolamento

compulsório perdeu sua justificativa, à me-dida que os pacientes passaram a ter acesso a oportunidade de cura, permitindo, assim, sua reintegração na sociedade (Suzuki, 2018). O doente não representava mais um risco à coletividade.

Embasado na oportunidade de cura, os asilos colônias passaram a ser desativa-dos no Brasil, com exceção do estado de São Paulo, que manteve a posição autoritá-ria. Nessa conjuntura, a condição de asilo colônia do Aimorés é alterada pela Lei nº 520 de 01/12/1949 para Sanatório Aimorés, como designação mais generalista, embora o regime segregacionista continuasse inal-terado.

Somente em 1962, o isolamento compulsório é constitucionalmente re-vogado, e em 1969, com a reestruturação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o nome do antigo Asilo Colônia é renomeado para Hospital Aimorés de Bau-ru, posteriormente, em 1974, para Hospital Lauro de Souza Lima (Costa, 2008 *apud* Suzuki, 2018).

O título pelo qual é identificado hoje, Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL), foi determinado pelo Decreto nº 30.521 de 02/10/1988, que transformou o hospital em Instituto de Pesquisa vinculado à Coordena-doria dos Institutos de Pesquisa da Se-cretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP). Atualmente, o ILSL desempe-nha pesquisas na área de dermatologia ge-ral, especialmente na hansenologia, como referência de órgãos mundiais da saúde. Além do serviço de pesquisa, atualmente, o

ILSL realiza a iniciativa de preservação do acervo histórico das políticas de profilaxia da hanseníase.

2.2 Aspectos socioculturais de um passado traumático

Descobriram que minha mãe tinha hanseníase, a antiga lepra, e dias depois voltaram para levá-la. [...] Depois os médicos pediram para que eu, meu pai e meus irmãos fôs-semos para a rua e puseram fogo em nossa casa. – Nivaldo Mercúrio, ex-interno do antigo Asilo Colônia Aimorés, em entrevista¹³

A entrada nos asilos colônias começa-va de forma súbita. Uma operação de busca e apreensão violenta, frequentemente des-crita por ex-internos como eventos traumá-ticos, introduziu a população de portadores de hanseníase a uma vida subjugada pela condição da doença. Essas ações, coorde-nadas pelo Departamento de Profilaxia da Lepra (DPL), quando não sucedidas pela detenção clandestina de pessoas, em segui-da “desaparecidas”, caracterizavam-se pela exposição pública do doente e de sua famí-lia (Figuras 4 e 5). Com a ampliação dos estigmas que compreendiam a “lepra”, a conexão familiar com portadores de hanse-níase era considerada como desgraça a ser ignorada (Costa, 2008; Porto, 2017):

Visando não condenar também seus familiares, muitos doentes de

Figuras 4 e 5

Grupo de internos do Asilo de Morféticos de Dois Córregos e o mesmo asilo ao ser incen-diado, logo após a remoção de seus internos para o A.C. de Bauru, respectivamente.

Fonte: Maurano, 1939.



hanseníases internados mudaram seus nomes e sobrenomes, crian-do uma nova identidade para seu novo universo estigmatizado. Do mesmo modo, algumas famílias desligaram-se de “seus doentes”, buscando evitar a associação aos estigmas, principalmente referen-tes à crença na hereditariedade. (Costa, 2008, p. 28)

Dentro dos asilos colônias, esses in-



Figura 6

Baile da Quermesse de 1935.

Fonte: Acervo SBECA/ILSL, década de 1930.



Figuras 7 e 8

Quadra de basquete em dia de Folia de Reis e Aymorés Jazz Band, respectivamente.

Fonte: Acervo SBECA/ILSL, década de 1930.



divíduos eram reduzidos à condição de corpos doentes indesejáveis, onde rompia-se qualquer elo afetivo que antes existisse, quase como a morte de uma vida passada. Como decorrência, estes traumas, comparáveis à tristeza experimentada no luto pela morte de um ente querido (Pallasmaa, 2017 *apud* Suzuki, 2018), incorporavam a factual perda de memória e identidade. Uma geração de “órfãos de pais vivos” se criou pelo Estado, por ação da separação violenta dos filhos de doentes, detidos em preventórios até a maioridade ou entregues para a adoção, que com frequência sucedia-se de forma ilegal (Meneguello; Borges, 2018).

Esse contexto definiu um processo de isolamento que se manifestava não apenas no âmbito social, mas também no espacial. No asilo colônia, a doença adquiriu a característica de um elemento identitário dos portadores de hanseníase. Um processo de apagamento da memória individual materializava-se na supressão de simbologias conhecidas pela “cidade” extramuros, administrada por um sistema de controle do tempo onde horários para a realização de tarefas cotidianas, refeições, trabalho e lazer, eram pré-determinados (Porto, 2017). Essa padronização comportamental expunha-se na configuração das plantas internas das residências, das residências geminadas e dos dormitórios coletivos (*carvilles*), divididas em áreas social, íntima e de serviços.

Analogamente, uma alienação sobre a mão de obra interna distorcia a compreensão do trabalho como fonte de libertação, quando existia uma conveniência dessa ação laborial para a manutenção da própria instituição. O trabalho – ou laborterapia –, foi oficialmente considerado como determinante na terapêutica da doença, definindo novas relações interpessoais (Idem, p. 76) e, conseqüentemente, dinâmicas de poder entre a comunidade.

Apesar disso, também a partir do trabalho, desenvolvido junto à promoção de atividades de lazer que caracterizaram a sociabilidade da comunidade, como cinema, teatro, bailes e esportes, por exemplo, foi que muitos tiveram a oportunidade de ressignificar suas vidas em meio à dor do

trauma (Figuras 6, 7 e 8). Apagados do convívio social, os internos procuravam reconstruir seus elos afetivos dentro dos asilos colônias, muitas vezes formando casamentos, constituindo famílias e tendo filhos. Não obstante, esse fato era utilizado como coação disciplinar para os internos, intimidados pela possibilidade de transferência a outras instituições.

A influência do trabalho continuou presente mesmo após a dissolução do sistema asilar. Embora livres da política de internação compulsória, a reintegração social dos ex-internos, principalmente diante do rompimento de vínculos sociofamiliares com o “mundo real”, permanecia sob o estigma da doença. Termos como “leprosos saídos de alta” perpetuaram a desumanização que determinou anos de isolamento. Embora curados, muitos encontraram-se sem lugar a qual pertencer, optando por retornar para o antigo Asilo Colônia Aimorés, como morada definitiva. Conforme Porto (2017, p. 123), esses espaços, outrora símbolos de exclusão, transformaram-se em inesperados refúgios de uma vida que, para eles, continuava a ser hostil.

Eu ganhei a alta e eu fui embora. Fiquei, acho que, uns 30 dias, 1 mês. Eu arrumei serviço numa firma. Mas os empregados descobriram que eu estava internado no leprosário. Aí, eles falaram com o patrão: “Você manda ele embora, senão todos nós vamos se embora”. Eu voltei para o Dr. Moacyr Porto e pedi a carta de internação, um memorando para [me] internar de novo. Eu sempre continuei aqui.

Foi difícil para me adaptar. Eu não conseguia. Eu voltei para cá, eu quis voltar para cá. – Nivaldo Mercúrio, em entrevista, grifo nosso

Hoje, os hospitais implantados nos antigos asilos colônias convivem com a população de ex-internos que continua ocupando as habitações. Em 2008, 70 pessoas ainda viviam no ILSL, as que não conseguiram se adaptar à vida fora dos muros (Porto, 2017 *apud* Suzuki, 2018). Somente um ano antes, o Governo Brasileiro havia reconhecido as graves implicações das políticas de profilaxia da hanseníase, que introduziu no debate a implementação de ações indenizatórias vitalícias para as pessoas afetadas pela internação compulsória.

2.3 Aspectos morfológicos

A implantação do antigo Asilo Colônia Aimorés localizava-se, como os demais exemplares da ex-rede asilar, distante do perímetro urbano de Bauru, conforme ilustrado na Figura 9. Uma configuração ortogonal independente da topografia natural fragmentava o zoneamento do espaço. As avenidas – destacadamente: Avenida Rodrigo Romero, Avenida Doutor Abílio Gomes e Avenida Correio da Noroeste – operavam como um eixo radial de distribuição das zonas São, Intermediária e Doente do complexo (Figura 10).

Esse planejamento urbanístico expressava um sistema de circulação estratégico, orientado para o controle militarizado da doença no Asilo Colônia. A disposição das edificações, por exemplo, admitia elementos de visibilidade e acessibilidade para a manutenção da circulação de ar e da incidência solar dos elementos arquitetônicos, além de dificultar a aglomeração de doentes dentro de uma mesma área – princípios, estes, da medicina social associados à qualidade do espaço (Costa, 2008 *apud* Suzuki, 2018). À vista disso, as edificações dispunham-se de modo isolado sobre os lotes, geralmente alinhados com o traçado das vias. Estes, assim como as áreas verdes, eram enquadrados pelo paisagismo, colocando em destaque as fachadas principais.

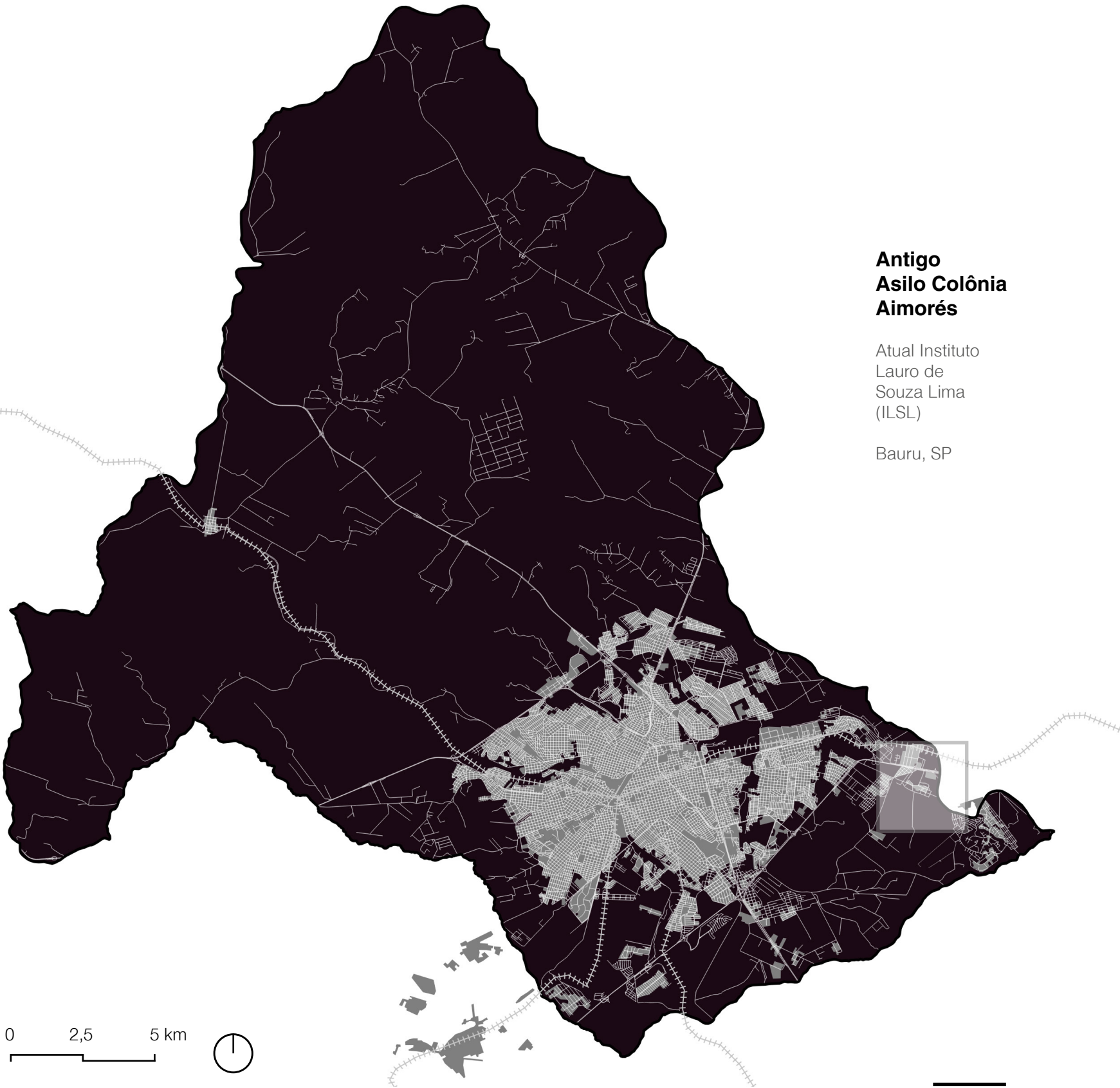


Figura 9

Implantação do antigo Asilo Colônia Aimorés, atual Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL), 2023.

Fonte: Base cartográfica: IBGE, 2021; Elaboração autoral, 2023.

Figura 10

Reprodução de implantação do antigo Asilo Colônia Aimorés.

Fonte: Moraes, 2005; Elaboração autoral, 2023.

2.3.1 Planta original

Na planta original (Figura 11), é possível identificar a divisão da Zona Sã, Zona Intermediária e Zona Doente. A seguir, cada uma dessas zonas será examinada individualmente, junto das estruturas que as constituem. Serão utilizadas fotografias, plantas, quando disponíveis, e depoimentos que registrem os signifi-

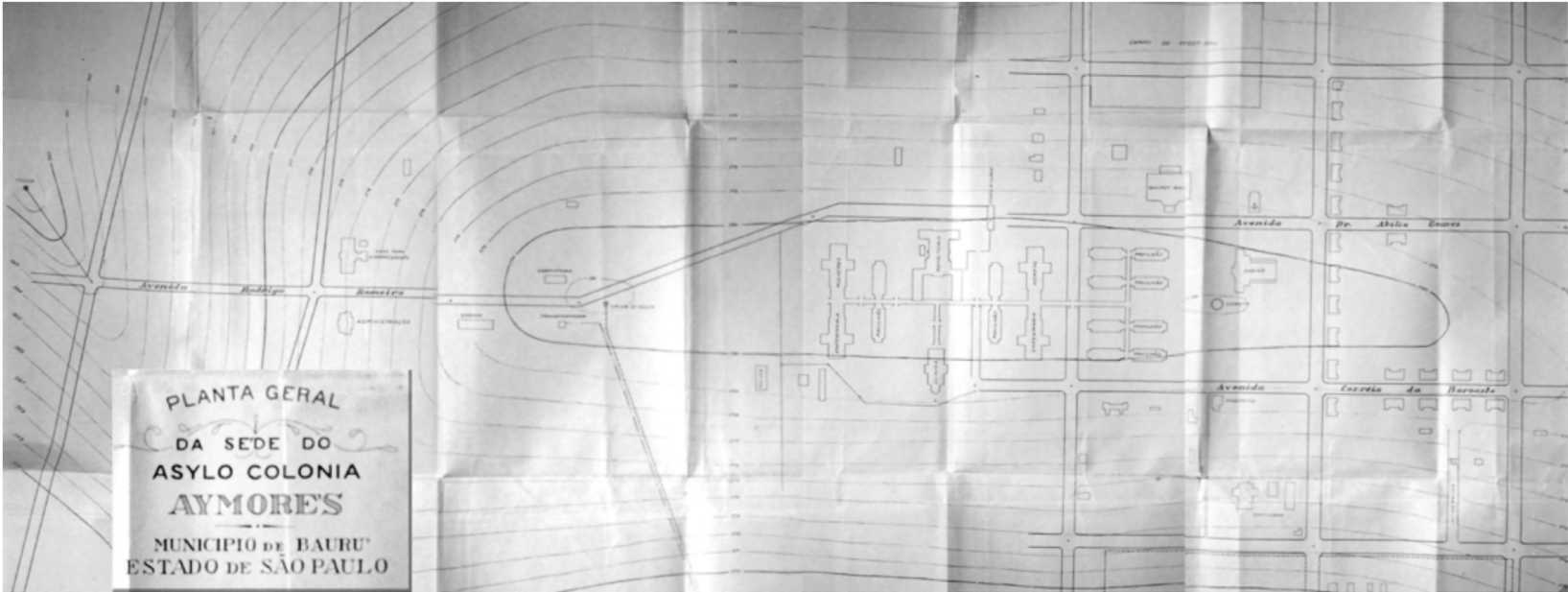
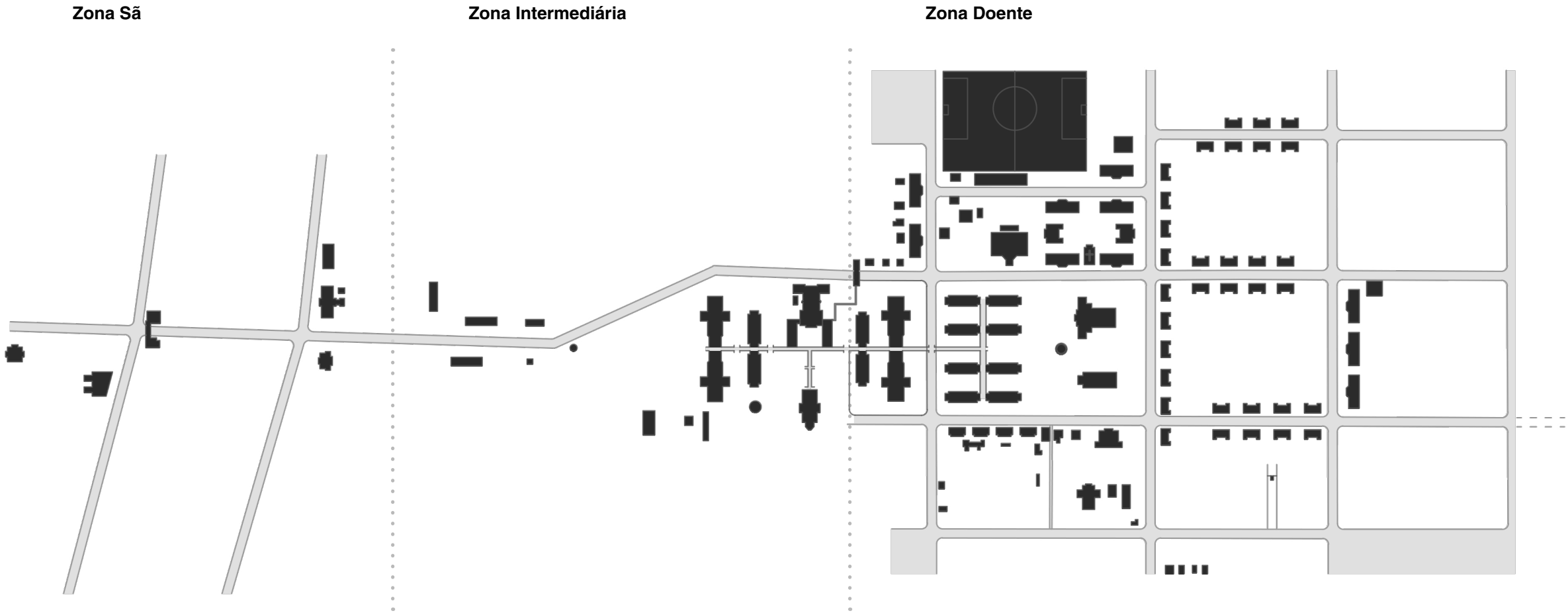


Figura 11

Planta geral do Asilo Colônia Aimorés (1939). Levantamento executado na administração do Dr. Francisco de Salles Gomes Junior.

Fonte: Moraes, 2005.



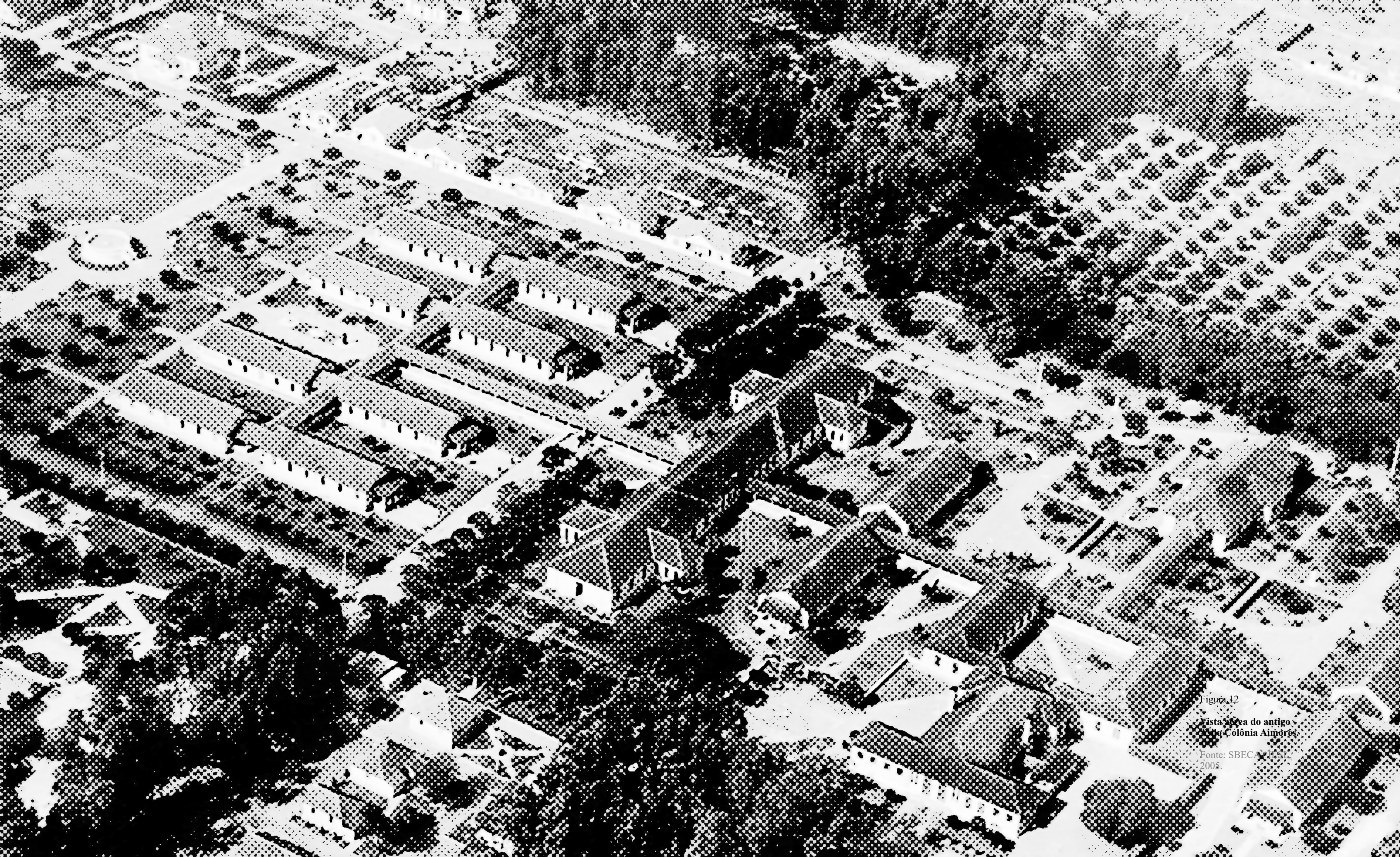


Figura 12

Vista aérea do antigo
Sítio Colônia Aimorés

Fonte: SBECAN/USP,
2005.

Zona Sã

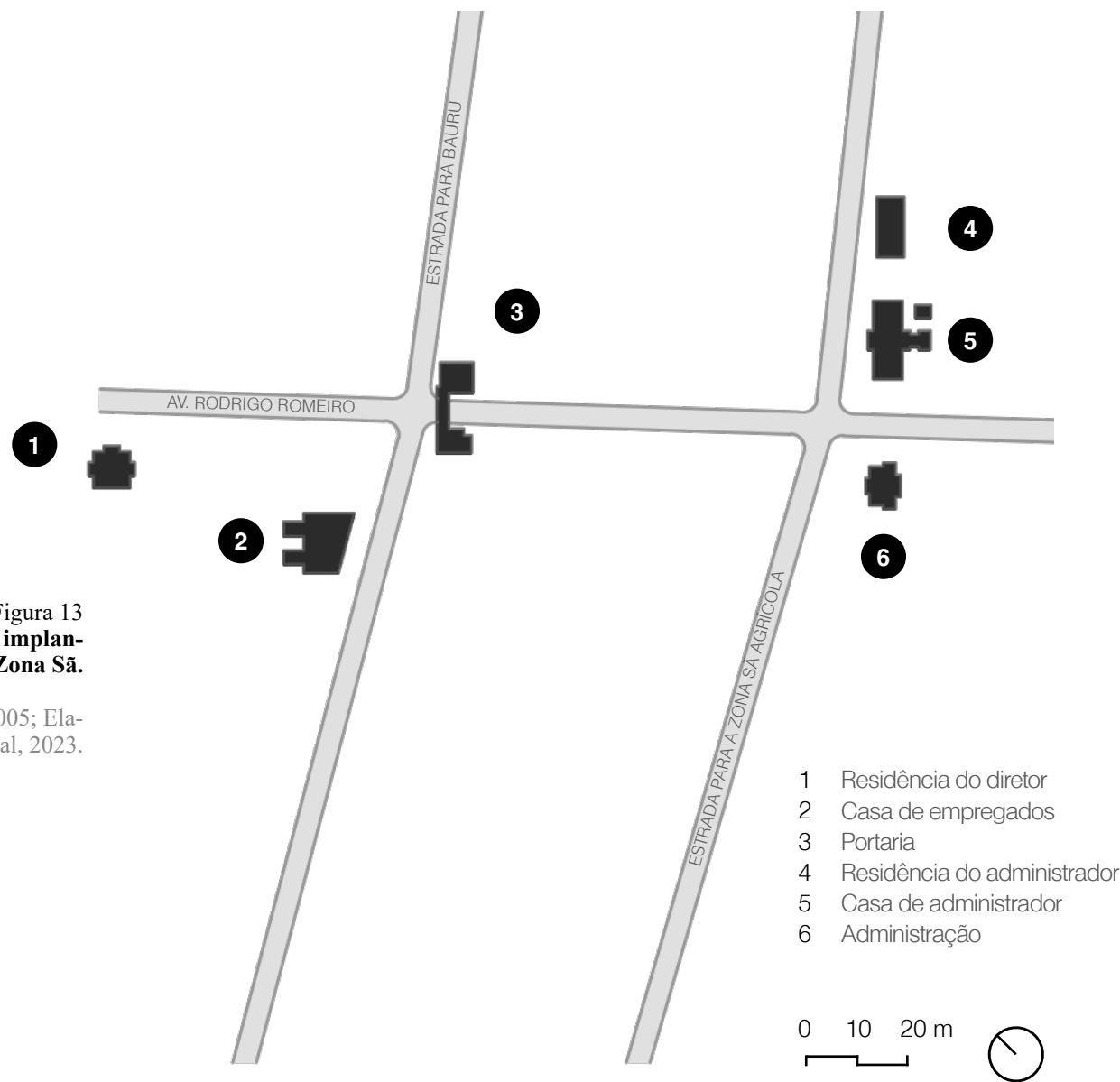


Figura 13
Aproximação da implan-
tação da Zona Sã.
Fonte: Moraes, 2005; Elab-
oração autoral, 2023.

A Zona Sã (Figura 13), administra-
da diretamente pelo Diretor nomeado pelo
órgão de Profilaxia da Lepra, designava o
espaço para o corpo clínico, técnico e ad-
ministrativo sadios, composta por: Resi-
dência do Diretor; Casa de Empregados;
Portaria Principal; Residência do Adminis-
trador e Administração. Estes servidores
residiam no próprio Asilo Colônia, muitas
vezes com suas famílias, em habitações
unifamiliares e/ou habitações geminadas,
conforme grau de graduação (Costa, 2008).
Quanto à Residência do Diretor e do Admi-
nistrador, não foram localizados registros
fotográficos ou plantas referentes.

O edifício da Portaria Principal (Fi-
gura 14) determinava a entrada do Asilo
Colônia Aimorés:

Essa aqui me faz lembrar em 1966,
quando eu vim aqui no Instituto
Lauro de Souza Lima pela primeira

vez. Essa aqui é a portaria ‘Sana-
tório Aimorés’. Eu vim numa perua
Kombi, era mais ou menos nove
horas da noite quando desci na
Estação de Aimorés, do trem que
veio de São Paulo. A perua Kombi
chegou na estação, e eu lembro
que passei por aqui. Inclusive o
motorista também era paciente e
falou assim para mim: “– Depois
que você passar dessa portaria
para dentro, pode esquecer o mun-
do aí fora”. – Elias Souza Freitas,
ex-interno do antigo Asilo Colônia
Aimorés, em entrevista (Moraes,
2005, p. 215, grifo nosso)

Nessa primeira portaria, realizava-se
o controle de acesso de todos que entras-
sem ou saíssem da Instituição, inclusive
das comunicações da população doente
com o mundo externo. O projeto compre-
endia um espaço agregado para a residên-
cia do porteiro e sua família.



Figura 14
Portaria.

Fonte: Acervo SBECA/
ILSL, década de 1940.

3

Figura 15

Casa de Empregados e de Administração, respectivamente.

Fonte: Acervo CPTM / MUSPER, década de 1930.

5

6



O edifício da Administração (Figura 14) comportava “salas reservadas às atividades da diretoria, contabilidade, arquivo e secretária, além da sala do administrador e de uma biblioteca para os médicos.” (Costa, 2008, p. 286). Ainda que o administrador não integrasse o corpo médico – como o diretor da Instituição, geralmente um médico especializado em dermatologia –, uma habitação unifamiliar com tipologia de bangalô americano era oferecida para este e sua família, próxima à sede administrativa (Idem, p. 286).

Zona Intermediária

A Zona Intermediária (Figura 15), igualmente administrada pelo diretor, compreendia: edifícios dos Operários; Almoxarifado; Carpintaria; Garagem; Caixa d’água e Cadeia. A Cozinha, para preparação das refeições dos internos, e o Parlatório, ambos, embora presentes na Zona Doente, também constituíam a Zona Intermediária. Nesta, a intermediação da comunicação en-

tre “doentes” e “saúdáveis” do Asilo Colônia ocorria sob um controle sistemático nos procedimentos realizados para a prevenção de contágio. Serviços considerados de alto risco, como os exames médicos, por exemplo, eram desempenhados pelos próprios internos, orientados por um médico à distância (Costa, 2008).

Há pouca documentação acerca dos edifícios localizados nessa Zona. O Almoxarifado (Figura 16), possuía a função de armazenamento de materiais, roupas e alimentos, além de outros pertences da população do Asilo Colônia Aimorés (Costa, 2008 *apud* Suzuki, 2018).

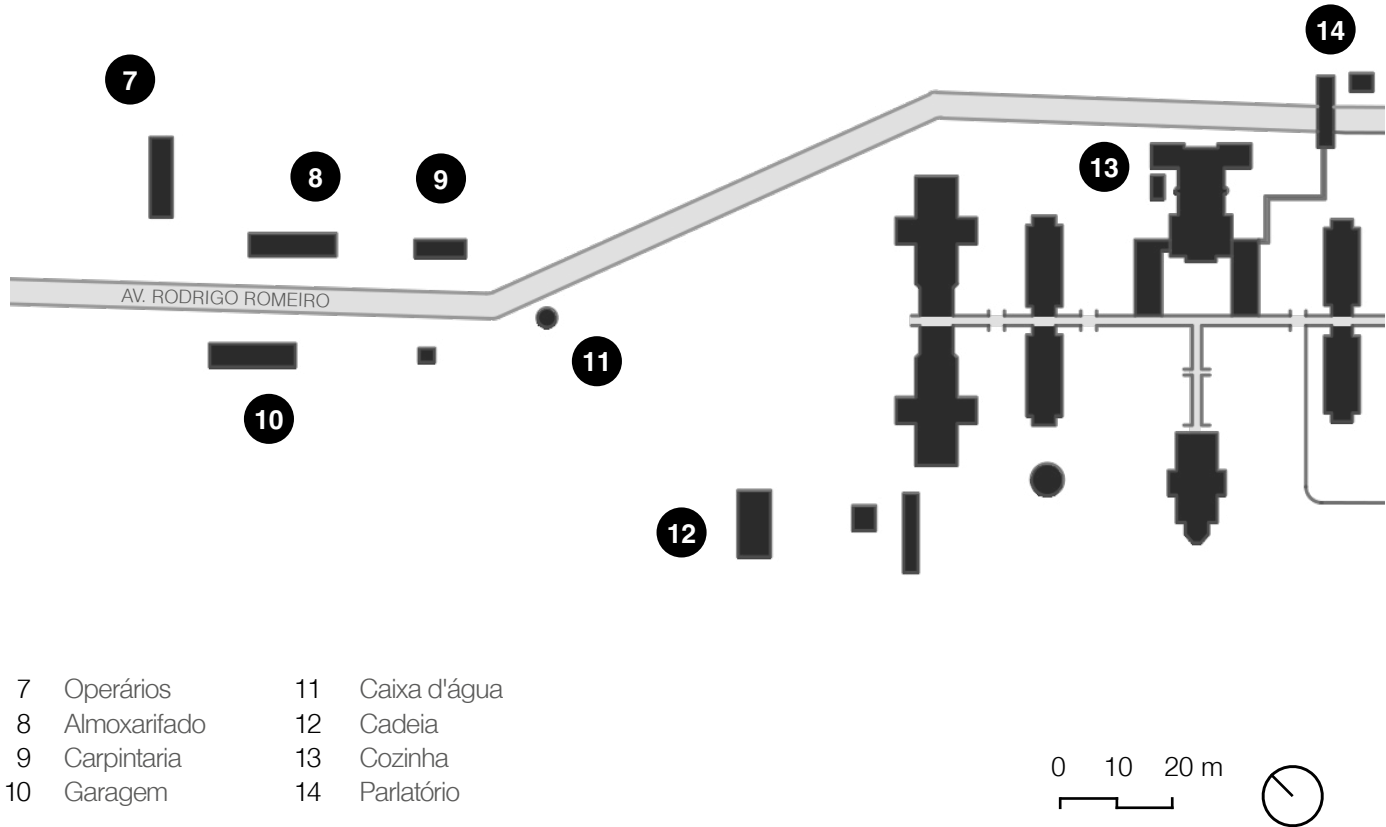
A Cadeia (Figura 17) é mencionada em vários depoimentos de ex-internos. Um trecho específico demonstra o seu significado como espaço de punição à desobediência dentro da Instituição:

Essa foto aqui já é triste. Essa aqui você vê que parece um castelo medieval. Aqui era o cadeião. Tinha o calabouço lá embaixo onde os infratores pagavam as penas. Na época era comum os caras pegarem licença e não voltar mais. (Como calabouço?) Aqui no fundo tem um porãozinho, lá embaixo, então lá é, digamos, uma cela forte, é um lugar mais frio, mais sombrio mesmo. Os caras que eram penalizados iam para lá. Eles

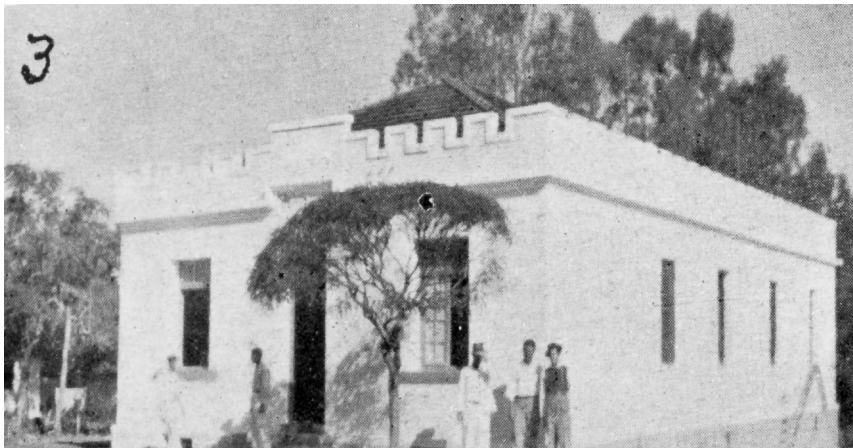
Figura 16

Aproximação da implantação da Zona Intermediária.

Fonte: Moraes, 2005; Elaboração autoral, 2023.



- | | | | |
|----|--------------|----|--------------|
| 7 | Operários | 11 | Caixa d'água |
| 8 | Almoxarifado | 12 | Cadeia |
| 9 | Carpintaria | 13 | Cozinha |
| 10 | Garagem | 14 | Parlatório |

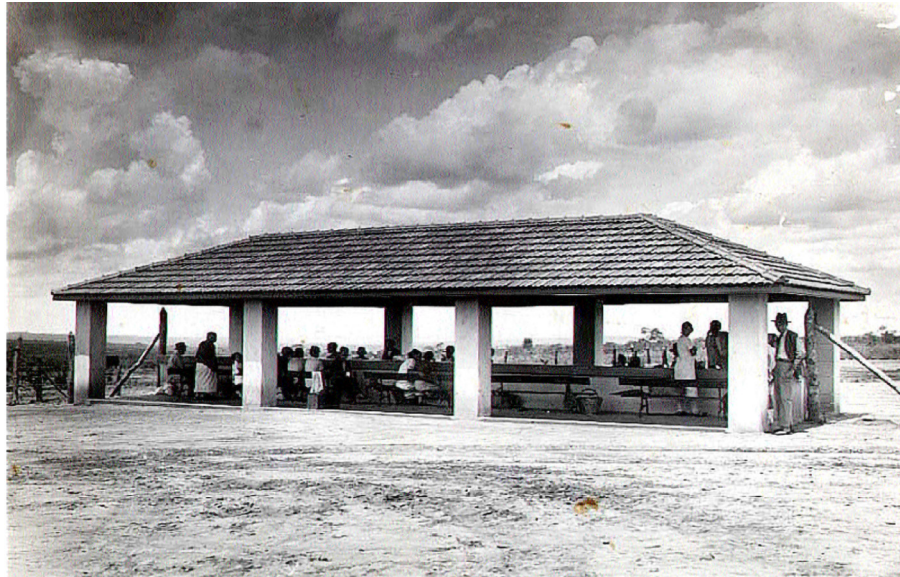


12

Figura 17

Cadeia.

Fonte: Acervo CPTM / MUSPER, década de 1930 e 1940.



14

Figuras 18 e 19

Parlatório e Parlatório em dia de visita, respectivamente.

Fonte: Acervo SBECA / ILSL, década de 1930.



castigavam pondo o cara lá, como é que chamaria agora? (Solitária?) É! Solitária! – Durval Candozin, ex-interno do antigo Asilo Colônia Aimorés, em entrevista (Moraes, 2005, p. 208)

Analogamente, no Parlatório (Figuras 18 e 19), estrutura de divisão entre as zonas Sã e Intermediária com a Doente, restringiam-se as visitas familiares proibidas de qualquer contato, inclusive de pais e filhos (Meneguello; Borges, 2018).

Tinha o parlatório onde nós recebíamos as visitas. Era só aos domingos. Durante a semana ninguém vinha visitar. Na década de trinta, quarenta e cinquenta as pessoas não podiam se comunicar ou dar a mão, nem que fosse o pai ou a mãe. Não podia dar a mão. Tinha uma distância mais ou menos de sete, oito metros e uma laje de concreto quase da altura do pescoço para gente só ficar olhando por cima e conversando por sinal com as pessoas que vinham visitar. Então era muito triste porque você tinha o pai e tinha a mãe e nem podia cumprimentar nem dar a mão, havia muita discriminação e preconceito. Era isso que judiava muito de nós. – Nivaldo Mercúrio (Moraes, 2005, p. 199, grifo nosso)

Zona Doente

O Asilo Colônia Aimorés, propriamente, estava localizado na Zona Doente

(Figura 20), destinada à população de pacientes com hanseníase. Essa Zona, mais do que incorporar parte das instalações da Zona Intermediária, compreendia todas as demais edificações do complexo, com o objetivo de certificar a produção autossuficiente dos “doentes” (Moraes, 2005). Dentre essas edificações: Pavilhão de Clínicas e enfermarias separadas por gênero para a assistência médico-hospitalar; Cozinha; Carvilles (habitações coletivas); Casas geminadas e bigeminadas (habitações unifamiliares); pavilhões administrativos e educacionais; Cassino (Cine Teatro, com bar e rádio-transmissora); praças; núcleo de esportes; estabelecimentos comerciais; oficinas; templos religiosos; e Cemitério – além de construções para atividades agropecuárias (Granja Santa Luzia, com lavoura, criação de porcos e gados) e represa.

O Parlatório, marco do início da Zona Doente como segunda portaria do complexo hospitalar, teve sua estrutura original destruída após uma manifestação pelos próprios internos, entre o final da década de 1940 e início de 1950 (Idem, p. 141). Posteriormente, um Arco foi construído no local do antigo Parlatório.

O parlatório, para me lembrar a liberdade quando foi derrubado, isso aí era só tristeza - estou falando o que eu estou sentindo, a diferença que tem daquele tempo e hoje. O parlatório, lembra que eu já te falei: ‘libertas quae sera tamen’ [liberdade ainda que tardia]. [...] Então disse aqui eu lembro com tristeza! E ao mesmo tempo alegria! Por que chegou um tempo

em que reconheceram que não era necessário tudo isso, que a doença não era tão perigosa, mesmo porque veio a cura. E quebrou tudo, é isso que eu lembro do parlatório, eu escolhi o parlatório por isso, quando ficou livre! – Alcion Malvezzi, ex-interno do antigo Asilo Colônia Aimorés, em entrevista (Moraes, 2005, p. 186)

A nomenclatura das vias e alguns edifícios principais eram homenagem às municipalidades que integravam a Comissão Pró-Leprosos em 1927, quando não de personalidades da época. O Pavilhão “Casa Verde”, na década de 1950, compreendia um dos pavilhões femininos transformado em sede da Diretoria e Administração, e ainda, posto de saúde para o atendimento de ex-internos. Após um tempo fechado, atualmente, esses pavilhões adjacentes à Avenida Doutor Abílio Gomes (Figuras 21 e 22), restaurados, abrigam o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, executado pela Sociedade Beneficente “Dr.

- | | | | | | |
|----|--------------------------------|----|-------------------|----|------------------------------|
| 13 | Cozinha | 24 | Campo de futebol | 35 | Casas geminadas |
| 14 | Parlatório | 25 | Arquibancada | 36 | Prefeitura |
| 15 | Enfermaria de mulheres | 26 | Centro espírita | 37 | Caixa Beneficente |
| 16 | Carville feminino | 27 | Pavilhões | 38 | Restaurante |
| 17 | Pavilhão de clínicas | 28 | Coreto | 39 | Oficinas |
| 18 | Enfermaria de homens | 29 | Praça de esportes | 40 | Casas tipo "H" (bigeminadas) |
| 19 | Carville masculino | 30 | Basquete | 41 | Igreja adventista |
| 20 | Lavanderia | 31 | Primeira igreja | 42 | Pavilhões masculinos |
| 21 | Caramanchão | 32 | Coreto | 43 | Forno incinerador de lixo |
| 22 | Igreja Protestante | 33 | Cassino | 44 | Granja |
| 23 | Antiga direção e administração | 34 | Igreja | 45 | Cemitério |

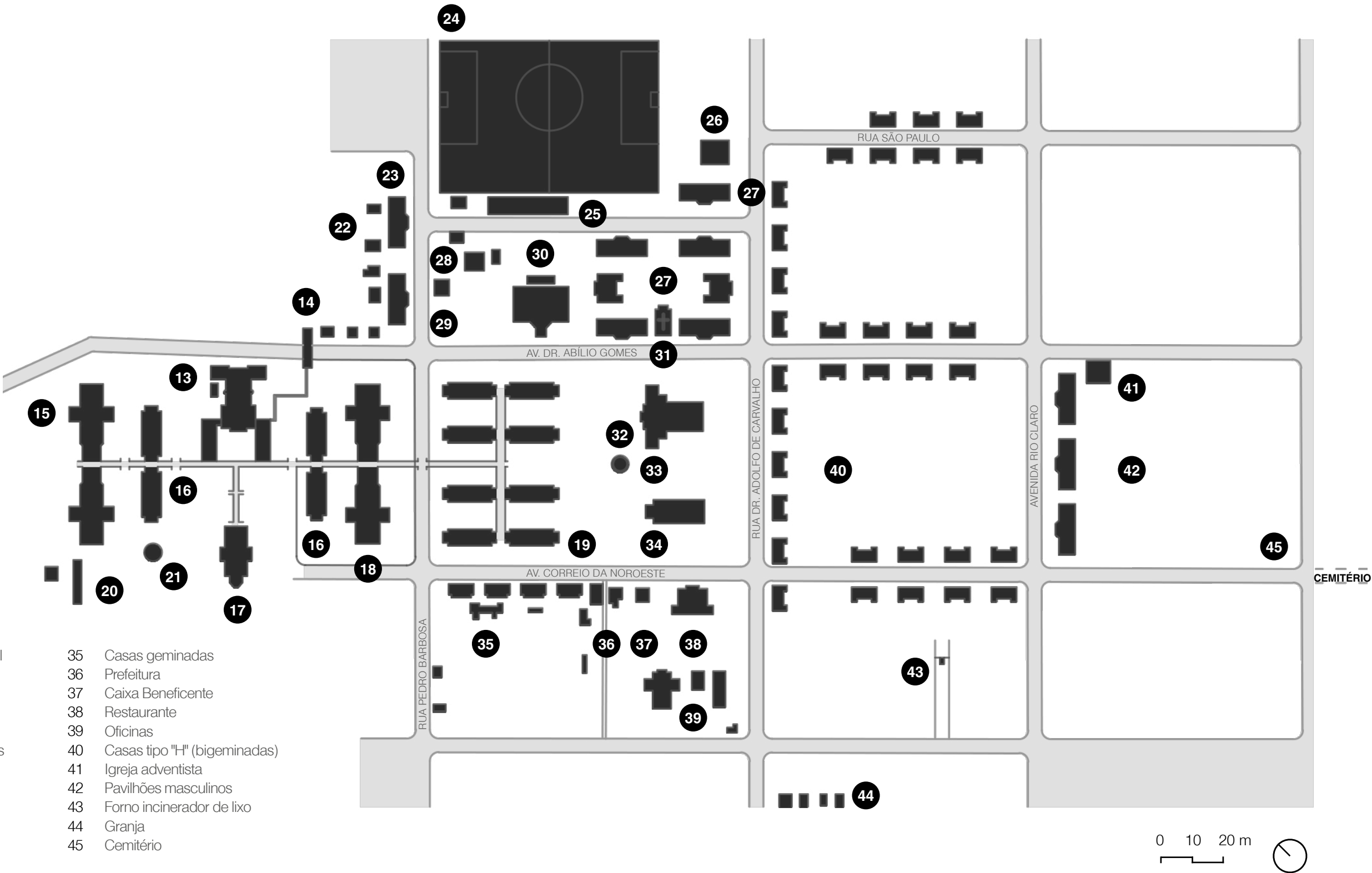


Figura 20

Aproximação da implantação da Zona Doente.

Fonte: Moraes, 2005; Elaboração autoral, 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=37663>. Acesso em: 07 out. 2023.

Carvalho Aguiar” (SBECA) em convênio com a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES) da Prefeitura de Bauru¹⁶.



16

Figuras 21 e 22

Vista aérea, da esquerda para direita: Pavilhões das clínicas, Enfermaria, *Carville* masculino, Coreto e Cassino; e corredor de *Carville* feminino, respectivamente.

Fonte: Acervo CPTM / MUSPER / Fiocruz, década de 1940.



32

Figuras 23

Coreto, *Carvilles* e casas na Praça Adhemar de Barros.

Fonte: Acervo SBECA / ILSL, década de 1940.



14

Figura 24

Portaria entre zonas Intermediária e Doente na Av. Dr. Abílio Gomes.

Fonte: Acervo CPTM / MUSPER, 1944.



Figura 25

Igreja Nossa Senhora das Dores na Praça Adhemar de Barros.

Fonte: Acervo ILSL, s. d.

34





Figuras 26 e 27

Cassino na Praça Adhemar de Barros e casas geminadas na Av. Correio da Noroeste, respectivamente.

Fonte: Acervo SBECA / ILSL, década de 1930 e 1940.



14

Figura 28

Varanda das casas bigeminadas na Av. Correio da Noroeste.

Fonte: CPTM / MUSPER, década de 1940.

Quanto às áreas “públicas”, estas delineavam-se por elementos visuais disciplinares do paisagismo, onde os pontos focais convergiam sobre os elementos construídos. Na Praça Adhemar de Barros, a organização desses elementos, isolados uns dos outros, conferiam visão panorâmica dos edifícios como Coreto, Cassino e Igreja, no centro da praça, como espaços de coletividade reconhecidos pelos ex-internos (Figuras 23, 25 e 26):

Em frente a esse cassino, que hoje é o prédio do museu, era a praça Adhemar de Barros. Era bem grande, tinha muitos bancos, o pessoal ficava ali e a orquestra ficava tocando no coreto. Era divertido, a gente deixava a tristeza de lado. Não só a tristeza. A gente também via quem estava melhor de saúde, quem não estava, então assim mesmo as pessoas procuravam se divertir. – Nivaldo Mercúrio (Moraes, 2005, p. 180)

Os *Carvilles* e casas geminadas e bigeminadas, para habitação coletiva e unifamiliar (Figuras 27 e 28), respectivamente, compreendiam a padronização dessa tipologia arquitetônica, como expressões de um modelo simplificado do bangalô americano, quando contraposto com as ornamentações das mais importantes edificações do Asilo Colônia Aimorés. Observa-se, nas habitações, a aplicação significativamente menor de enquadramento.

A Caixa Beneficente, durante o período de vigência das políticas de internação compulsória, atuava como associação civil de assistência à internos em situação

de maior vulnerabilidade social. Contudo, a nomeação da presidência, geralmente indicada pelo diretor do Asilo Colônia, estabelecia uma conexão entre a administração da Instituição com a liderança dos internos, uma dinâmica semelhante à observada nos cargos de prefeito e delegado (Suzuki, 2018).

Hoje, a Caixa Beneficente, sob o nome de Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar” (SBECA), continua com a prestação de assistência às pessoas acometidas pela hanseníase, prioritariamente àqueles registrados como pacientes nos antigos asilos colônias. A SBECA é dotada de autoridade administrativa independente, com patrimônio próprio, inclusive pelo arrendamento das terras inscritas sob o seu nome. Isso é possível devido à titularidade da propriedade da área do antigo Asilo Colônia Aimorés, adquirida em 31 de julho de 1934¹⁷ pela sociedade da época, sem intervenção direta do Estado até o processo de construção da Instituição. Consequentemente, os ex-internos possuem direito jurídico à área (Pereira, 2009; SBECA, 2023).

O Cemitério circunscreve o fim deste percurso do antigo Asilo Colônia Aimorés, por um pórtico gravado em latim, “*Hic Finis Doloris Vitae*” (ou “Aqui terminam as dores da vida”). Consonante às diretrizes médicas do modelo de Caiuby¹⁸, o Cemitério está há uma distância de aproximadamente 435 m do complexo hospitalar (Figura 26), excluído de qualquer planta original da instituição.

¹⁷ A escritura foi registrada no Cartório de Registro Geral, com anexos da Primeira Circunscrição Imobiliária de Bauru.

¹⁸ O modelo de Caiuby determinava a localização obrigatória das necrópoles sobre uma zona de proteção mínima de 100 m das aglomerações populacionais – “[...] a sua instalação pode ser feita em qualquer ponto, independente de um estudo especial. Basta apenas que fique em lugar afastado e pouco visível das zonas de habitação” (Caiuby, 1918, p. 14 *apud* Moraes, 2005, p. 98), “construídos em pontos elevados, na contravertente das águas que alimentassem as cisternas”, com arborização preferencialmente de espécies delgadas para viabilizar os fluxos de ventilação e evaporação da umidade (Monteiro, 1995, p. 164 *apud* Costa, 2008, p. 77).



Figura 29
Satélite com área do antigo
Asilo Colônia Aimorês e do
Cemitério destacados.

Fonte: Google Earth, 2020;
Elaboração autoral, 2023.





21

Figura 30
Caramanchão.

Fonte: Acervo ILSL, década de 1940 e 1950.



27

24

Figura 31 e 32

Vista aérea do Asilo Colônia Aimorés, com quadra de futebol; e Pavilhão Anita Costa, respectivamente.

Fonte: ILSL, década de 1930.

2.4 Patrimonialização do antigo Asilo Colônia Aimorés

Com a saída de parte dos ex-internos, muitas estruturas físicas do modelo asilar foram demolidas. Em 2016, parte do perímetro do complexo arquitetônico do antigo Asilo Colônia Aimorés foi tombado pela Resolução SC nº 21 de 15/03/2016, do CONDEPHAAT (Processo nº 28.728/1991) como patrimônio cultural de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico dos “remanescentes de um capítulo doloroso [...] da história da saúde em São Paulo” que restabelece “o seu direito à memória em âmbito público” (São Paulo, 2016). O órgão reconhece que o patrimônio associado à saúde pública, principalmente das doenças infectocontagiosas, não foi objeto de um estudo detalhado que identifica o exemplar da rede de profilaxia da hanseníase como síntese do contexto político, social e cultural do século XX, apesar de sua representatividade no território paulista.

Essa ação partiu da diretoria do ILSL, por solicitação do Dr. Diltor Vladimir Araújo Opromolla, em consonância com a diligência da população local. Durante o processo de reparação mobilizado pela geração de filhos das pessoas acometidas pelas políticas de profilaxia da hanseníase na última década (Meneguello; Borges, 2018), a preservação do valor histórico-social desses patrimônios associados à doença foi legitimada.

PERÍMETRO TOMBADO

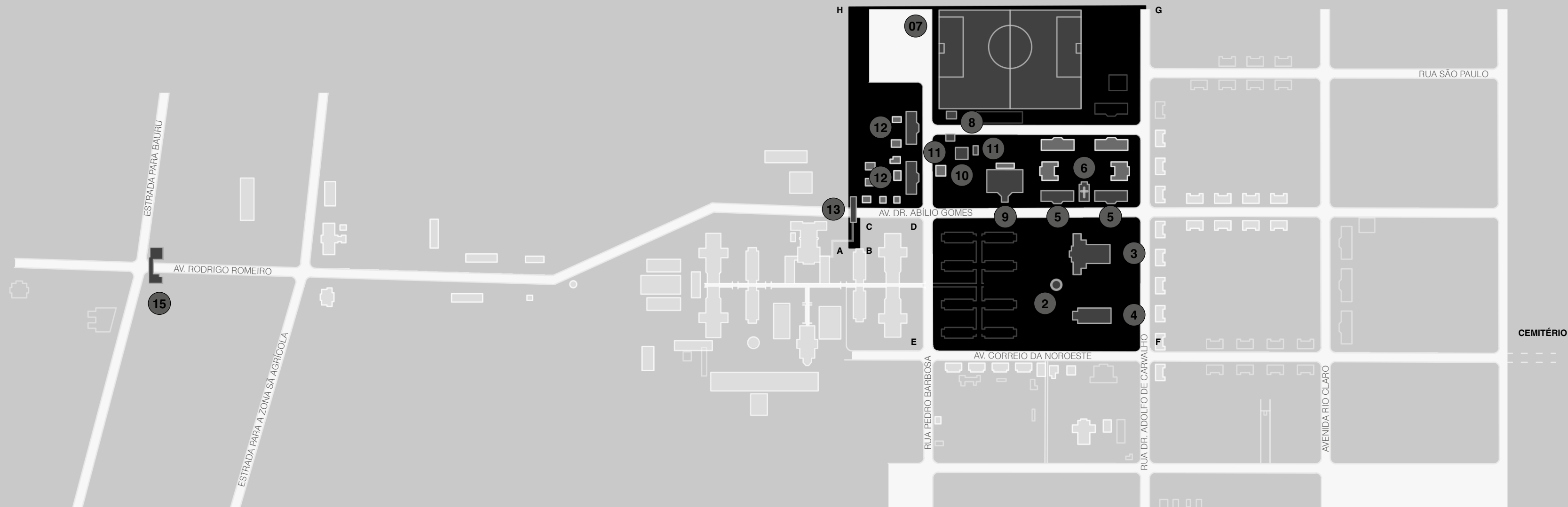
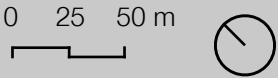


Figura 33

Reprodução de implantação do antigo Asilo Colônia Aimorés com o perímetro de tombamento destacado.

Fonte: CONDEPHAAT, 2016; Elaboração autoral, 2023.

- Perímetro de proteção
- Edifícios
- Edifícios tombados
- Edifícios demolidos



- O perímetro de proteção (Figura 33) estabelecido pelo CONDEPHAAT sobre o antigo Asilo Colônia Aimorés é delimitado por um polígono irregular, eximido de área envoltória. Dentre os elementos arquitetônicos incididos pela Resolução, estão:
- 1. Perímetro de proteção:** polígono irregular (A - B - C - D - E - F - G - H - A);
 - 2. Prédio da Igreja Nossa Senhora das Dores** (1951): localizada entre a Avenida Correio da Noroeste e a Avenida Doutor Abílio Gomes, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica; as envasaduras e emolduramento; os elementos ornamentais das fachadas”;
 - 3. Prédio do antigo Cine Teatro e Cassino** (1938): atualmente utilizado como museu do tratamento da hanseníase, localizado entre a Avenida Correio da Noroeste e Avenida Doutor Abílio Gomes, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica; as envasaduras e emolduramento; os elementos ornamentais; os pisos internos; a distribuição espacial; itens de mobiliário e acervo museológico”;
 - 4. Coreto:** localizado entre a Avenida Correio da Noroeste e a Avenida Doutor Abílio Gomes, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica, os elementos ornamentais e piso cerâmico”;
 - 5. Antigos Carvilles Anita Costa e Araraquara** (década de 1940): localizados na Avenida Doutor Abílio Gomes, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica; as envasaduras e emolduramento; os elementos ornamentais das fachadas e o alpendre de acesso”;
 - 6. Prédio da primeira igreja** do asilo (década de 1930): localizado na Avenida Doutor. Abílio Gomes, s/n. Destaca-se: “a conforma-

- ção volumétrica”;
- 7. Campo de futebol:** localizado entre as ruas Doutor Adolfo de Carvalho e Pedro Barbosa, s/n. Destacam-se: “a implantação do campo e o cercamento por balaustrada em concreto”;
 - 8. Tribuna:** localizada entre as ruas Doutor Adolfo de Carvalho e Pedro Barbosa, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica, as envasaduras e emolduramento, os elementos ornamentais das fachadas e a escada de acesso”;
 - 9. Quadra poliesportiva:** localizada próximo à esquina da Avenida Doutor Abílio Gomes e Rua Pedro Barbosa, s/n. Destacam-se: “a implantação do campo e o seu cercamento com a inscrição ‘Sanatorio Aimores’”;
 - 10. Tablado de dança:** localizado próximo à esquina da Avenida Doutor Abílio Gomes e Rua Pedro Barbosa, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica, o piso cerâmico e o cercamento por balaustrada em concreto”;
 - 11. Bares:** localizados próximos à esquina da Avenida Doutor Abílio Gomes e Rua Pedro Barbosa, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica, as envasaduras e seu emolduramento, os elementos ornamentais das fachadas e os alpendres de acesso”;
 - 12. Prédios da antiga Diretoria e Administração:** localizados à Rua Pedro Barbosa, s/n, atualmente sem uso. Destacam-se: “a conformação volumétrica, as envasaduras e seu emolduramento, a caixilharia, os elementos ornamentais das fachadas e os alpendres de acesso”;
 - 13. Portal:** constituído pelos muros do antigo parlatório, situado à Avenida Droutor Abílio

- Gomes, s/n. Destacam-se: “a conformação volumétrica, os elementos ornamentais e os elementos dão cadência à sua composição”;
- 14. Calçamento** em mosaico português: pavimentam as calçadas e áreas comuns dentro do perímetro delimitado. Destacam-se: “os elementos decorativos e as inscrições feitas com o mesmo material”;
 - 15. Antigo portal de entrada** do Asilo, situado à Avenida Rodrigo Romeiro, s/n (fora do perímetro descrito no inciso.

As propostas técnicas dos estudos de tombamento da ex-rede paulista de profilaxia determinaram-se por uma sequência de critérios estabelecidos para a seleção de edificações e de diretrizes com objetivos à preservação da leitura dos antigos asilos colônias, como: 1) inexistência nos demais conjuntos arquitetônicos remanescentes; 2) excepcionalidade arquitetônica ou histórica; 3) relevância para o funcionamento da rede; 4) grau de conservação (Caporrino; Ungaretti, 2016).

A exceção a esses critérios foram os cemitérios, posto o atual estado de degradação. O Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, por exemplo, apesar de constituir um importante fragmento da memória viva de um passado doloroso das políticas de saúde pública paulista, não foi incluído no perímetro tombado pelo CONDEPHAAT.

O tombamento determina a aprovação prévia de qualquer intervenção sobre o perímetro de proteção pelo órgão estadual, pautada por critérios científicos de preservação patrimonial, sobretudo através de princípios de distinguibilidade e reversibilidade, mantendo os desenhos e materiais originais empregados na sua composição.

Hoje, contudo, com o processo de desaparecimento orgânico do grupo associado à memória coletiva do antigo Asilo Colônia Aimorés, há uma dissolução dos significados desses espaços. O estado de degradação progressivo dos vestígios edificados do perímetro tombado demonstra a carência de manutenção e de investimento público sobre o patrimônio. O tombamento governamental como um salvo-conduto desprovido de apropriação, assim, não é suficiente para a preservação do patrimônio, suscetível à iminência do arruinamento.

3

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DIFÍCIL: CONTEXTO DA EX-REDE DE PROFILAXIA DA HANSENÍASE

Neste capítulo, é explorada a inserção dos cemitérios nas políticas de patrimonialização das cidades contemporâneas. Mediante à identificação dos conceitos-chave que abrangem o objeto do TFG, como patrimônio difícil, memória e lugares de memória, seguidamente da análise da experiência do CONDEPHAAT – órgão que conduziu o tombamento da ex-rede paulista de profilaxia da hanseníase –, sobre as ações estaduais direcionadas à categoria de espaços funerários, a reflexão do presente capítulo fundamenta-se na observação do tombamento dos cemitérios dos antigos asilos colônias como política reparatória.

3.1 Patrimônio difícil

O patrimônio desempenha um papel cada vez mais proeminente nas políticas de gestão das cidades contemporâneas. Em ruptura com o significado estabelecido pela fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1937¹⁹, que orientou um projeto nacional de reconhecimento de um passado heróico brasileiro através da tradição barroca da “pedra e cal”, localizada principalmente em Minas Gerais (Castro, 2008), a partir da década de 1970, houve a promoção da ampliação do

¹⁹ Em 1937 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), posterior Departamento (DPHAN), em 1946, e atual Instituto (Iphan), que a partir de 1970 teve várias denominações até transformar-se em como é nomeado hoje.

conceito de patrimônio.

Conforme a abordagem clássica, o patrimônio relaciona-se com a herança do passado transmitido para as gerações futuras. Embora essa definição ainda mantenha sua relevância, como aponta Elsa Peralta da Silva (2000), é importante que este não se compreenda de maneira restrita aos vestígios físicos do processo histórico. Passam a ser abrangido um conjunto diversificado de ações populares como bens representativos de outras culturas.

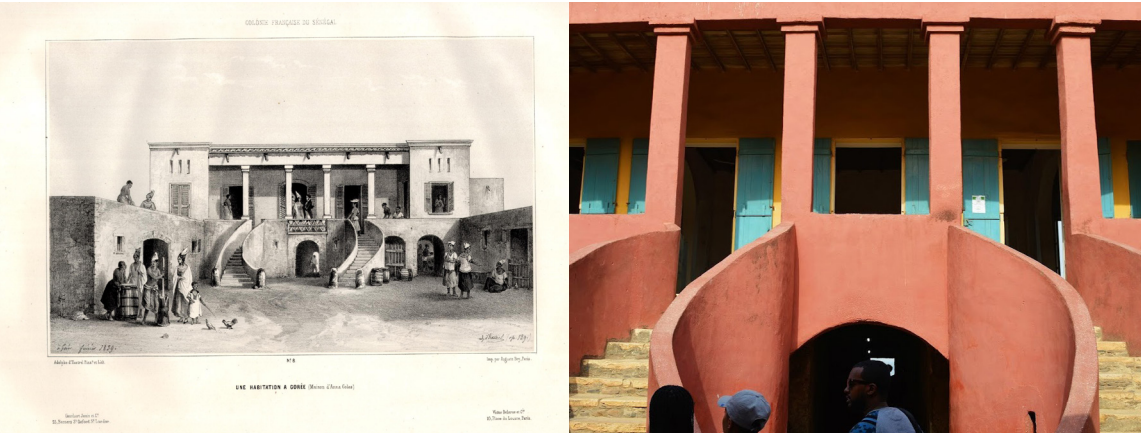
A UNESCO, em 1978, inscreveu à lista de Patrimônio Mundial a ilha de Gorée (Senegal), “[...] símbolo do tráfico de pessoas escravizadas com sua procissão de sofrimento, lágrimas e morte”²⁰; em 1979, o campo de concentração nazista de Auschwitz-Birkenau (Polônia), “[...] símbolo da crueldade da humanidade contra outros seres humanos no século XX”²¹; e em 1996, o Memorial da Paz de Hiroshima (Japão), “[...] símbolo da maior força destrutiva a ser criada pela humanidade”²². Em território nacional, o Iphan, também a partir da década de 1970, tombou cerca de 20 bens imóveis relacionados à patrimônios da saúde, especialmente hospitais, hospícios, capelas e igrejas. Colateralmente, introduziu-se, no exame da patrimonialização, o conceito de **patrimônios difíceis** – também chamados de patrimônios sombrios, marginais ou da dor (Meneguello; Borges, 2018).

Integrados às políticas de memória, Meneguello e Borges (2018) definem tais patrimônios como detentores de vestígios de regimes de exceção promovidos pelo

Estado, assim como de perseguição e extermínio de determinados grupos por outros. Nestes, a memória da dor assume uma dimensão de esclarecimento, “convidando à perplexidade e à possível empatia” (Idem, p. 346).

Estes lugares continuamente estreitam a lacuna entre o passado e o presente, oferecendo às gerações futuras a oportunidade de lembrar tragédias que não testemunharam. Em uma sociedade em que a relação individual com a morte se torna cada vez mais “mediada, distante e asséptica” (Idem, p. 361), os patrimônios difíceis afiguram a conexão entre as pessoas com a morte.

Até a Segunda Guerra Mundial, os critérios históricos para estruturar uma memória pública não passavam pelas vítimas anônimas e coletivas, mas preferencialmente pelos heróis, estadistas e militares. As memórias das vítimas, atravessadas por traumas e silêncios, eram passadas oralmente de geração em geração, no ambiente privado dos sobreviventes. Ou sublimadas através de rituais simbólicos e sociabilidades dos seus herdeiros, em espaços não-hegemônicos, nem legitimados pelo poder. As mudanças no plano da memória social e da crítica historiográfica depois do Holocausto é que vão exigir um outro passado publicamente reconhecível, desconfiado dos discursos e símbolos pautados pelo nacionalismo étnico, pelo culto à civilização eurocêntrica e pelo patriotismo cego. (Napolitano, 2021, p. 3-4)



Figuras 34 e 35

Ilha de Gorée (Senegal).

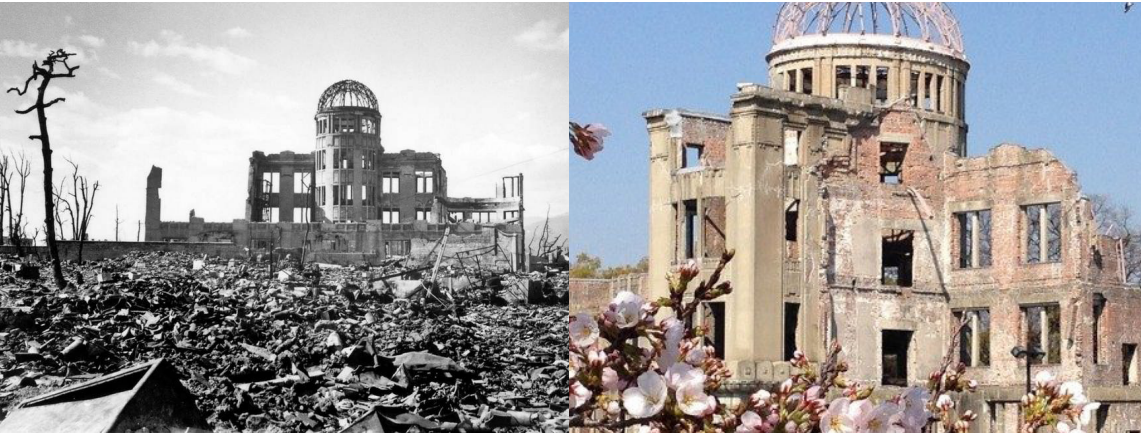
Fonte: Hastrel de Rivedoux, 1839; Reprodução, s. d.



Figuras 36 e 37

Auschwitz-Birkenau (Polônia).

Fonte: Acervo Bundesarchiv, 1945; UNESCO, s. d.



Figuras 38 e 39

Memorial da Paz de Hiroshima (Japão).

Fonte: Erik Bar-nouw, 1945; Reprodução, s. d.

²⁰ Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/26/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

²¹ Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/31/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

²² Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/775/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

²³ Iniciativas vinculadas à Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde têm desempenhado um papel significativo na promoção de uma série de publicações que buscam identificar esses espaços, contribuindo para a sua preservação histórico-cultural (Meneguello; Borges, 2018, p. 356).

²⁴ “[...] verifica-se hoje uma reafirmação das identidades colectivas face às tendências da uniformização individual. Por todo o lado observam-se ‘movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural’ (Moreira, 1996: 23) que parecem constituir reacções locais aos efeitos da globalização.” (Silva, 2000, p. 220).

Nas últimas duas décadas, no Brasil, a discussão sobre a patrimonialização de espaços cercados pela memória da dor concentrou-se na revisitação dos remanescentes materiais do passado recente da ditadura militar e das políticas de profilaxia da hanseníase. Os processos de tombamento de instituições nacionais, especialmente os de asilos colônias construídos a partir das décadas de 1930 e 1940, retificaram os significados desses patrimônios, vistos não apenas como exemplares isolados da história da saúde pública brasileira, mas também como testemunhos de uma política que definiu o território do interior paulista. Atualmente, porém, estudos que abordam o patrimônio desses remanescentes como espaços de memória coletiva ainda são poucos²³, não socialmente representados – a maioria das investigações abordam aspectos políticos, sociais e científicos das instituições.

Através dessas discussões, os asilos colônias, e principalmente os cemitérios destes, não podem ser compreendidos apenas como fragmentos da história das políticas de profilaxia da hanseníase, mas como espaços cercados pela memória da dor. O nó amarrado entre esses espaços de violência com o potencial patrimonial desperta a ressurgência dos eventos traumáticos do passado, impondo a demanda por medidas que repare ou tentem reparar o sofrimento que permeia a reconhecimento da experiência vivida.

Atualmente, a maneira como a sociedade contemporânea se “relaciona com

o passado é profundamente influenciada pelo dinamismo extremo que a caracteriza” (Silva, 2000, p. 219), juntamente com a rápida aceleração das mudanças sociais da globalização. Como resultado, os modelos tradicionais de identificação com o passado, baseados em tradições, frequentemente perdem sua relevância. O passado se torna uma realidade distante da experiência individual na atualidade, como um “país estrangeiro” (Lowenthal, 1985 *apud* Silva, 2000, p. 219).

Otília Arantes (2000) critica o papel da gestão cultural no Brasil como uma “âncora identitária da nova urbanística” que confere a proliferação de centros de memória homogeneizados²⁴ como atributos estéticos e turísticos de uma “cidade-empreendimento” (Arantes, 2000 *apud* Silva, 2000). Essas preocupações se manifestam através do aumento da relevância conferida às políticas preservacionistas, como um elemento fundamental na afirmação das características distintivas de cada localidade, inclusive de patrimônios difíceis. Os memoriais, com igualdade, a partir da década de 1990 começaram a adquirir destaque em diversas cidades.

Coexiste com a assimilação patrimonial destes espaços associados à memória da dor um fenômeno de turismo denominado como *dark tourism*, tanaturismo ou turismo mórbido (Meneguello; Borges, 2018). Recentemente, esse fenômeno começou a ser tema de discussão acadêmica, especialmente no que se refere à compreensão das motivações das pessoas que os

visitam:

O que de fato buscam os públicos que vão a estes locais? Em instituições que ainda abrigam seus últimos doentes, como promover a visitação e preservar os moradores? Quais usos morais podem receber estes espaços?

O fenômeno parece abrigar ao mesmo tempo a morbidez ou o *frisson* do medo e os sentidos mais históricos e amplos da sobrevivência às atrocidades. Nestes locais, o sofrimento pode ser repetido (e re-encenado) *ad infinitum* na rememoração (Stone; Sharpley, 2008; Stone, 2012 *apud* Meneguello; Borges, 2018, p. 362)

À vista disso, Meguello e Borges (2018), afirmam a necessidade de problematização da memória da dor que, desprovida de contexto político, transforma o sofrimento em objeto de espetacularização, esvaziado de consciência. A revelação do sofrimento por intermédio dos processos de patrimonialização introduz novos significados, estimulando a reflexão e estabelecendo uma conexão entre o passado e o presente permeada por sentimentos de “perplexidade” e “empatia” (*Ibidem*, p. 362).

Frente a essa assimilação, a experiência do sofrimento pode ser compreendida como um fato histórico capaz de desencadear transformações sociais, como contranarrativa a ser reconstruída, principalmente pela memória coletiva:

[...] os gestos que o provocaram, as racionalidades que a ele conduzem, as palavras que o dizem de tal ou tal maneira e aquelas que o acompanham – para suportá-lo ou negá-lo, heroizá-lo ou lamentá-lo – não figuram como um objeto pleno sobre o qual refletir e como algo que entra em interação com os acontecimentos [...]” (Farge, 2011, p. 15 *apud* Meneguello; Borges, 2018, p. 362).

Com o reconhecimento do potencial patrimonial desses bens particularizados pela dor, é preciso demarcar os limites da função sobre eles: como interpretar o valor histórico dos remanescentes das políticas de profilaxia da hanseníase no Brasil?; como preservar com ética sua memória material e imaterial?; como garantir sua longevidade na dinâmica das cidades contemporâneas?. Nesse processo reparatório, a patrimonialização dos lugares de memórias traumáticas não pode ser dissimulada de seu passado. Na ausência do registro da tragédia, existe o perigo de que esses locais se transformem em espaços de silenciamento da memória da dor, sinalizando um desejo de esquecimento por parte das autoridades públicas e, por conseguinte, da sociedade como um todo (Idem, p. 363).

3.2 Cemitérios são lugares de memória

A memória de um indivíduo, para o sociólogo Maurice Halbwachs (1990), está sempre ligada à sua inserção por grupos de referência que exercem influência sobre a história, a política, a linguagem, a cultura e a construção de identidade de um espaço urbano. Portanto, a memória é uma construção coletiva, mas também um processo intrinsecamente individual – qualquer ser humano é produto das interações sociais que experimentou.

Ainda que não esteja diretamente compreendida por nenhuma outra pessoa, a memória individual, invariavelmente, insere-se no mesmo domínio das lembranças de muitas outras pessoas. A significação dessas lembranças “vivas e repassadas”, constituem a história oral de determinados grupos, como patrimônios de uma memória coletiva. Essa, geralmente, costuma inclinar-se à idealização do passado, frequentemente associada a um evento específico considerado de máxima importância. Todo o restante, está destinado ao esquecimento, que desempenha papel fundamental na construção da elaboração da memória coletiva que, conforme Olga Von Simson:

[...] é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chama-

mos de lugares da memória que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. (Von Simson, 2003, p. 14 e 15)

Consequentemente, a memória é, preliminarmente, objeto de conflito. Desde a definição de seu conceito até os métodos de preservação, os discursos do patrimônio “competem [...] pela representação de uma identidade como memória coletiva” (Gonçalves, 1996 *apud* Castro, 2008, p. 39).

Silva (2000) destaca que nem todos os vestígios do passado podem ser automaticamente classificados como patrimônio. O patrimônio não se limita apenas ao legado que é transmitido de geração em geração; mas por uma seleção criteriosa de um grupo significativo da sociedade que opta deliberadamente por legar às gerações futuras.

Esta noção de património, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então. (Silva, 2000, p. 218)

Através dessas definições, um ele-

mento fundamental na compreensão da memória coletiva emerge: os **lugares de memória**. Conceito introduzido pelo historiador Pierre Nora (1993) durante o século XX, estes podem ser descritos sucintamente por três características: material, por pontos de referências que configuram o espaço, como sons, sentimentos e paisagens – cemitérios, memoriais, museus, monumentos e santuários, por exemplo –, até arquivos, associações, coleções e jornais, por exemplo; funcional, pois garante a preservação da memória e, consequentemente, sua transmissão; e simbólica, uma vez que expressa um determinado evento vivenciado por uma minoria de pessoas, muitas vezes já falecidas, mas que ainda proporcionam uma representação para uma maioria que não participou diretamente do evento.

Os contínuos esforços para a preservação dos lugares de memória refletem a iminente possibilidade do esquecimento de referências que constituem importantes eixos para se pensar a cidade. Nora enfatiza esse pensamento, afirmando: “se o que [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (Nora, 1993, p. 13).

Assim, o patrimônio é amplamente reconhecido como uma “construção social”, conforme definido por Llorenç Prats (1997 *apud* Silva, 2000):

Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que confe-

rem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. (Silva, 2000, p. 2019)

A respeito do patrimônio relacionado à saúde, a preservação surge como uma necessidade quando desativados, reutilizados e/ou abandonados. As estruturas destes bens imóveis frequentemente submergem em estado de arruinamento pelo tempo, falta de manutenção e ausência de investimento público. Nas políticas voltadas para a preservação do patrimônio, o passado pode se transformar em um espaço a ser protegido em sua totalidade. Isso estabelece a memória como um meio de construção de um senso de pertencimento social, quando criados e mantidos espaços destinados à memória coletiva. Essas iniciativas representam uma forma de salvaguardar uma identidade compartilhada por todos os membros de uma comunidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS), então, defende a importância de conferir um propósito contínuo a espaços como os asilos colônias (Meneguello; Borges, 2018), em resistência à extinção material e a fatal perda de valor histórico-cultural, contexto este que também enquadra os cemitérios dos remanescentes da ex-rede de profilaxia paulista como lugares da memória.

²⁵ Ver: CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos:** arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Ainda que não intencionalmente, os cemitérios, desde os primeiros assentamentos humanos, originam-se como repositórios históricos – e da memória. Estes são importantes objetos de pesquisas para diferentes áreas do conhecimento, quando incorporam, em sua própria materialidade, a marca do tempo. Essa influência temporal expressa, através da arquitetura fúnebre, as representações materiais e imateriais identitárias de um grupo social. Assim, o cemitério não apenas representa o fim, mas também é um espaço onde a vida, de alguma forma, sobrevive.

No Brasil, os espaços da morte acompanharam as fundações das cidades brasileiras, permanentemente como partes fundamentais das ações de urbanização, destacadamente nos séculos XIX e XX, período de evolução do conceito de higienismo por uma elite técnico-científica que introduziu o cemitério na discussão da gestão pública dos núcleos urbanos (Cymbalista, 2002). Ainda nesse século, um processo de exílio dos cemitérios configurou uma transformação nos vínculos entre a cidade dos vivos e a dos mortos²⁵. Habitualmente acompanhados por concepções ocidentais da morte, as ações de patrimonialização dos espaços funerários continuam sob um sentimento de evitação.

3.3 Políticas governamentais de patrimonialização dos cemitérios

O debate sobre a inserção dos cemitérios enquanto patrimônios culturais nas cidades contemporâneas, mesmo que gradativamente ampliado, mantém-se embrionário. No contexto das ações de patrimonialização da ex-rede paulista de profilaxia da hanseníase, os cemitérios são predominantemente excluídos dos perímetros de proteção do CONDEPHAAT. Estes são classificados nos estudos de tombamento como objetos de análise para o reconhecimento de “Lugar de Interesse Cultural” (Caporrino; Ungaretti, 2016), questionando o critério de identificação dos cemitérios como bens culturais: quando um cemitério é patrimônio?

Como caracteriza Elisiana Trilha Castro (2020), o reconhecimento dos cemitérios como **patrimônio cultural funerário** ultrapassa as representações materiais desses espaços:

De todos os segmentos do patrimônio cultural, o funerário é o que se refere diretamente ao fechamento do ciclo vital. Os mortos e as manifestações em torno da morte de um determinado grupo social, como legado, se constituem no que pode ou não ser preservado. Esse segmento do patrimônio cultural instiga a preservar o que está relacionado

com o momento em que finda nossa trajetória e a daqueles que conhecemos. Trata-se da materialidade das edificações erguidas para os mortos, dos ritos de finados, das devoções de santos milagreiros, dos rituais e romariais em lugares de crimes, entre outros bens. (Castro, 2020, p. 145)

Isto é, no cemitério, as representações imateriais também expressam os valores de um sítio onde registra-se a memória identitária de um grupo social, atribuindo potencial histórico, artístico e/ou cultural a este espaço. Portanto, o que qualifica os cemitérios como patrimônios aptos às políticas de preservação são exatamente essas representações *sui generis* – materiais ou imateriais –, de um território. Atualmente, cemitérios identificados como bens patrimoniais tombados existem em algumas cidades, incluindo as do Brasil.

O tombamento é um instrumento jurídico para a preservação de um bem caracterizado por seu valor histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico. Mas no caso de um cemitério, o tombamento, diferentemente de outros bens culturais, pode alterar as ações de usabilidade. Para a preservação da integridade física do patrimônio funerário, práticas de sepultamento e de ma-

nutenção das lápides, por exemplo, têm de ser integradas com atividades de educação patrimonial junto à comunidade. São questões que se sobrepõem quando ainda existem partes responsáveis pela conservação dos túmulos presentes no cemitério.

Concomitantemente, a identificação dos patrimônios materiais e imateriais utiliza-se de inventários de documentação. O inventário é uma compilação em ficha que documenta, não apenas informações básicas para a identificação do bem, mas também dados específicos para a caracterização deste, e também documentos técnicos, imagens e pesquisas (Salcedo, 2020). Estes métodos são uma alternativa para a salvaguarda dos patrimônios, “servindo como base para o planejamento da cidade, educando e sensibilizando a sociedade e criando uma consciência de preservação deste patrimônio” (Carvalho; Amaral, 2011, p. 7).

Uma consulta na base de dados do CONDEPHAAT expõe o tombamento de apenas oito (8) patrimônios funerários pelo órgão, datados entre os séculos XVIII a XIX, como cemitérios, túmulos, portões, estátuas funerárias e vestígios arqueológicos associados à escravidão.

Quadro 2

Características dos cemitérios tombados pelo CONDEPHAAT.

Fonte: Elaboração da autora, 2023

	Denominação	Década	Município	Categoria	Participação no pedido	Nº do processo	Livro de tomo
1	Capela Nossa Senhora da Ajuda e Seus Pertences	1700	Guararema	Religioso	Parte	22151/82	Histórico
2	Capela dos Aflitos	1720	São Paulo	Religioso	Parte	20125/76	Histórico
3	Cemitério dos Escravos	1840	São José do Barreiro	Evocação	Objeto	00496/74	Histórico
4	Túmulo de Júlio Frank	1840	São Paulo	Evocação	Objeto	20320/77	Histórico
5	Cemitério da Consolação	1850	São Paulo	Evocação	Objeto	16264/70	Histórico
6	Cemitério da Colônia Japonesa	1910	Álvares Machado	Evocação	Objeto	21028/79	Histórico
7	Antigo Asilo Colônia Pirapitingui, atual Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes	1930	Itu	Assistência e Saúde	Parte	72097/14	Histórico
8	Ruínas do Engenho do Rio Quilombo	s. d.	Santos	Arqueológico	Parte	00382/73	Histórico

Observando as informações do Quadro 2, é possível qualificar os critérios de patrimonialização dos cemitérios tombados pelo órgão estadual. O valor atribuído a esses cemitérios não se deve apenas a sua ligação com outros bens ou complexos paisagísticos, mas pelos elementos representativos que os tornam exclusivos na história do estado, como espaços da memória coletiva.



Figura 40

Capela dos Aflitos, no bairro da Liberdade em São Paulo.

Fonte: Karime Xavier / Folha, 2023.



Figuras 41 e 42

Cemitério dos Escravos, em São José do Barreto, e Cemitério da Colônia Japonesa, em Álvares Machado, respectivamente.

Fonte: CONDEPHAAT, s. d.; Reprodução, s. d.



Figura 43

Cemitério do antigo A.C.
Pirapitingui, em Ituaçu.

Fonte: São Paulo Antiga,
2011.

Os valores patrimoniais de um cemitério compreendem: importância histórico-social; associação do espaço com a vida de um grupo de pessoas e, consequentemente, com o trabalho destas; demonstração de elementos estéticos e/ou de técnicas artísticas; potencial de contribuição para a compreensão da história; representação de aspectos discriminativos ou sob perigo; e relevância para a apresentação das características

principais de uma classe²⁶. A defesa do patrimônio, de maneira abrangente, afirma a necessidade da preservação, conservação e restauração de bens materiais e imateriais integrada com o desenvolvimento de um território urbano, que determinará a viabilidade de intervenções sobre estes portadores de valores de significação incontestáveis para uma cultura (Carta de Atenas, 1933).

3.4 Tombamento como prática reparatória da memória da dor

Hoje, pelo pouco que sobra, dá para ver que as lápides eram quase obras de arte. Santos, anjos, detalhes, desenhos enfeitavam o momento de morrer dos leprosos. Hoje, essas marcas brigam para resistir ao tempo e ao desleixo. O mato toma conta do local onde parentes e internos descansam ou não. Dá para contar nos dedos de uma mão quantas cruzes do cemitério estão de pé. Partidas, quebradas tortas, como a história toda, que parece ir se embora a cada ex-interno que morre. Mais ao fundo, algumas covas já abertas antecipam o fim dos ex-internos mais antigos. São cerca de dez buracos já feitos, para facilitar o trabalho depois. (Penha, 2014, p. 159)

Nos antigos asilos colônias, a vida do doente findava no cemitério. A evitação sobre estes espaços da morte, isolados dentro da própria cidade extramuros, é ampliada no contexto da saúde pública brasileira pela repulsa associada ao estigma da “le-

pra”. Durante os estudos de tombamento da ex-rede paulista, a inspeção revelou o estado de degradação dos cemitérios. Parte das lápides estão sem identificação – comuns túmulos violados, ossadas expostas e elementos construídos depredados –, como também, as instituições responsáveis não mantinham a documentação sobre as pessoas enterradas (Caporrino; Ungaretti, 2016; Meneguello; Borges, 2018).

Esse anonimato póstumo perpetua a invisibilidade de uma existência violada pelas políticas de profilaxia da hanseníase, reforçando a expressividade dos patrimônios difíceis frente às políticas de preservação – e, sobretudo, de reparação. Nesses cemitérios, representativos da história das políticas de profilaxia da hanseníase, muitos permanecem sem direito à memória individual, diante da ausência de identificação, desinteresse por parte das autoridades públicas ou atos de vandalismo.

²⁶ Adaptado do *Guidelines for Cemetery Conservation* do órgão de patrimônio da Austrália, o National Trust of Australia (NSW), de acordo com o contexto do estado de São Paulo.

CEMITÉRIOS DOS ANTIGOS
ASILOS COLÔNIAS

CEMITÉRIO REINO DAS ROSAS



Antiga Colônia Santa Isabel
Betim - MG



Figura 44
Cemitério da antiga Colônia Santa Isabel, em Betim - MG.
Fonte: Agenda Betim, *s. d.*

CEMITÉRIO DO ANTIGO ASILO
COLÔNIA PIRAPITINGUI



Antigo Asilo Colônia Pirapitingui
Itu - SP



Figura 45
Cemitério do antigo Asilo Colônia Pirapitingui, em Itu - SP.
Fonte: Mayco Geretti / G1, 2011.

CEMITÉRIO DA PAZ



Antigo Hospital Colônia de Barbacena
Barbacena - MG

Figura 46

Cemitério do antigo Hospital Colônia de Barbacena, em Barbacena - MG.
Fonte: Registros de Barbacena, 2020.

CEMITÉRIO NOSSA SENHORA
DO CARMO



Antigo Asilo Colônia Santo Ângelo
Mogi das Cruzes - SP

Figura 47

Cemitério do antigo Asilo Colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes - SP.
Fonte: São Paulo Antiga, 2011.

● Bens tombados

Quadro 3

Cemitérios dos antigos asilos colônias nos estudos de tombamento.

	Instituição	Nº do processo	Homologação	Identificação do cemiterio	Grau de conservação	Inclusão no perímetro de tombamento
1	A.C. Santo Ângelo	72143/14	Resolução SC - 109 - 07/11/2018	Cemitério Nossa Senhora do Carmo	Em arruinamento	Não
2	A.C. Padre Bento	33189/95	Resolução SC - 56 - 14/06/2011	-	Em arruinamento	Não
3	A.C. Pirapitingui	72097/14	Resolução SC - 66 - 19/12/2017, retificado pela Resolução SC - 131 - 26/12/2018	Cemitério São José	Precário	Sim
4	A.C. Cocais	72140/14	Resolução SC - 25 - 27/03/2018	-	Arruinado	Não
5	A.C. Aimorés	28728/91	Resolução SC - 21 - 15/03/2016	-	Precário	Não

Fonte: Elaboração da autora, 2023

Em contrapartida, nas últimas décadas os cemitérios parecem estar se reintegrando aos espaços urbanos, abertos a outras formas de visitação, ainda que não aceitos de forma consensual. Estão presentes em rotas histórico-culturais enquanto lugares da memória de uma cidade, como Paris (Cemitério do Père-Lachaise), Buenos Aires (Cemitério da Recoleta), Joinville (Cemitério do Imigrante) e São Paulo (Cemitério da Consolação).

Essas articulações turísticas do patrimônio cultural, contudo, não são aplicáveis para os sítios acompanhados pela memória da dor. No patrimônio difícil, como os cemitérios dos antigos asilos colônias, a patrimonialização vai além da simples preservação; neles, o objetivo é de reflexão sobre as experiências representadas pelo espaço, de

esclarecimento, não de apreciação estética, “mas para que seja reafirmado o princípio da não repetição, o desejo de um ‘nunca mais’” (Ferreira; Serres, 2018, p. 102 *apud* Batista, 2018, p. 60).

A proposta de preservação dos remanescentes da ex-rede paulista que compreenda o cemitério no perímetro de tombamento, então, oportuniza uma análise ampliada das ações de profilaxia dos asilos colônias, atribuindo valor não apenas às estruturas materialmente representadas nos complexos, mas também às imaterialidades representativas da memória desses espaços. O tombamento como instrumento jurídico, então, possibilita reconhecer as dores de um passado apagado da história oficial porque indesejada, com vista à reparação do irreparável.



Figuras 48 e 49

Imagens do Cemitério no ano de 2011, antes do tombamento de parte do antigo Asilo Colônia Aimorés pelo CONDEPHAAT.

Fonte e fotos: Jaime Prado, 2011.





Figura 50

Pórtico de entrada do
Cemitério do antigo A
lo Colônia Aimorés.

Fonte: Laura de Miranda
Lima, 2022.

4

CEMITÉRIO DO ANTIGO ASILO COLÔNIA AIMORÉS

Este capítulo apresenta o objeto de estudo do presente TFG: o Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés. Através da reflexão sobre a falta de documentação existente do espaço funerário, uma interconexão entre paisagem e memória é estabelecida, como elementos complementares na reconstrução dos significados do Cemitério.

4.1 Aqui terminam as dores da vida?

O Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés demarca o ponto final dos internos da ex-rede de profilaxia da hanseníase, em uma caminhada da vida à morte tomada por vazios. O acesso para o espaço funerário é circunscrito por um pórtico que enuncia em latim: “*Hic Finis Doloris Vitae*” (ou

“Aqui terminam as dores da vida”) (Figura 51). No sítio, 671 túmulos sem identificação resistem à força do tempo e do apagamento. No total, são mais de 3.328²⁷ pessoas enterradas sem direito à memória. Quem foram estas pessoas? Quais foram os seus nomes? Quais foram as suas dores? As mesmas perguntas continuam emergindo diante do anonimato póstumo que vivifica, em morte, um ciclo de invisibilidade. No Cemitério, as dores das vidas circunscritas pelas políticas de profilaxia da hanseníase realmente terminaram?

Existe uma falta de documentação afônica sobre o Cemitério que, apesar de constituir fragmento significativo da memória coletiva do antigo Asilo Colônia Aimorés, especialmente da população de ex-internos, familiares e outros associados, não foi compreendido na proposta técnica de tombamento do complexo arquitetônico pelo CONDEPHAAT. No estudo de tombamento do Processo nº 28.728/91, o órgão

²⁷ Dado obtido por Penha (2014), no ano de 2014.



Figura 51
Pórtico de entrada do
Cemitério com o inscrito
"Hic Finis Doloris Vitae".

Fonte: Acervo pessoal;
Foto: Laura de Miranda
Lima, 2022.

estadual do patrimônio cita nove (9) vezes o Cemitério, sem registros significativos.

Nada consta nos arquivos das instituições dirigentes, sequer um mapa de quadras dos túmulos. Na consulta de vistas públicas originais de órgãos públicos, privados e semiprivados, foi autorizado o acesso ao Processo nº 28.728/1991 do CONDEPHAAT; do acervo da biblioteca do ILSL; do arquivo digital da Fiocruz; e das legislações federais, estaduais e municipais referentes às políticas de profilaxia da hanseníase no Brasil. Também foram feitas consultas na diretoria do ILSL, na SBECA, no SAME, no CVE, nas prefeituras dos municípios de Bauru e Pederneiras e no NUPHIS/UNISAGRADO, respectivamente. Todos, com exceção do SAME, informaram não haver documentação oficial referente à área do cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés. Essa documentação, arquivada pela instituição de saúde, são os obituários, com acesso restrito à ex-internos e familiares – a solicitação para o acesso da documentação foi feita em março de 2023, sem resposta. Na *internet*, do pouco resultado que surge, predominam menções fora de contexto, relatos pessoais e denúncias de abandono do cemitério feitas pela comunidade civil *online*.

Como explicação desse apagamento contínuo, não apenas da documentação oficial, como também da identificação dos túmulos do Cemitério e proteção de informação rígida do ILSL, há a hipótese de que, diante dos estigmas associados à hanseníase no Brasil, o pedido de não divulgação

dos nomes dos ex-internos parta das próprias famílias, acatado pelo instituto por razões éticas.

Entre paisagem e memória, uma rede complexa de significados emerge para além do patrimônio histórico oficial, também nas paisagens alegadamente simples. Nos patrimônios difíceis, estas revelam fragmentos da experiência humana por símbolos ancorados na materialidade do espaço-tempo onde estão contextualizados. A experiência de visitar estes locais nos põe uma marca que, mesmo não sendo nossa, a dor é sentida. A paisagem, então, apreendida individual ou coletivamente, configura-se como objeto de informação e de esclarecimento, fundamental na construção de identidade, de cidadania e de integração social do ex-Asilo Colônia Aimorés.

Frente à ausência quase completa de documentação oficial, a inventariação do bem imóvel auxiliou na compreensão da paisagem do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés – e para a posterior reconstrução 3D do sítio. No levantamento *in loco*, coletou-se dados métricos, fotográficos e de percepção ambiental, conforme modelo de inventário baseado no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan, dividido pelos módulos conhecimento, gestão e cadastro (Apêndice A).



Figuras 52 - 59

Reconstrução da paisagem do Cemitério.

Fonte: Acervo pessoal;
Fotos: Camila Ayra Mori,
2022.



4.2 Identificação tipo-
-morfológica da paisagem

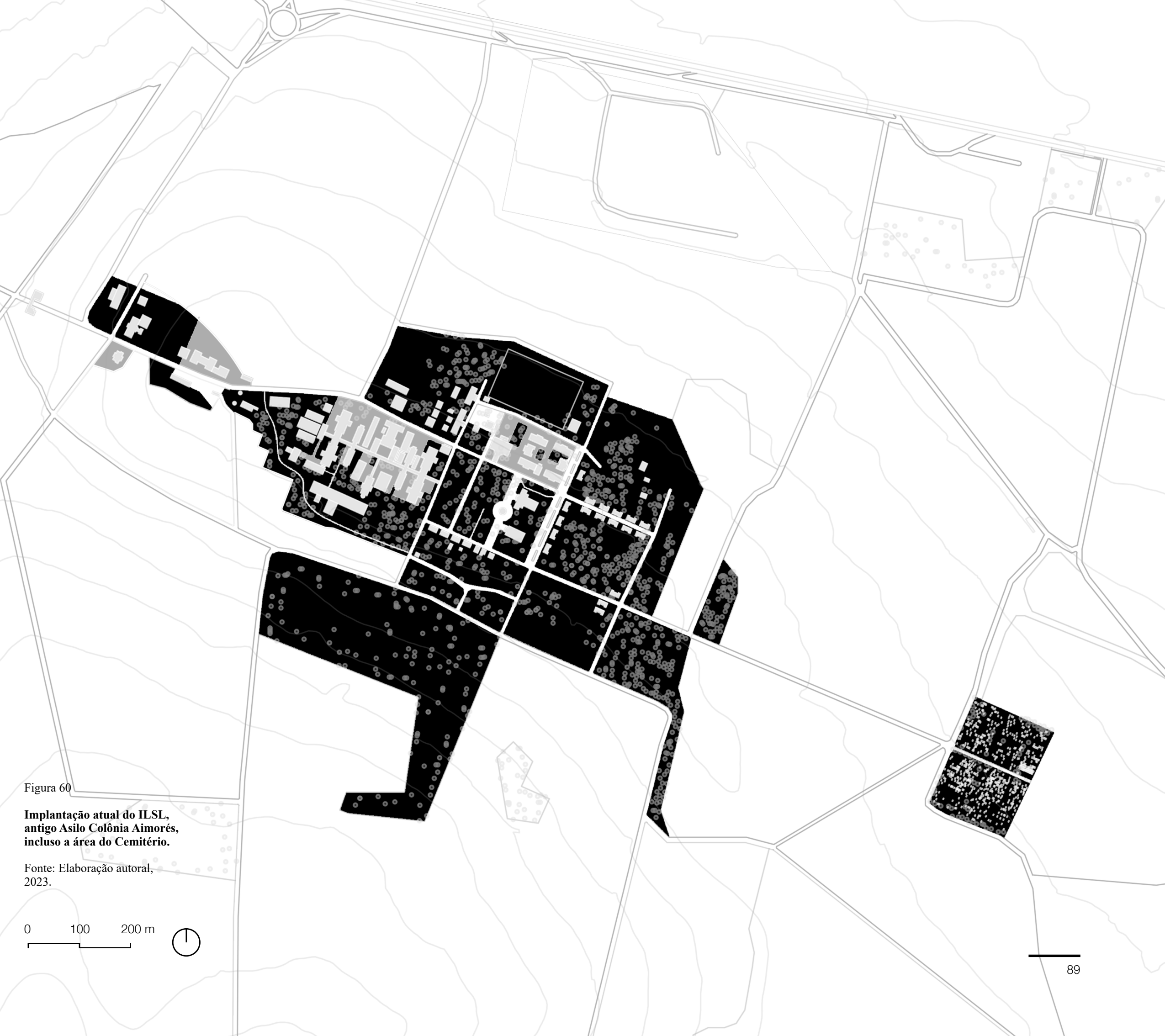
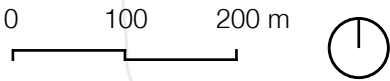
O Cemitério está implantado há 435 m de distância do complexo arquitetônico do antigo Asilo Colônia Aimorés (Figura 60). Sua paisagem é dividida simetricamente por uma passagem central pavimentada: do lado direito, encontram-se aproximadamente 372 lápides com técnicas de ornamentação e materiais (rochas) mais sofisticados; do lado esquerdo, encontram-se aproximadamente 299 lápides com técnicas de ornamentação e materiais (cimento) mais simples. Em geral, as lápides de ambos os lados estão identificadas apenas por códigos numéricos, sem nomes, salvo raras exceções. A quantidade total de lápides é de aproximadamente 671, identificados através do mapeamento via satélite do Google Earth (Figura 61).

A distância entre os túmulos parece não seguir medida padrão. Pode-se concluir que sua construção se deu junto da ativação do Asilo Colônia Aimorés. Há um conflito de informações quanto à data de desativação do Cemitério.

Figura 60

Implantação atual do ILSL, antigo Asilo Colônia Aimorés, incluso a área do Cemitério.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.



CEMITÉRIO DO
ANTIGO ASILO
COLÔNIA AIMORÉS

Figura 61

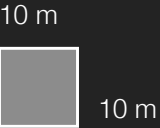
Planta do Cemitério do an-
tigo Asilo Colônia Aimorés

Fonte: Elaboração autoral,
2023.

Rodovia
Comte. João
Ribeiro de
Barros

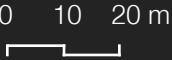
Instituto
Lauro de
Souza Lima
(ILSL)

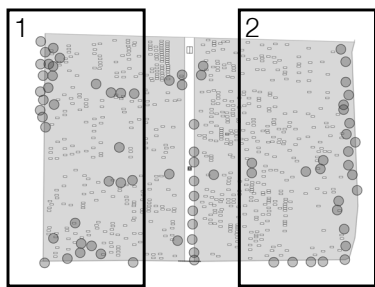
Vale do
Igapó



ÁREA TOTAL	22.888,974 m²
PERÍMETRO	612,29 m
DIREITA	372 lápides
ESQUERDA	299 lápides
TOTAL	671 lápides

Segundo Moraes (2005, p. 149), o número de túmulos em 29/06/2005 era de **3.279**, contudo, foram identificados por satélite a quantidade de lápides informada acima.

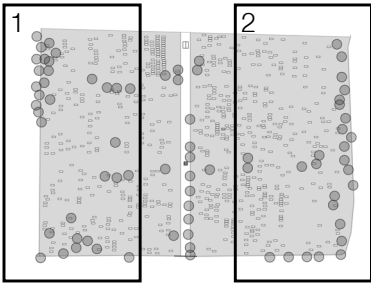




Figuras 62 e 63

**Diferenças entre as paisagens
do lado esquerdo e do lado
direito do Cemitério.**

Fonte: Acervo pessoal; Fotos:
Camila Ayra Mori, 2023.



Figuras 64 - 72
Lápides do lado
esquerdo do Cemi-
tério.

Fonte: Acervo pes-
soal; Fotos: Bruno
Pereira Araújo Alva-
renga, 2022.



Figuras 73 - 81

Lápides do lado di-
reito do Cemitério.

Fonte: Acervo pes-
soal; Fotos: Camila
Ayra Mori e Laura
de Miranda Lima,
2022.



A

PÓRTICO

Figuras 82, 83 e 84

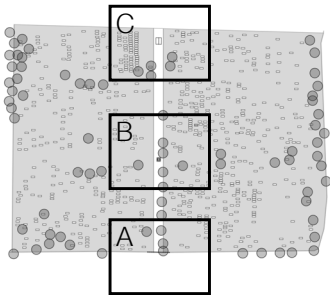
Elementos construídos de destaque do Cemitério.

Fonte: Acervo pessoal; Fotos: Camila Ayra Mori e Lara Arcocha de Camargo.



C

CAPELA COM ALTAR SIMPLES



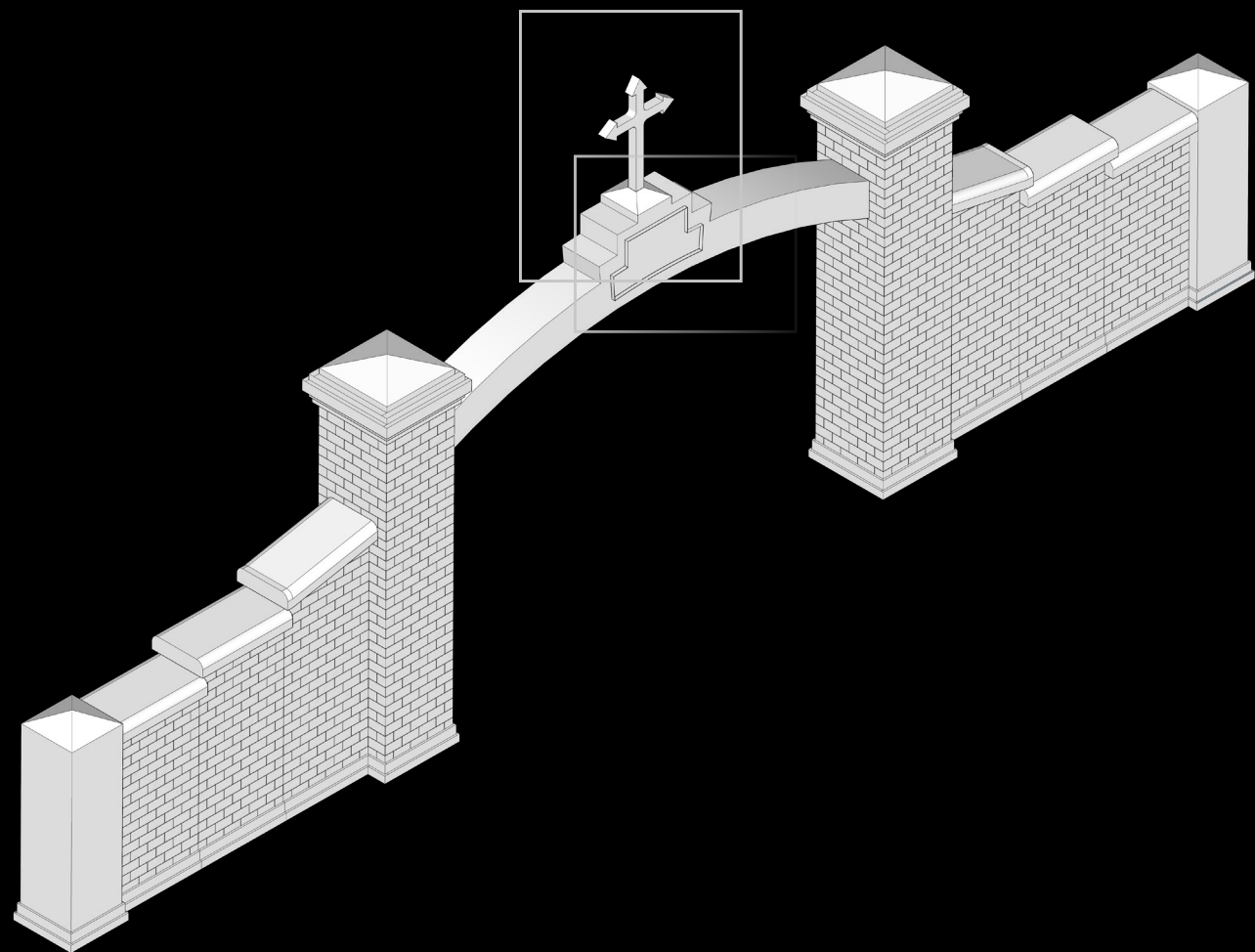
B

CRUZ CENTRAL

No Cemitério, como uma espécie de monumento do lugar, o pórtico de entrada ergue-se em arco, por um método construtivo que utiliza alvenaria armada e ornamentação na cruz central e nas colunas laterais (Figura 82).

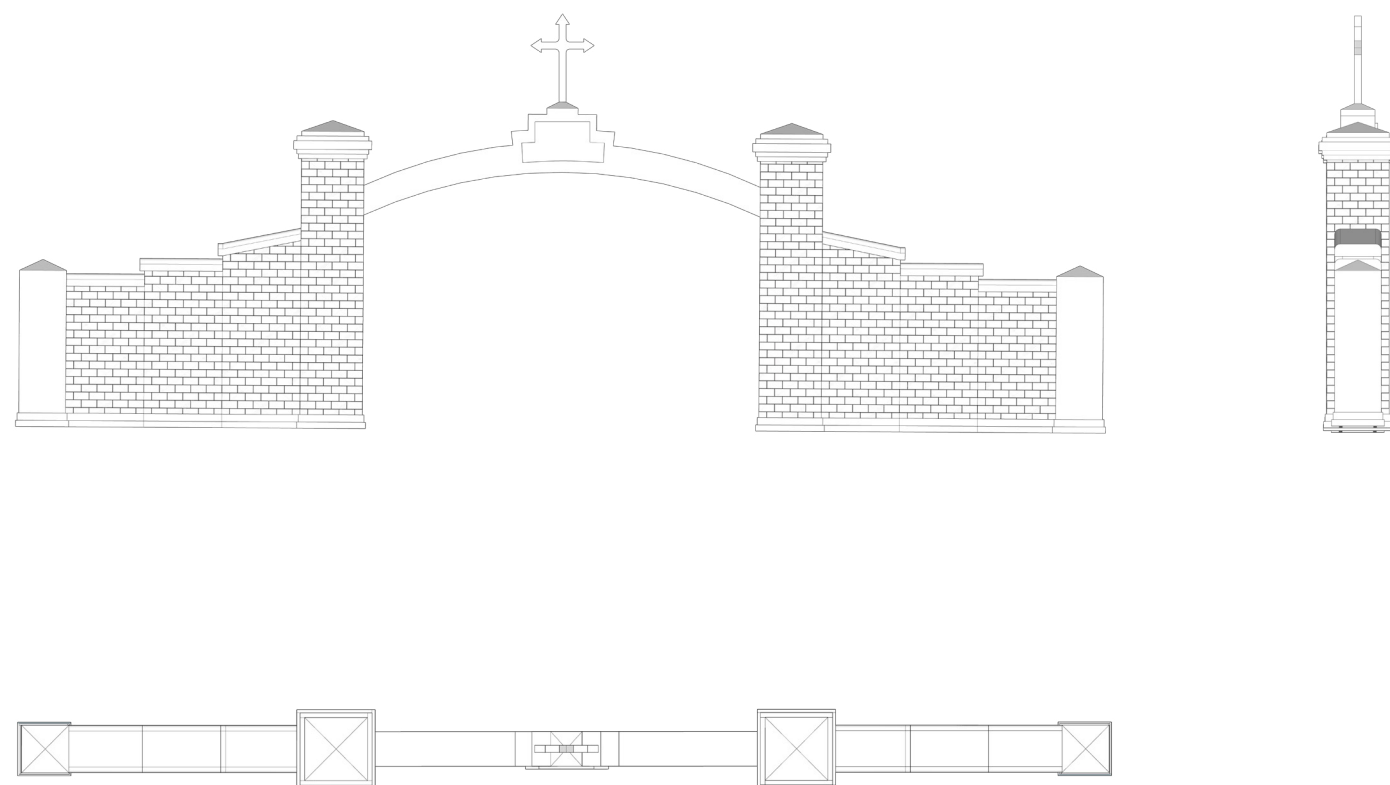
Também se destacam outros dois elementos: uma cruz com ornamento superior em metal, engastada sobre base de cimento, localizada no centro da passagem (Figura 83); e uma capela com altar simples e depósito, em método construtivo de alvenaria simples, localizada no final da passagem (Figura 84). Em ambos, concentram-se manifestações simbólico-religiosas de visitantes que deixam no espaço oferendas, homenagens e velários. A vegetação avança sobre os túmulos, muitos, hoje, não identificáveis.

O estado de conservação geral do Cemitério é precário, com um estado de preservação pouco alterado à descaracterizado, dependendo do elemento construído. A degradação dos materiais denuncia a falta de manutenção do sítio pelas instituições responsáveis pela gestão, além da inação das municipalidades de Bauru e Pederneiras sobre a valorização da área como espaço patrimonial.



A

PÓRTICO



0 0,5 1 m

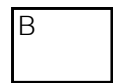
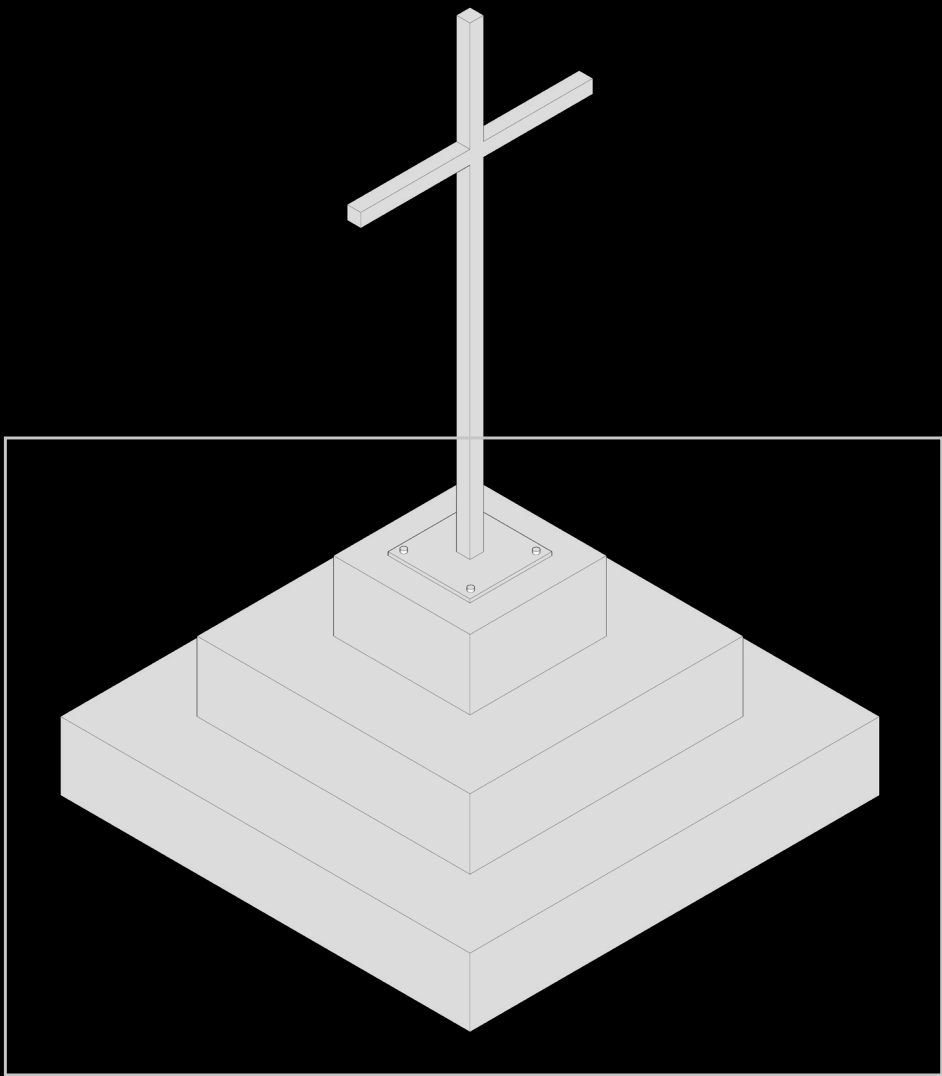
Figuras 85 - 88

**Perspectiva iso-
métrica, planta,
elevações frontal e
lateral.**

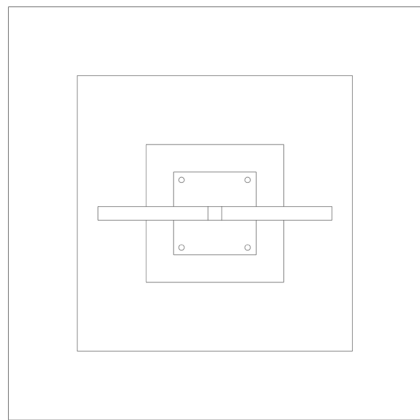
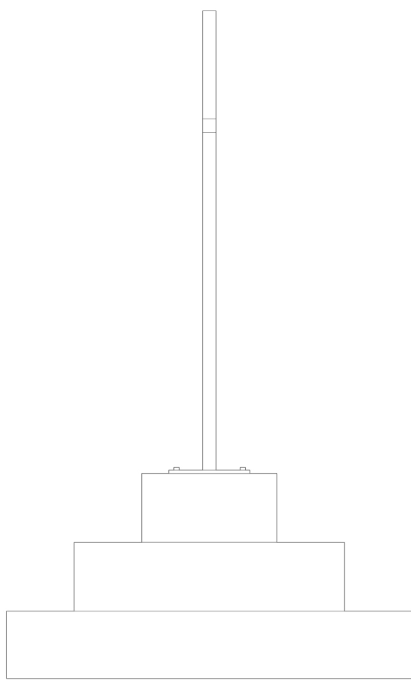
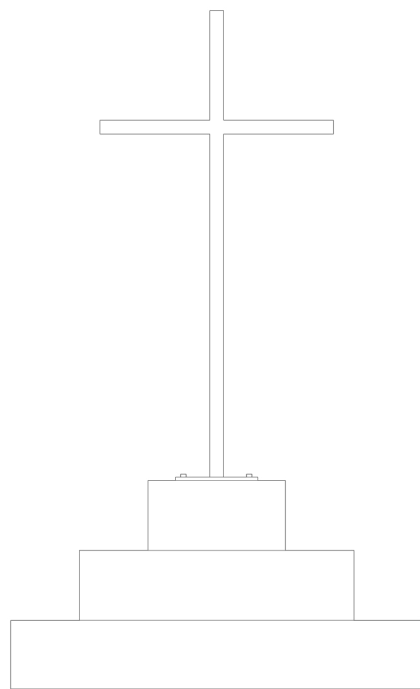
Fonte: Elaboração
autoral, 2023.



Descaracteri-
zação



CRUZ CENTRAL



0 25 50 cm

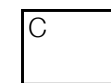
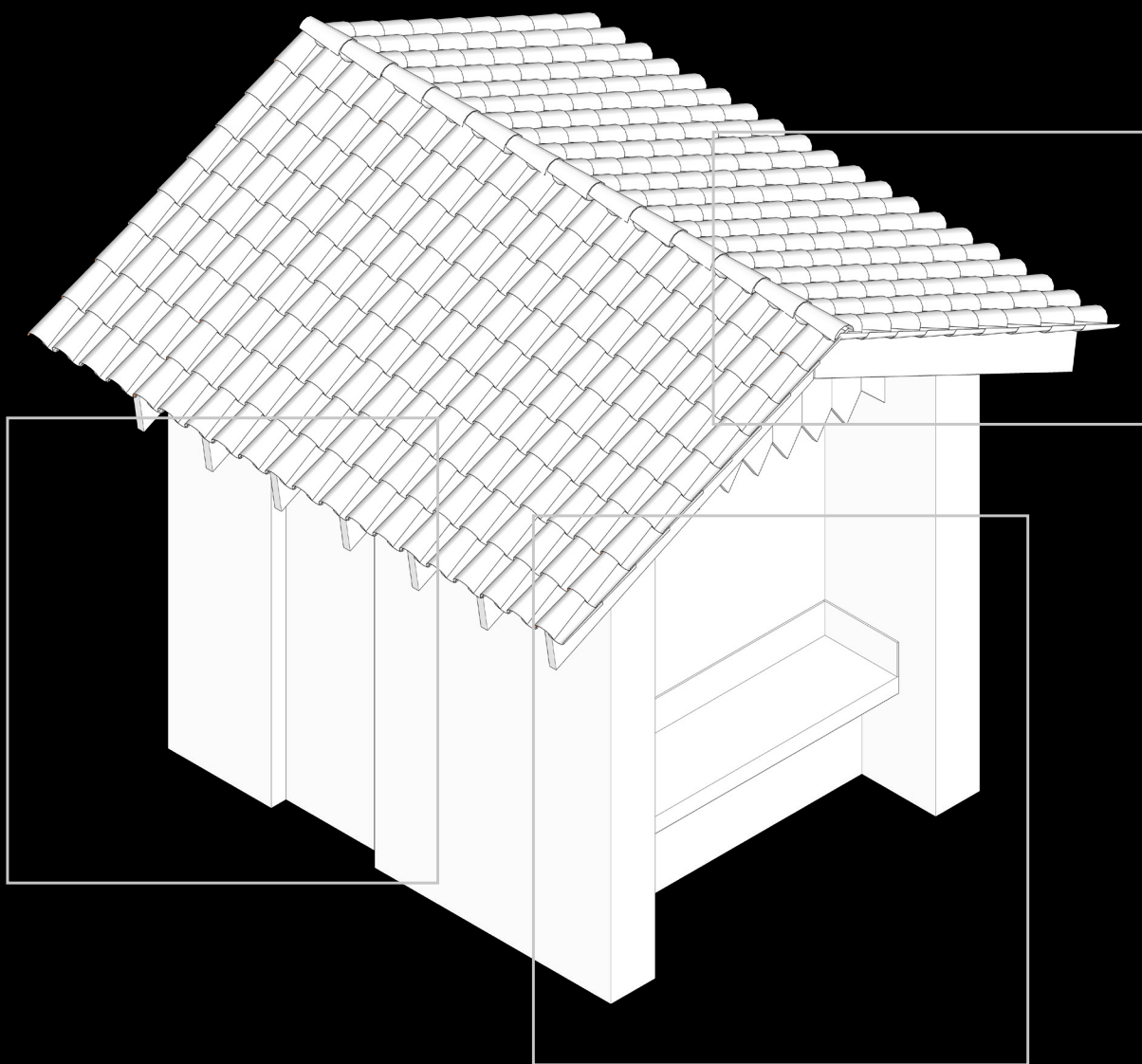
Figuras 89 - 92

**Perspectiva iso-
métrica, planta,
elevações frontal e
lateral.**

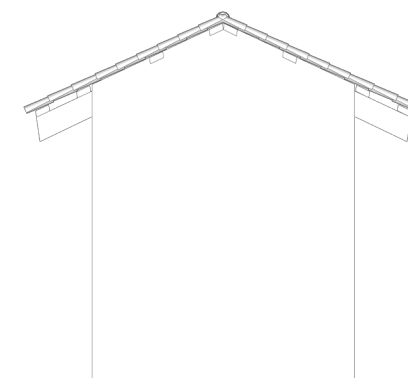
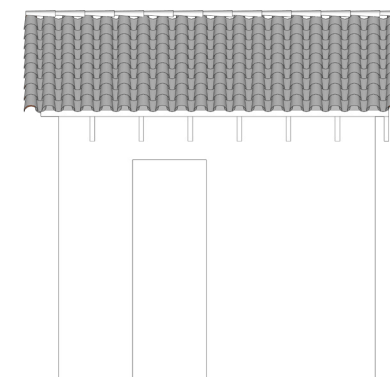
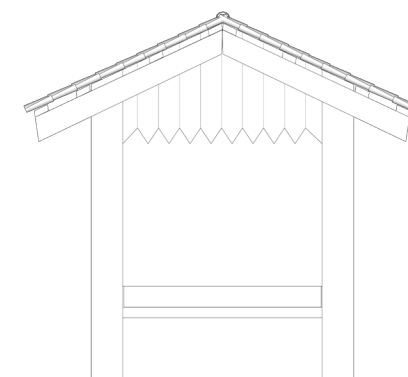
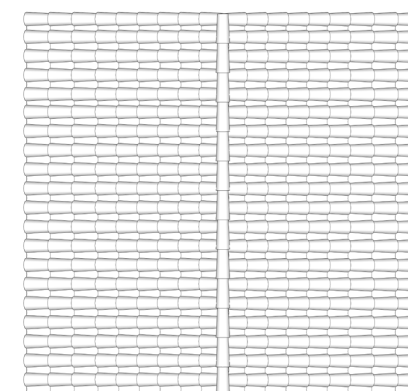
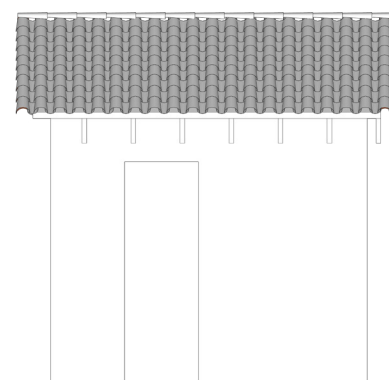
Fonte: Elaboração
autoral, 2023.



Descaracteri-
zação



CAPELA COM
ALTAR SIMPLES



0 0,5 1 m

Figuras 93 - 98

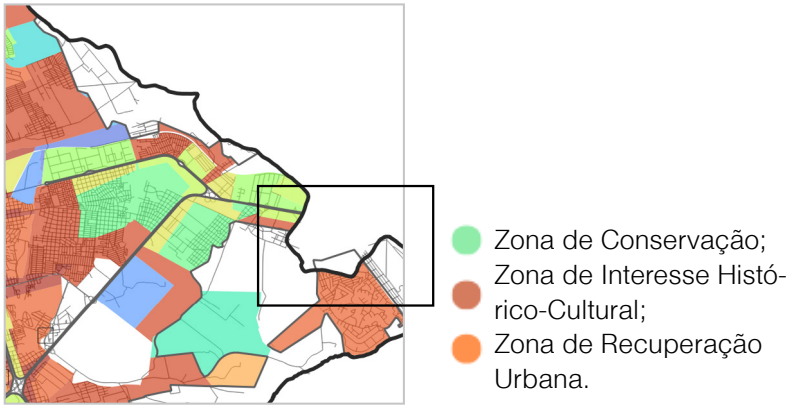
Perspectiva isométrica, planta, elevações frontal, lateral e traseira.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

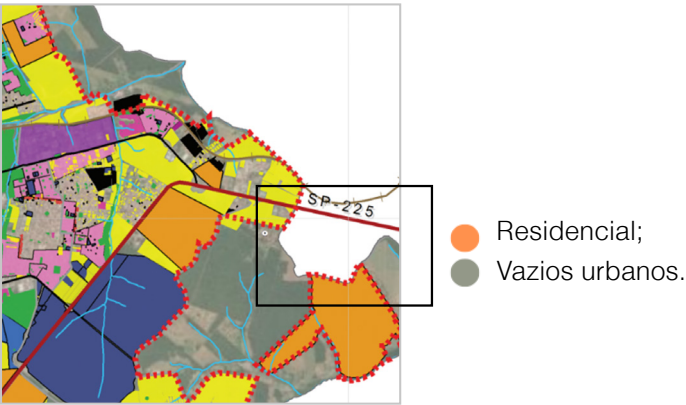


Descaracterização

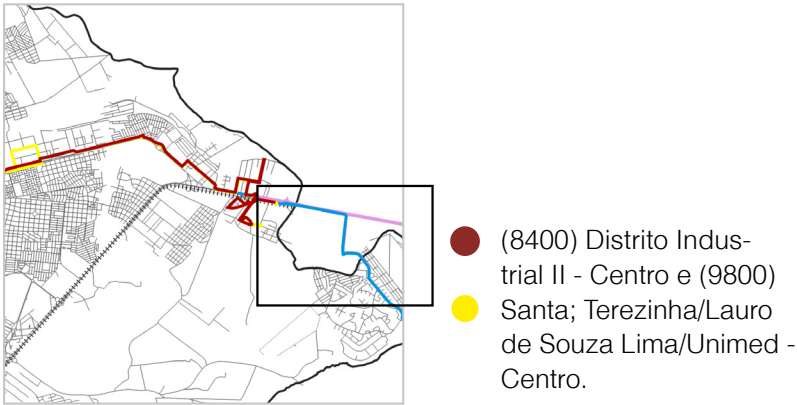
Macrozoneamento



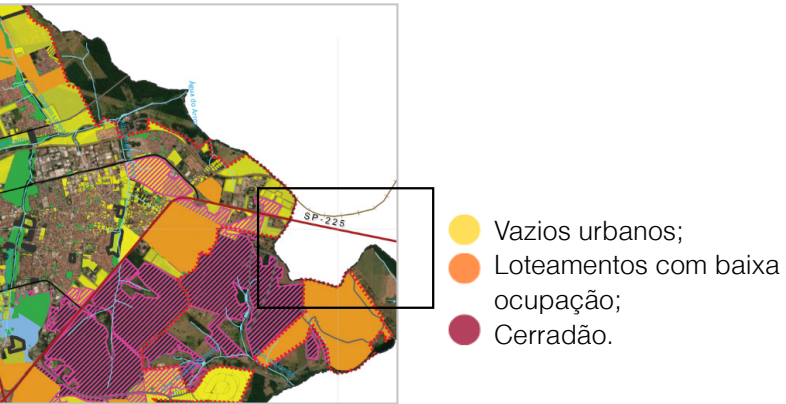
Uso do solo



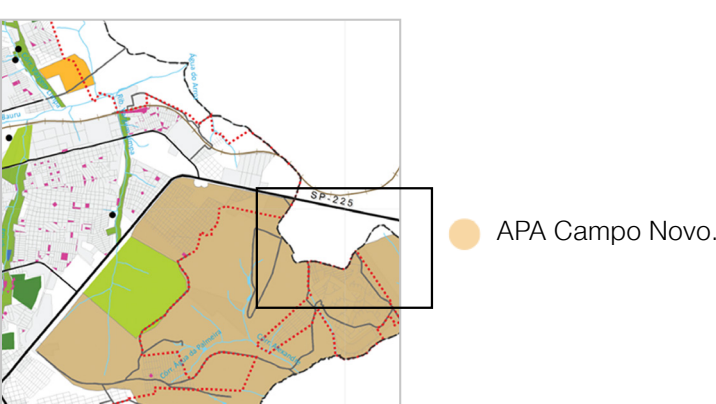
Linhas de ônibus



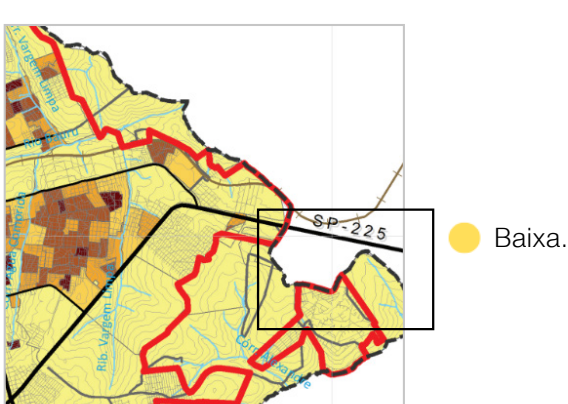
Vazios urbanos



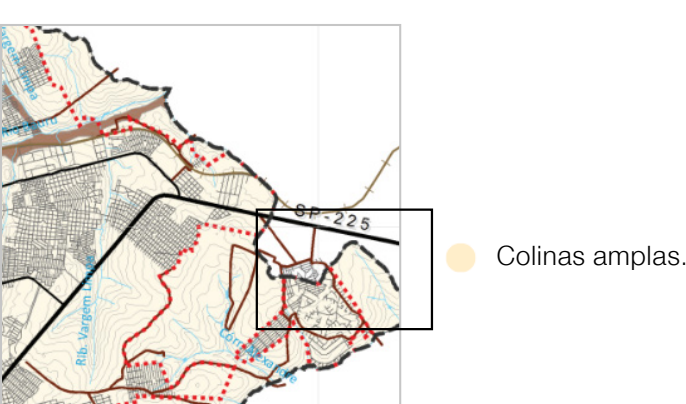
Sistema de áreas verdes



Densidade demográfica



Geomorfológico



Em contexto geográfico, segundo o Diagnóstico do PDP do Município de Bauru de 2020, o setor no qual o ILSL está inserido possui vegetação de cerradão e cerrado, com predominância de terrenos colinosos com sensibilidade geoambiental média e, em menor ocorrência, terrenos colinosos dissecados com foco de erosão nas áreas com setores de encosta com declividade de 5% a 15%, na extensão de vales. A área apresenta alta restrição à ocupação, com causa de assoreamento em vários trechos do córrego Campo Novo. Apesar de estar classificado como rural – com propriedades concentradas em atividades rurais e glebas ocupadas por vegetação de relevância ambiental –, há a presença significativa de áreas urbanas, com forte presença de vazios e loteamentos de baixa ocupação (Vale do Igapó). O uso do solo mantém o perfil habitacional de médio e alto padrão, consolidados pelas construções de chácaras residenciais e de lazer. Não há a presença de povoados rurais significativos. O acesso principal à área pode ser realizado pela via de entrada do ILSL, Rua Lauro de Souza Lima, através da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, s/n - 226 - Distrito Industrial Marcus Vinícius Feliz Machado, Bauru - SP, 17034-971, mediante autorização da diretoria. O fim do perímetro tombado pelo CONDEPHAAT e o início

do cemitério é dividido por um caminho único de estradas vicinais em terra batida, envolta por plantação de eucalipto, de aproximadamente 435 m de comprimento (Google Earth) e 4.464,889 m² de área (Levantamento Planialtimétrico Cadastral da SBECA). Os demais acessos podem ser realizados não oficialmente pelas vias dos bairros adjacentes à área, para as partes não institucionais do ILSL: Parque Santa Terezinha, Parque Industrial Manchester e Vale do Igapó e algumas chácaras próximas.

Conforme o Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Bauru de 2008 (Lei Municipal nº 5631 de 2008), a área está localizada ao sul do município, no setor de planejamento rural A, fora do perímetro urbano; na Zona de Conservação, em relação às unidades de conservação de proteção integral da APA Vargem Limpa - Campo Novo; na Zona de Interesse Histórico-Cultural, em relação à área correspondente do ILSL; e Zona de Recuperação Urbana, em relação ao loteamento do Vale do Igapó, implantado sem acesso viário, infraestrutura e saneamento adequado. O cemitério, objeto de análise deste TFG, não está incluído em nenhuma das categorias anteriores – ainda, fora do perímetro municipal estabelecido por Bauru e Pederneiras, quase como um não-lugar.

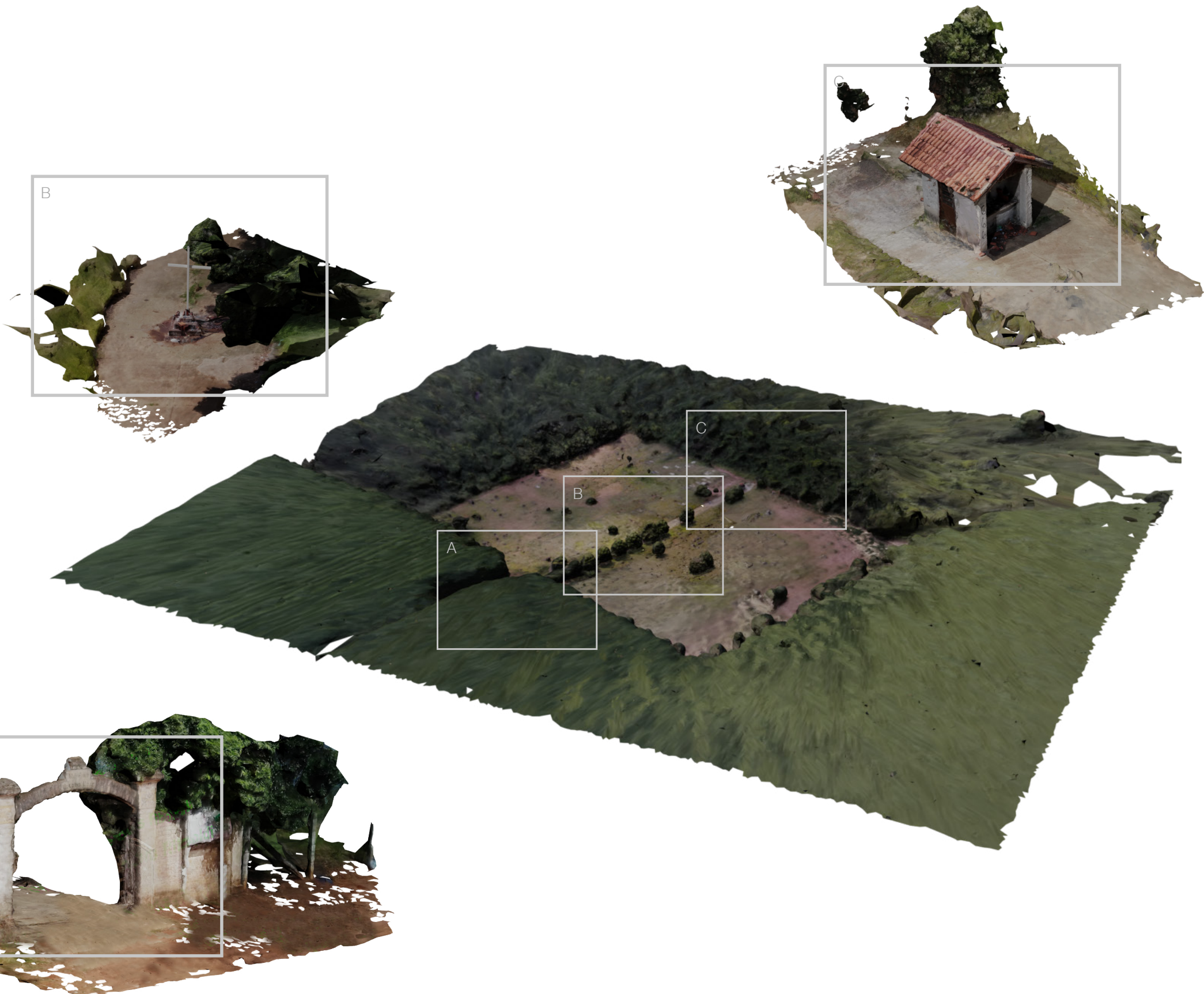
Figuras 99 - 105

Mapas de análise do entorno.

Fonte: Prefeitura de Bauru, 2020; Elaboração autoral, 2023.

4.2.1 Reconstrução 3D da paisagem

Mediante a análise de fotografias, imagens de drone disponíveis por acervos pessoais *online*, imagens de satélite de 2010 até 2023 e investigações do trabalho, foi possível reconstruir virtualmente o sítio do Cemitério do Antigo Asilo Colônia Aimorés. Para isso, foram utilizados os *softwares*: AutoCAD, para a elaboração de desenhos técnicos; QGIS, para o georreferenciamento desses desenhos técnicos; Google Earth Pro, para a medição aproximada das distâncias; e Meshroom, para o escaneamento 3D em LiDAR (Light Detection and Ranging) do objeto criado a partir de nuvem de pontos.



Figuras 106, 107, 108 e 109

Perspectivas do objeto 3D do Cemitério.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

4.3 Memórias do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés

Sob outra perspectiva, registram-se, em relação à história não oficial do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, a memória individual de ex-internos. O livro-reportagem Memórias do Aimorés: 7 retratos da internação compulsória, de Daniela Penha (2014), e a dissertação Auto-imagem, fotografia e memória: contribuições de ex-internos do Asilo colônia Aimorés, de Daniela Lemos Moraes (2005), por exemplo, expõem os valores simbólicos do espaço por entre as contranarrativas da população que viveu e, muitos, que morreram no modelo asilar.

Dentre as entrevistas, está a de Itália Manhi Santos, ex-interna do antigo Asilo Colônia Aimorés:

Itália gosta de visitar os túmulos. Leva velas e é cheia de rituais. Não pode levar embora nem as velas que sobraram e nem os fósforos. “O que

entra no cemitério, é do cemitério”. Não se conforma de ver tanto desleixo com os mortos. “Ah Lauro, olha onde você veio parar, meu filho?”. Em uma das visitas que fez, para levar uma placa ao túmulo do Lauro, custou a achar a sepultura, tanto era o mato. Para ela, quem deixa o cemitério assim, não tem medo de assombração. “Os morto tão tudo virando no túmulo com essa bagunça”.

Ela sabe que um dia é em meio àquele mato e àquelas centenas de lápides quebradas e covas esquecidas que ela vai também descansar. Isso já é opção sua. Ainda que não lhe agrade o cenário, é uma opção que ela não discute e nem aceita opiniões. “Aqui do Aimorés eu só saio morta. Por mim, eles me enterravam aqui na minha casa mesmo. Cabe certinho meu túmulo aqui”. (Penha, 2014, p. 160, grifo nosso)

E a de Nivaldo Mercúrio, ex-interno mais antigo da instituição, falecido em setembro de 2016 e enterrado no Cemitério:

Nivaldo chegou a visitar a mãe, mas foram poucas vezes. Insuficientes para cobrir a falta. [...] O que lhe restou dela foi o túmulo no cemitério do Aimorés, onde está enterrada. Visitá-lo foi a primeira coisa que Nivaldo fez quando foi internado, seis anos depois. Também mandou fazer uma placa para presentear a mãe, com os nomes do marido, dos filhos e no final duas palavras apenas: “Mãe saudade”.

Nunca colocou o presente em seu lugar e diz que é por medo de que alguém leve embora, roube o cemi-

tério abandonado. Deixa pendurado na parede da sala. Em meio à simplicidade que vive, é o único objeto “decorativo” que tem. Quando recebe visitas, mostra a placa e fala da mãe. (Penha, 2014, p. 66 e 67, grifo nosso)

A ausência completa de documentação oficial, então, orientou a abordagem metodológica que compreendeu a pesquisa qualitativa para a identificação das representações individuais de pessoas associadas à memória do antigo Asilo Colônia Aimorés sobre o objeto de estudo. Para isso, foram conduzidas entrevistas com ex-internos, ex-funcionários, familiares, e outros associados. Na expectativa de contribuir para a preservação dos significados anônimos do Cemitério, a análise dos depoimentos, aliada à apresentação da revisão teórica concentrada nas abordagens da literatura sobre o conceito de patrimônio que compreendam as potencialidades dos lugares associados à memória da dor e também à inventariação do bem imóvel, ampliam a discussão que identifica o acervo material e imaterial das ex-redes paulistas de profilaxia da hanseníase como patrimônios histórico-culturais que definiram as memórias do território do interior do estado de São Paulo.

Cinco pessoas aceitaram compartilhar suas memórias sobre o Cemitério e, extraoficialmente, duas pessoas acompanharam as entrevistas, compartilhando também suas memórias.

A.

Você conhece o cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés?

(J. P.)

[...] na primeira vez que eu fui, era ma-ra-vi-lho-so, porque ainda era cuidado pelos internos, pelas pessoas que eram os antigos laborterapistas. Eles que cuidavam, eles que limpavam. Era maravilhoso, limpinho, tudo bonitinho. Aí o tempo foi passando, passando, passando... quando passou para o estado [de São Paulo] foi pior. [...] Eu conheci a história. Bonito, bem cuidado, bem limpinho. Todas as plaquinhas... você foi lá, você viu as plaquinhas de identificação.

Jogadas, abandonadas. Tudo, tudo abandonado. Então, eu vi, eu conheci e a imagem está aqui. Se eu fechar o olho eu estou vendo. Hoje, abandonado, aquilo que as pessoas usam para fazer vídeos, denegrindo a instituição, denegrindo a imagem, sabe. Até às vezes eu comento, critico alguns caras que vão e entram clandestinamente, fazem imagens do cemitério, criticam horrores. [...] eu não aceito, me incomoda. Me incomoda, sim. Como cidadão, como funcionário e como parente de ex-internos.

B.

Para você, a história das pessoas que viveram sob as políticas de isolamento compulsório e estão enterradas no cemitério merece ser preservada, legitimada e reproduzida? Você acha que o cemitério é uma parte importante da história do antigo Asilo Colônia Aimorés? Você acha que o local deveria ser preservado? (Por quê?)

(J. P.)

Não só isso que você me disse agora. São frases que me emocionam. Porque aquilo que eu te disse, ali estão os verdadeiros historiadores das antigas colônias, dos antigos leprosários, né. Bauru tem as histórias das minhas tias que estão lá. Se eu for lá no cemitério, eu não vou conseguir – é uma das revoltas que eu tenho –, não vou conseguir localizar o túmulo de onde elas se encontram, porque o descaso, o desrespeito e o abandono, ali prevalece. Podem ter lá... tem o corpo, mas não tem como eu identificar, você entendeu?

E coincidentemente, falando na história, em 2013, eu, eu (!), J. P., recuperei o primeiro e o segundo livro da história do leprosário do Asilo Colônia Aimorés, de 1983 até 1945. Chegou nas minhas mãos. Aí que eu bato da mesma tecla, o desrespeito, o abandono e eu relaxo dos diretores de não preservar aqueles livros que constam os nomes das pessoas que fizeram parte daquela história. Eu tenho as fotos dos livros, o primeiro e o segundo livro, que até então, o que que eu ouvia lá: “Ah, o cupim comeu”; “Pegou fogo”. Menti-

ra. Tava jogado dentro de um porão. Chegou nas minhas mãos. [...] a minha memória tá aqui. Foi o que eu te falei, a história é minha, ninguém, [...] quem quer que seja, tem o direito de proibir de eu falar daquilo que eu ouvi e assisti.

(J. D. A.)

[...] [sim] muita coisa aconteceu aqui e não deveria ser esquecido.

(L. M. L.)

Sim, com certeza. Eu acho que além da história de tratamento profilático da doença, também tem a questão de a gente manter a memória do que já aconteceu, de como a saúde já tratou as pessoas, sabe. Nesse contexto, saber onde as pessoas podem chegar para não repetir atrocidades como a internação compulsória.

[...] Eu acho que o cemitério, a ideia do cemitério em geral, é sempre muito importante. A gente tem cemitérios porque a gente quer guardar a memória das pessoas, né? A gente quer visitar, quer saber onde as pessoas estão enterradas. Então, conhecendo o contexto de apagamento da história das pessoas do instituto, do antigo asilo, acho que é muitíssimo importante que o cemitério seja preservado e que a história dessas pessoas seja valorizada. Acho que o contexto de abandono das pessoas já é muito triste, toda a história é. E o contexto de abandono do cemitério é um reflexo de que as pessoas foram

abandonadas em vida, muitas delas também abandonadas agora na morte. Então acho que como qualquer cemitério, é de grande importância a preservação da memória dessas pessoas.

C.

Você tem alguma memória sobre o cemitério?

(J. P.)

Missas de Finados, isso mais recente, porque naquela época não, não tinha. [...] Antigamente não entrava, não saía, era só hanseniano. Para passar aquele arco, da entrada e portaria, o segundo arco, era só quem era doente. Hoje tem sim, várias pessoas. Não sei se vou conseguir lembrar o nome das pessoas porque muita gente, muita gente faleceu na minha época que eu estava trabalhando, que não era paciente, foi sepultado lá.

[...] É, não, eu tenho imagens, tenho fotos das missas [campais] que foram celebradas com – quantos anos? – uns 8, 9, 10 anos atrás, lá dentro. Missa de Finados, tá, muita gente. Foi celebrado pelo Padre Camilo e pelo Padre da Catedral.

Eu acompanhei, gravei, fotografei um momento maravilhoso, porque

ali dentro está os restos mortais de pessoas que a sociedade discriminou, que a sociedade – o preconceito ainda continua, tá –, que eu conheço pessoas lá que se pegar na mão, paciente, ele vai correr.

[...] Então aquele cemitério tem história, gente. Tem história. Tem que ser preservado. Teria que ser tombado pelo Patrimônio Histórico, teria que ser restaurado, pelo governo estadual, federal, municipal. Razão pela qual não consta documentos. Por quê? Era um lugar que “Morreu um leproso? Joga lá no meio do mato”. Várias colônias no Brasil são assim. Rondei bastante. E Bauru não é diferente, não é diferente. Para você ter uma ideia, não vou lembrar o nome da historiadora de Bauru, morando em Bauru há 35 anos, ela tava fazendo uma visita, eu estava trabalhando ainda, papo vai, papo vem, ela me disse: “Nossa, eu moro em Bauru há mais de 35, 36 anos, eu não conhecia que aqui existia essa cidade assombrada”. Me deu vontade de dar um tapa na cara dela. “Essa cidade assombrada”. Porque você não tem um parente aqui, porque você não tem um filho, você não tem um pai, uma mãe, um irmão. Então é uma “cidade assombrada” para você, mas para mim, não. Ali tem pessoas, como eu te disse, que escreveram e construíram tudo, tudo, tudo que você viu, que eu vi e que tantas pessoas viram. Tudo que tem ali dentro foi construído por mãos de pacientes internos.

[...] Dr. Oswaldo Cruz, está sepultado lá, em um dos túmulos lá no fundo. Olha só o desrespeito, falando em

cemitério, quando ele faleceu [...] eu fui uma das pessoas que me encarreguei de ligar na prefeitura, pedir um trator, ir lá, abrir uma rua, porque o mato tava cobrindo tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo aquilo.

Quando ele morreu, ele era uma personalidade em Bauru, era um cara que atendeu 70 mil pessoas no SESI em 25 anos de trabalho. Era um cara conceituado. E quando ele faleceu, o Dr. Oswaldo Cruz, que foi o meu amigo há muitos anos, o mato tava cobrindo tudo, tudo aquilo que você viu. Eu fui até outras pessoas, junto com um amigo meu, pedir para um trator da prefeitura abrir uma – roçar, para limpar, para chegar lá onde ele está sepultado. Carros – você viu a extensão do cemitério, até lá em cima, lotou de carros. Lá de cima até a portaria, lotou. Porque [ele] era uma personalidade. Foi diretor 47, 45, 47 anos, continha um certo conhecimento e é uma personalidade. Porque naquela época, [ser] diretor de uma colônia de leproso, de hanseíano, não era fácil. Não era qualquer um que ia e ele foi, e lá ficou. Então isso também é um detalhe do cemitério, do desrespeito, com todo esse matagal, totalmente abandonado. E eu sou testemunha, porque eu vi, presenciei.

(J. D. A.)

Os enterros são realizados assim como fora do instituto: alguns familiares vêm e o padre da capela [Camilo] faz uma oração. A organização do Instituto tem resistido em

sepultar ex-internos no cemitério atualmente. Mas [J. D. A.] quer “ser enterrada lá e pronto”.

(N. R. B.)

Na celebração de finados, o cemitério recebe a visita de muitas pessoas. O padre Camilo praticamente intima as pessoas a virem em Finados, celebra uma missa campal.

(L. M. L.)

[...] as pessoas que são do instituto, que tiveram uma relação muito próxima, elas têm uma relação de carinho com o cemitério. Elas querem ser enterradas lá [...]. Quem é da cidade, não do instituto, não conhece ou então tem uma relação de afastamento. Mas as pessoas do instituto tem um carinho. [...] as pessoas que moram no Vale do Igapó, que é um bairro logo atrás, tem um certo receio, como se as pessoas que foram enterradas lá tivessem contaminado o solo ou trouxesse algum tipo de malefício para as pessoas que moram ali perto. Então as pessoas que moram ali perto às vezes têm uma relação de repulsa com o cemitério, que não tem nada a ver. A saúde, até do próprio instituto, evoluiu tanto, mudou tanto, e as pessoas ainda têm esse tipo de pensamento.

D.

Você acha que o cemitério, atualmente, oferece condições dignas para a memória dessas pessoas? (Por quê?)

(J. P.)

[...] É... é até difícil falar. Porque eu tive alguns momentos de... é difícil falar. Discuti com o diretor, porque ali, naquele cemitério de 1933, quando sepultou a primeira pessoa, ali ainda tem o preconceito, tem a discriminação, tem o abandono. E vou mais além, tem o desrespeito de diretores do passado, do presente, que os caras não respeitam as pessoas que ali estão, que escreveram, que construíram a verdadeira história que iniciou, não foi em [19]33 não, tá, iniciou em 1928, quando começou o projeto para construção do Brasil. Então, aquelas pessoas que estão ali, eu até vou mais além, e falei até para alguns diretores, que se ali estivesse [...], se ali estivesse a mãe, o pai, o filho ou o marido dele ou deles, com certeza absoluta, eles teriam respeito pelas pessoas que tão lá dentro.

Eu ali, eu vi tanta coisa, eu descobri algumas coisas [...] que são minhas. Ninguém teve esse conhecimento a não ser eu, trabalhando 41 anos dentro do instituto. [...] E vou mais além, “Hic Finitis Dolores Vitae”, mentira. “Aqui terminam as dores da vida”. Mentira. Para os diretores, para o governo do estado e para quem quer que seja, ali continuam as dores da vida, pelo abandono, pelo des-caso, pelo desrespeito. E não é só Bauru não, viu. Eu, como membro do Morhan nacional, eu viajei para

muitos estados, vi muitas colônias, é a mesma coisa. Lugares até piores, dez vezes piores do que o que você viu aqui em Bauru, tá. Então ali, o cemitério das antigas colônias, é um desrespeito total, a negligência, a falta de respeito do governo do estado, governo federal, municipal e dos diretores que estão por aí.

[...] eu tenho um carinho todo especial pela história, porque eu fui colecionando a história, eu fui escrevendo a história, eu... é... recuperando as fotos antigas – eu ganhava muita foto, chegava na minha casa 30, 40, 50 fotos, [dizendo] “por favor, se você conhecer a família, não identifica”.

deria ser um tributo. [...] As pessoas foram capazes de internar compulsoriamente familiares por não entender, por ter pouco entendimento, foram capazes de abandonar pessoas amadas lá. [...] Eu achei isso muito, muito triste. E acho importante muita gente saber disso. Acho que é uma parte importante da história da cidade de Bauru.

E.

Você acha que a população de Bauru reconhece a história do antigo Asilo Colônia Aimorés? (Por quê?)

(J. P.)

Não. Não. Não. Conheci muitas pessoas, personalidades bauruenses, professores, doutores, catedratos, historiadores [...], e um detalhe muito interessante: nem o governador do estado conhecia. Por quê? Eu fui gravar um programa com ele aqui na época do governador, isso tá na minha cabeça e deve tá até nas imagens. Ele falou “Ah, o centrinho que é referência... ah, tem um hospital que fica lá no meio do mato, Lauro de Souza Lima”, porque ele não conhecia o que estava lá no meio do mato. E lá, tá uma referência mundial no tratamento, nas pesquisas das pessoas atingidas pela hanseníase. [...] Então, a sociedade não [re] conhece.

(L. M. L.)

De forma geral, eu acho que não. Eu acho que pessoas que têm mais contato com o Instituto hoje podem até conhecer, podem até ter visitado o museu e tudo, mas tendo como base o meu conhecimento anterior sobre o instituto, eu acho que as pessoas têm uma ideia muito vaga. Além do instituto ser longe do centro, ser de difícil acesso, não é comentado de forma muito detalhada. As pessoas sabem que tem um instituto, sabem que já foi um leprosário, sabem que hoje não é mais [leprosário], que [a “lepra”] se chama hanseníase... mas as pessoas não têm ideia [do que é de fato]. Não é incentivada a visita, nem sei se deveria ser, na verdade, mas eu acho que no geral as pessoas têm uma ideia muito vaga do que foi o instituto.

[...] Eu acho que qualquer comentário que eu teria para fazer seria [...] sobre eu achar muito importante que seja mesmo resgatado esse tipo de memória das pessoas. Que as pessoas tivessem noção de como é importante a gente lembrar da história, mesmo que tenha sido triste. Que a valorização daquelas pessoas... po-

4.4 Apropriação do espaço

Originalmente, a utilização do Cemitério compreendia exclusivamente o sepultamento dos doentes diagnosticados com hanseníase compulsoriamente internados no Asilo Colônia Aimorés. O acesso de qualquer pessoa não autorizada no local era estritamente proibido, de modo que os ritos fúnebres e a confecção das lápides (Penha, 2014), por exemplo, eram realizados pela própria comunidade asilar dentro do Cemitério.

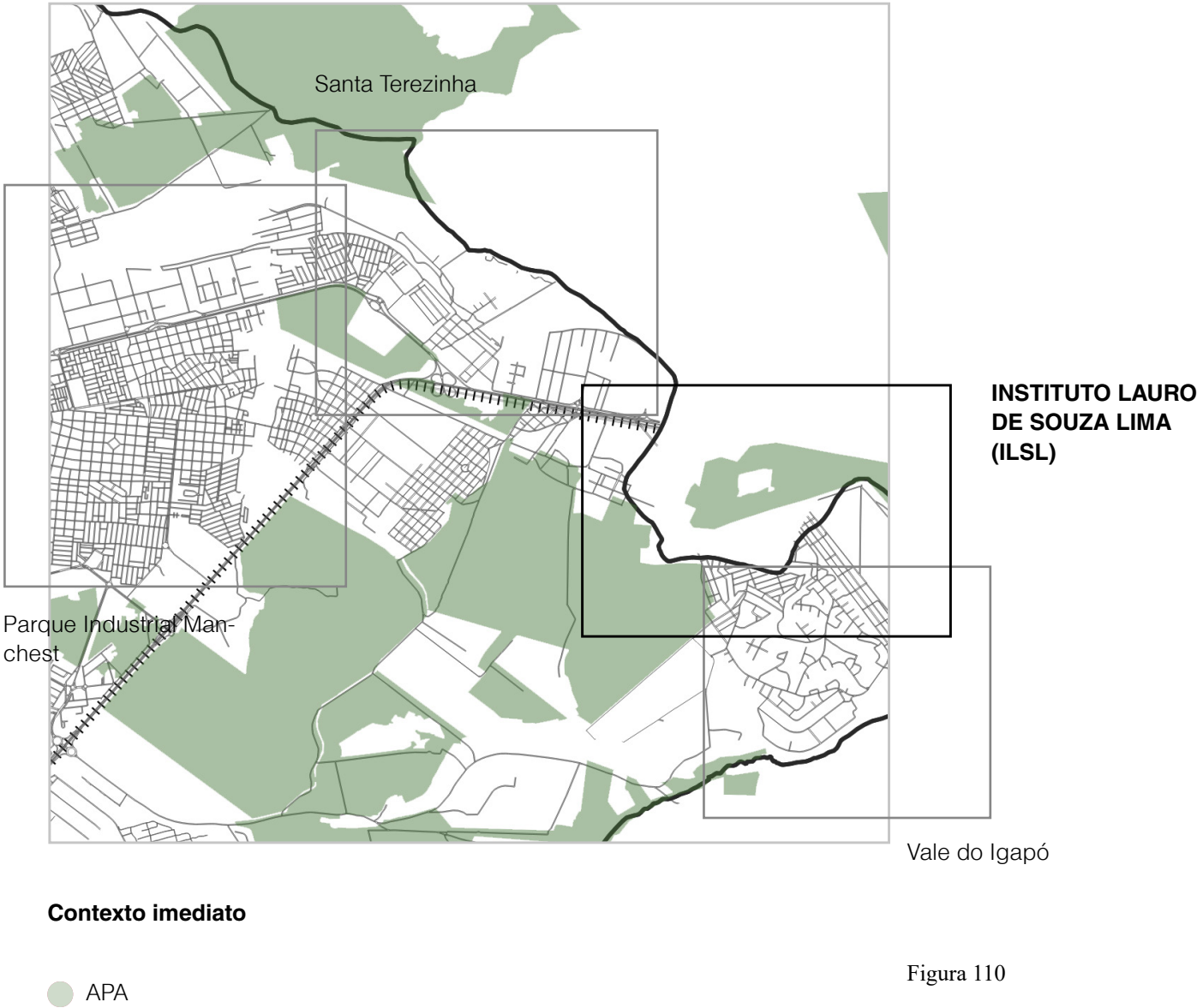
No presente, o Cemitério é local de visitação de ex-internos, familiares e outros associados, para o culto dos que estão enterrados no local, destacadamente na data de Finados. É um espaço de memória em que muitos, apesar do estado de degradação da paisagem, celebram com carinho as vidas dos entes queridos. Mais do que vítimas das políticas de profilaxia paulista da “lepra”, pais, filhos, irmãos e amigos jazem no Cemitério.

O ILSL está a uma distância de 12,5 km do centro de Bauru. Diante da localização isolada, além do contexto histórico do Asilo Colônia associado à “lepra”, a apropriação do Instituto e, consequentemente, do Cemitério, pela população do município, é dificultada. À vista disso, a questão do transporte emerge sobre a discussão. Conforme Gabriela Suzuki (2018), os atuais residentes do Instituto (ex-internos, pacientes e estudantes) geralmente

contam com automóvel próprio, e quando não, com o transporte coletivo. Um trajeto até o centro da cidade, feito de carro próprio em 20 minutos, aumenta para 50 minutos, quando feito por ônibus, não considerando o tempo médio de espera dos passageiros, de uma hora aproximadamente. As linhas de ônibus que abrangem a área são: (8400) Distrito Industrial II - Centro e (9800) Santa Terezinha/Lauro de Souza Lima/Unimed - Centro. Em determinados horários, essas linhas expandem-se para outros bairros envoltório.

Em contexto imediato, os bairros que estabelecem proximidade com a área do Cemitério – Parque Santa Terezinha, Parque Industrial Manchester e Vale do Igapó –, não contam com infraestrutura, equipamentos públicos e prestação de serviços adequados (Suzuki, 2018). Além dos serviços oferecidos dentro da própria Instituição, que estão relacionados à saúde, outros, como comércio, cultura e educação, por exemplo, não são prestados dentro do raio de abrangência de 1 km do ILSL. O deslocamento da população local para outros bairros, como o centro de Bauru, então, é comum no cotidiano destas pessoas.

O Vale do Igapó, especialmente, enfrenta não apenas a carência de infraestrutura, mas também problemas de regularização dos lotes. Bairro



Trilhas de ciclovía

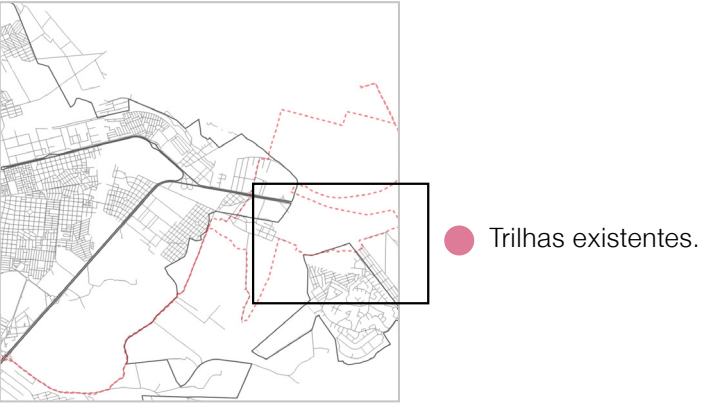


Figura 111

Mapa com linhas de ônibus.

Fonte: Transurb, 2023.

adjacente à área do Cemitério, somente em 2018 que a Câmara Municipal de Bauru estabeleceu a proposta da Prefeitura de inclusão deste na categoria de Zona Residencial (Suzuki, 2018). Também inserido em área de cerradão e cerrado, protegidos por leis municipais, a ocupação do solo avança sobre a vegetação nativa, gradualmente assolada pela ação humana.

Os demais bairros localizados no norte da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-225) também têm pouca conexão com a área do ILSL, já que são predominantemente bairros industriais ou com infraestrutura limitada. Esta falta de comunicação é agravada pela própria barreira imposta pela rodovia. Isso resulta numa consequência direta da ausência de interação entre esses bairros, que têm acesso a melhores equipamentos e serviços, e a área de estudo. Analogamente, as áreas verdes também isolam visualmente o Instituto com a cidade.

Mesmo quanto à questão da atividade ou inatividade do Cemitério, há conflito de informações. De acordo com a Diretoria do ILSL e SBECA, o Cemitério está oficialmente desativado, contudo, parte dos entrevistados informou a realização de sepultamento de um ex-interno em julho de 2023. Os entrevistados demonstraram desaprovação à gestão do espaço fúnebre, e também sobre depoimentos na

internet pertinentes às modalidades de visitação por “caçadores de histórias assombradas”, que comprime o valor desse espaço de memória à exposição do horror. A materialidade da paisagem – o arruamento das lápides, o mato desregrado e a violação do espaço –, por si só, manifesta silenciosamente a continuidade das dores daqueles enterrados no Cemitério, esvaziado como palco de espetacularização da memória da dor pelo *dark tourism*. Uma banalização da tragédia dissimula a experiência da dor, sem sentir a dor; da morte, sem sentir a morte.

Outra prática de apropriação do Cemitério e da área envoltória do ILSL é o ciclismo rural, uma atividade esportiva que tem atraído um número crescente de praticantes. Na zona rural da região intermediária de Bauru, ciclistas compartilham, por plataformas *online*, suas explorações por trilhas nas estradas vicinais em terra batida (Figuras 112 a 114).



Figura 112

Ciclovía no antigo Asilo Colônia Aimorés.

Fonte: Piramba MTB, 2012.



Figuras 113 e 114

Trilhas em áreas rurais de Bauru, incluindo o caminho de Cemitério.

Fonte: Wikiloc, s. d.



Figura 115

Imagem do Cemitério.

Fonte: Jaime Prado, 2011.

5

AQUI NÃO TERMINAM AS DORES DA VIDA

A partir das observações do espaço, do aporte da história oral, da experiência da dor do sítio, dos desafios associados à preservação de patrimônios difíceis e da revisão teórica, este ensaio projetual foi desenvolvido. Todas as propostas estão fundamentadas nos conceitos de Preservação do Patrimônio, de Educação Patrimonial e de Turismo Cultural.

No contexto da **Preservação do Patrimônio**, diretrizes para ações de patrimonialização do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés orientaram o desígnio de conservação do sítio, através das recomendações das Cartas Patrimoniais Internacionais.

Para a **Educação Patrimonial**, a produção de um mapeamento colaborativo eletrônico derivou-se da possibilidade de democratização da informação sobre o Ce-

mitério, sobretudo da memória das pessoas sepultadas no sítio, como um memorial virtual. Dentro de uma plataforma *online* com material iconográfico, textual e digital para acesso público, o processo de colaboração das pessoas com a memória do patrimônio oportuniza uma provocação tão importante quanto o levantamento de dados final do mapeamento.

E para o **Turismo Cultural**, através da identificação das apropriações sobre o Cemitério, a articulação de uma rota histórico-cultural com programa de intervenção urbana nas escalas regional, municipal e aproximada do antigo Asilo Colônia Aimorés, delineou-se com o objetivo de assimilar, na identidade do território do Centro-Oeste paulista, a memória que reconhece também a dor como processo de compreensão da história.



PRESERVA- ÇÃO DO PATRIMÔNIO

5.1.1 Patrimonialização do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés

Diretrizes gerais:

- Exame da situação jurídica de titularidade do imóvel: verificação da documentação de registro do imóvel e da abrangência do Cemitério em processos legais estaduais e municipais;
- Produção de inventários de proteção: levantamento de informações que orientem ações de preservação sobre o Cemitério;
- Avaliação do estado de conservação e integridade do imóvel: diagnóstico das condições de materialidade, identificando as transformações da paisagem;
- Tombamento do Cemitério em escala estadual: utilização do instrumento legal para a prevenção de destruição dos remanescentes materiais e imateriais das ações de profilaxia da hanseníase no estado de São Paulo, incorporando o sítio no perímetro de proteção do antigo Asilo Colônia Aimorés pelo CONDEPHAAT (Figura 116);
- Plano de gestão do patrimônio municipal: elaboração de um documento estratégico que oriente as ações do poder público acerca da administração do espaço, especialmente de restauração, conservação e de manutenção, em consonância com o interesse coletivo.

NOVO PERÍMETRO TOMBADO

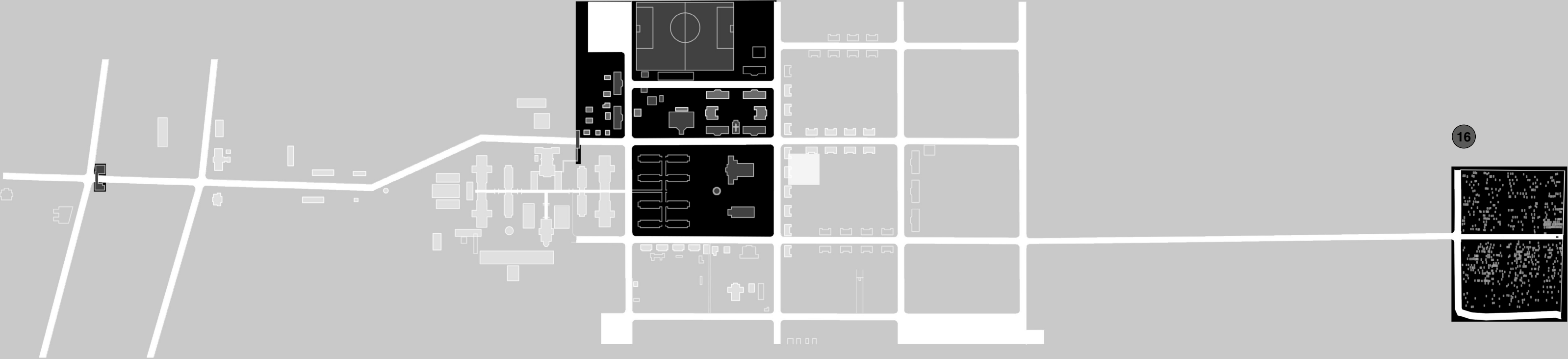


Figura 116

Proposta de alteração do perímetro tombado definido pelo CONDEPHAAT, que compreenda também o Cemitério.

Fonte: CONDEPHAAT, 2016; Elaboração autoral, 2023.

- Perímetro de proteção
- Edifícios
- Edifícios tombados
- Edifícios demolidos
- 16 Cemitério

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.1 Memorial virtual “Memórias do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés”

“Memórias do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés” é o título da página eletrônica concebida como dispositivo de apoio à educação patrimonial. Desenvolvida para tornar publicamente acessível as informações coletadas durante o TFG, o item central do projeto é o mapeamento colaborativo do lugar.

Durante o TFG, uma das principais dificuldades encontradas foi a completa ausência de documentação oficial sobre o Cemitério. De acordo com Meneguello e Borges (2018), ex-internos continuam enfrentando dificuldades para levantar documentos referentes às próprias internações, por exemplo. Assim, as mesmas perguntas assombram o trabalho: Quem foram estas pessoas? Quais foram os seus nomes? Quais foram as suas dores?

A preocupação em preservar os acervos associados à ex-leprosários evidenciava-se através de propostas como o Projeto Global sobre a História da Hanseníase, promovido pela International Leprosy Association (ILA), com recursos da OMS e da Nippon Foundation, e apoio do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) através do Projeto Acervo, que busca constituir um banco de dados com informações sobre as

instituições e seus acervos, estimulando a “[...] conservação de documentos importantes para o entendimento da história da doença e seus efeitos sociais”. (Meneguello; Borges, 2018, p. 357-358).

Assim surgiu o conceito de mapeamento colaborativo, impulsionado pela possibilidade de democratização da informação disponível sobre o objeto de estudo, sobretudo da memória das pessoas sepultadas no Cemitério. A pesquisa Patrimônio, memória & diversidade, organizada pelo Instituto Pólis (2023), define o mapeamento colaborativo como uma produção de mapas passível de mobilização social.

A alternativa metodológica exige a operação de um plano de moderação para a garantia de confiabilidade da informação, operacionalizadas pela: coleta; sistematização e geolocalização inicial; análises; monitoramento; e atualização. Isso se explica pela abordagem da produção de informação, realizada em conjunto com comunidades e indivíduos sem domínio de ferramentas e tecnologias aplicadas à cartografia. Idealmente, a continuidade do mapeamento colaborativo concede liberdade à pessoa participante, conforme esta se sinta passível de contribuição na documentação de narrativas historicamente sub-representadas.

No memorial virtual, a pessoa participante clicaria sobre um ponto de referência no mapa e adicionaria informações da memória ancorada naquele espaço – uma lápide, uma árvore, um elemento edificado ou simplesmente um local que

reproduz símbolos de valor do Cemitério. Texto, fotografia e links poderão compor os registros. Esse processo de colaboração das pessoas com a memória do patrimônio oportuniza uma provocação e discussão tão importante quanto o levantamento de dados final do mapeamento.

Finalmente, o mapeamento colaborativo poderá servir como fonte de dados para pesquisas futuras, criando-se uma rede de colaboração que suprima, progressivamente, as lacunas que envolvem as memórias sepultadas no Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés.

A página eletrônica também comportaria abas secundárias de:

Contextualização do Cemitério dentro do contexto do antigo Asilo Colônia Aimorés, obtido mediante a revisão teórica sobre o tema;

Mapa de implantação do complexo arquitetônico do antigo Asilo Colônia Aimorés com a identificação do perímetro tombado e da sugestão de rota histórico-cultural traçada no plano de intervenção urbanística que compreenda o Cemitério;

Acervo arquitetônico do Cemitério com plantas, cortes e reconstrução virtual 3D do sítio em nuvem de ponto com acesso disponibilizado após análise de requerimento no *site* – essa decisão foi tomada para não ferir os direitos do ILSL e SBECA, dirigentes do Cemitério e da sua respectiva informação;

Inventariação do Cemitério elaborado com base no modelo de Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan – acesso disponibilizado após análise de re-

querimento no *site*.

Acervo iconográfico com um compilado de fotografias autorais e de reprodução;

A hipótese é de que o domínio da página desenvolvida neste TFG, em plataforma gratuita, transfira-se para o Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL), com cooperação da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Bauru, ambos de domínio “.gov”. A doação da página para a administração dos órgãos públicos viabiliza ações concretas de divulgação do patrimônio e, conseqüentemente, de reconstrução dos múltiplos aspectos acerca da história do Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés.

O memorial virtual pode ser acessado através do link: <https://cemiteriodoantigoasilocoloniaaimores.my.canva.site/inicio>.

TURISMO CULTURAL

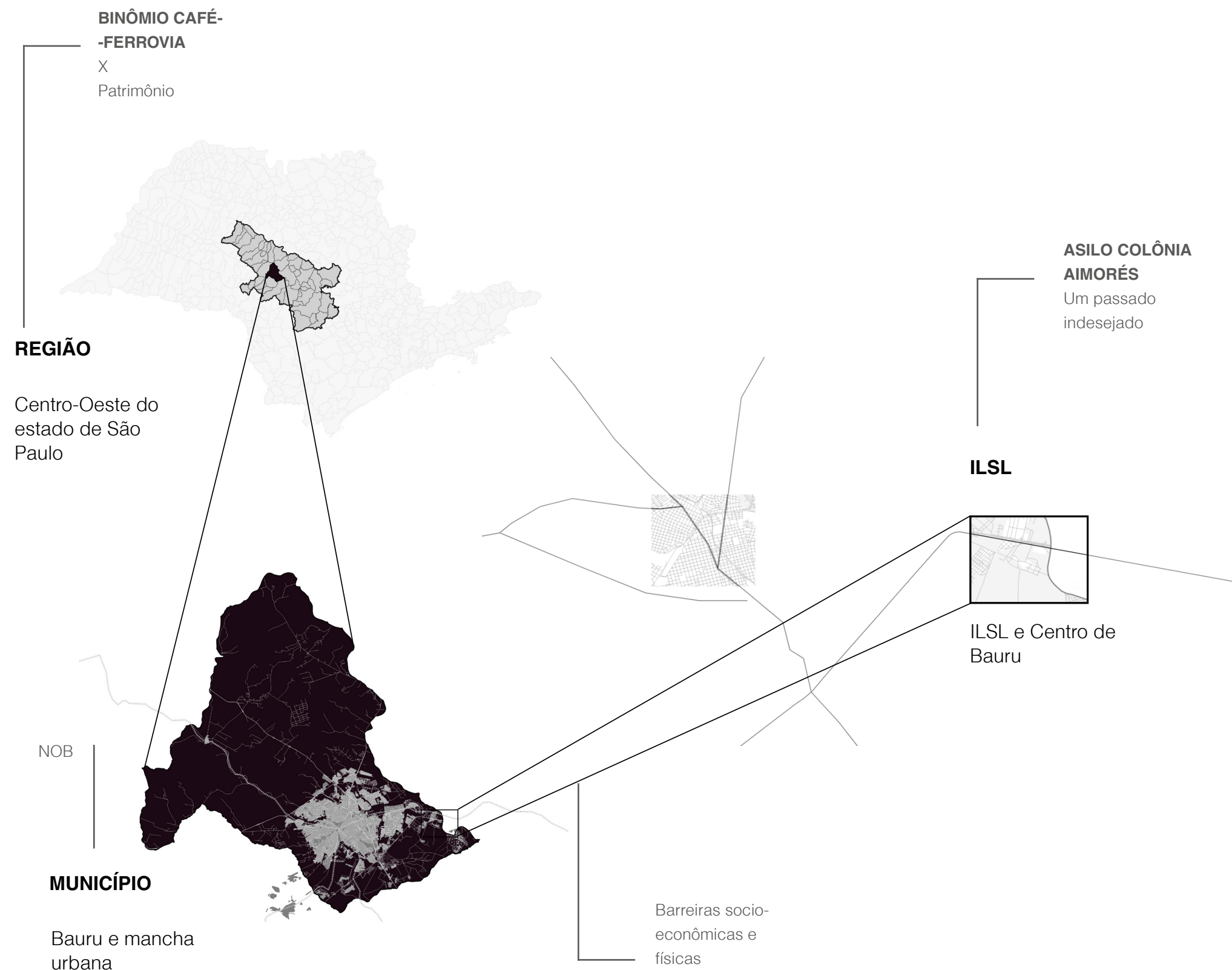
5.3.1 Rota histórico-cultural

Por meio da análise das diferentes apropriações do Cemitério, surgiu a iniciativa de criar uma rota histórico-cultural integrada a um programa de intervenção urbana em escalas regional, municipal e aproximada, abrangendo o antigo Asilo Colônia Aimorés. O objetivo central é incorporar à identidade do território do Centro-Oeste paulista uma memória que não apenas reconheça, mas também integre a experiência da dor como um processo essencial na compreensão da história.

Entre paisagem e memória, uma rede se delineia ancorada pela materialidade do espaço-tempo onde estão contextualizados. A paisagem, então, apreendida individual ou coletivamente, configura-se como objeto de informação e de esclarecimento, fun-

damental na construção de identidade, de cidadania e de integração social que compreenda o ex-Asilo Colônia Aimorés e o seu Cemitério na história de Bauru.

A proposta apoia-se no conceito do turismo cultural dada a potencialidade do sítio e o valor histórico do antigo Asilo Colônia Aimorés para a região intermediária do município. O turismo cultural é uma modalidade que busca, entre outros propósitos, a exploração de monumentos e sítios histórico-artísticos. Ele não apenas tem um impacto positivo na preservação desses locais, mas também contribui significativamente para a sua manutenção e proteção, enquanto atende aos seus próprios objetivos. Esta forma de turismo justifica plenamente os esforços exigidos da comunidade humana para a conservação desses patrimônios (Carta de Turismo Cultural, 1976).



O turismo cultural, contudo, não pode ignorar os impactos negativos da utilização descontrolada dos patrimônios. A preocupação primordial de preservar o patrimônio existente requer a definição de regras para limitar a visitação. Para garantir esse respeito, é essencial implementar políticas que forneçam orientações e equipamentos adequados, levando em conta as limitações de uso do bem.

Assim, na projeção da rota histórico-cultural, priorizou-se o respeito à integridade da paisagem, evitando qualquer interferência que pudesse comprometer a autenticidade do sítio. Um patrimônio difícil não pode forjar o passado doloroso em que está entreposto, não pode restringir o lugar da memória a simples gesto estético.

Escala regional

A proposta da rota histórico-cultural em escala regional surge através da sobreposição dos fatores que definem a identidade do Centro-Oeste paulista com as suas manifestações no território. O desenvolvimento de muitos núcleos urbanos do interior de São Paulo tem origem na expansão das linhas ferroviárias (Figura 119).

Considerando sua importância na formação destas cidades, pode-se afirmar que o binômio café-ferrovia desempenhou um papel crucial na construção identitária da região, especialmente na de influência

Figura 118

Mapa esquemáticos com escala de rota a ser proposta.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figuras 119 e 120

Mapas de rota histórico-cultural em escala regional e municipal, respectivamente.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

de Bauru. Como evidências desse crescimento e das inúmeras mudanças socioeconômicas que o seguiram, tem-se o vasto acervo arquitetônico e suas temporalidades – fazendas históricas do binômio café-ferrovia; acervo arquitetônico e seus tempos; museus, casas de cultura e afins.

A rota final delineou-se pela conexão entre os pontos de interesse mapeados, alinhadamente com as ferrovias da Cia. Paulista, Noroeste do Brasil e Sorocabana, e com as rodovias próximas dos municípios da região.

Escala municipal

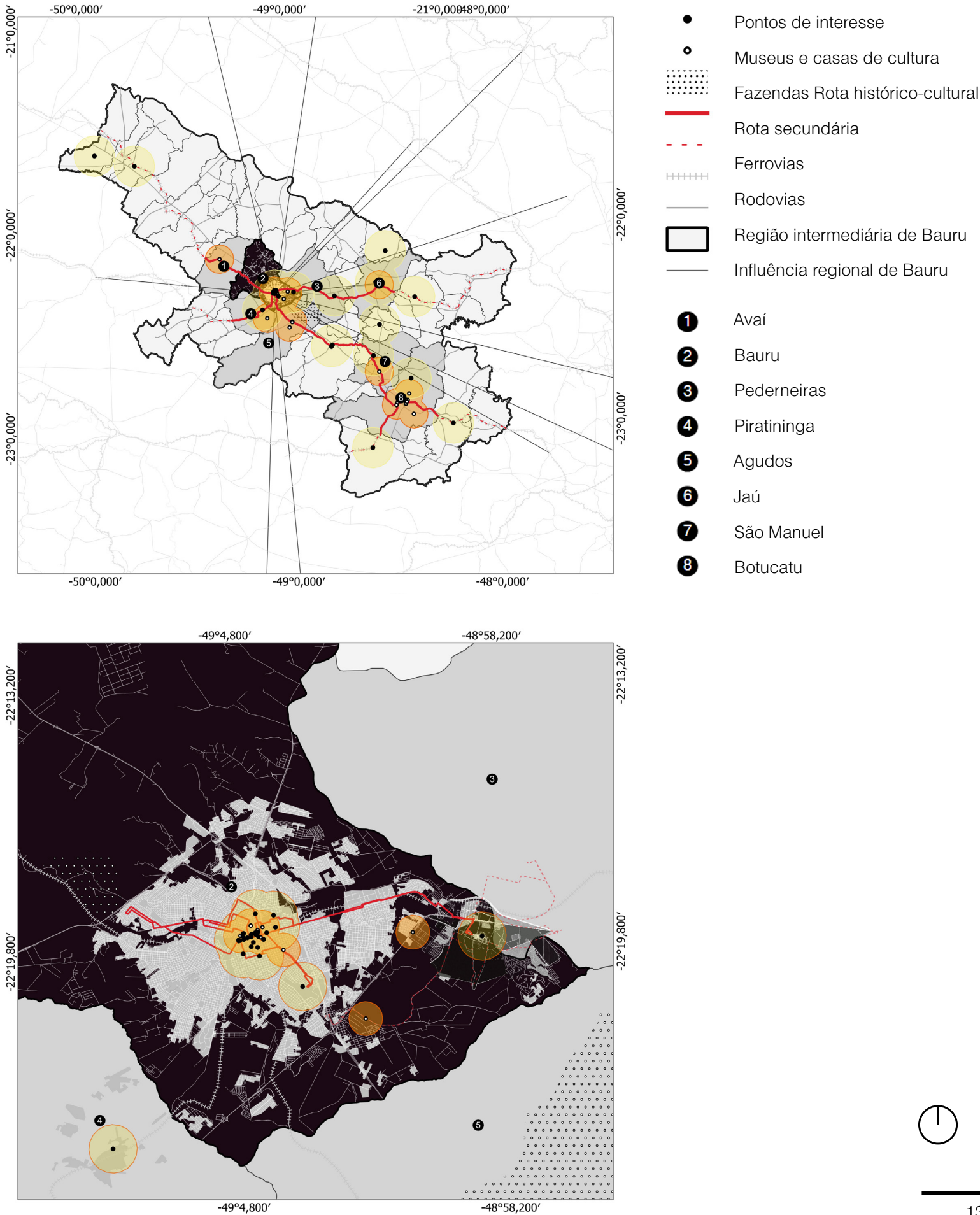
Na escala municipal, diante do isolamento geográfico do complexo do antigo Asilo Colônia Aimorés, atual ILSL, com o núcleo urbano de Bauru, a análise da apropriação da área orientou a projeção desta rota histórico-cultural (Figura 120).

Localizado a uma distância de 12,5 km do centro, a questão do transporte fortalece as barreiras físicas que isolam o

ILSL do núcleo urbano do município. As únicas linhas de ônibus que cobrem a área são: (8400) Distrito Industrial II - Centro e (9800) Santa Terezinha/Lauro de Souza Lima/Unimed - Centro. Em certos horários, essas linhas se estendem para outros bairros próximos.

A expansão das linhas de ônibus existentes até o ILSL não é viável devido à distância entre os pontos de partida e destino, que podem impactar negativamente a demanda de transporte já existente nos bairros de Bauru. Diante disso, surgiu a proposta de criação de uma linha de ônibus circular chamada Linha Centro-Histórica, conectando os pontos de interesse patrimonial do município. Essa linha operaria nos fins de semana, com uma frota reduzida e horários estabelecidos entre 08h30 e 16h00, em intervalos de 1h entre os ônibus.

A nova linha de ônibus incentivaria visitas através do transporte coletivo, facilitando a integração entre áreas urbanas e rurais do município. Isso seria alcançado por meio da criação de estruturas que aproximem as pessoas do patrimônio, evoquem a memória do local e proporcionem a compreensão do antigo Asilo Colônia Aimorés como parte importante da história de Bauru.



Escala do Instituto Lauro de Souza Lima

Na escala aproximada, a rota histórico-cultural é traçada com o objetivo de conectar os bens patrimoniais do antigo Asilo Colônia Aimorés (tombados pelo CONDEPHAAT) com o Cemitério (não tombado). Num contexto que agrupa paisagem, memória e educação patrimonial, uma rede com pequenas intervenções pode ser capaz de elucidar a memória da dor que atravessa estes patrimônios difíceis (Figura 121).

A materialidade desses lugares nos serve como guia, uma pista para desvendar a trama complexa da memória coletiva. É nessa busca que a proposta da rota ganha força. Os espaços de memória devem funcionar como peças interligadas de um sistema maior. A experiência da dor não será apagada por um memorial, mas sim pelo esforço comunitário, pela construção de mecanismos e incentivos públicos que possibilitem a reconstrução de uma história apagada, marcada pelo compromisso com o passado-presente-futuro.

Nessa rota, a educação patrimonial assume um papel importante. Através da disposição de pontos informativos por toda a extensão do complexo, a paisagem encarrega-se, por si própria, de despertar a consciência do visitante. Os pontos informativos são estruturas de acesso à informação

sobre a intervenção que se observa, divididos em duas categorias: de identificação dos marcos arquitetônicos e de sinalização cartográfica.

Os marcos arquitetônicos selecionados foram: (1) Portaria; (2) Portal do antigo Parlatório; (3) antiga Direção e Administração; (4) Campo de futebol; (5) Tribuna; (6) Bares; (7) Tablado de dança; (8) Quadra poliesportiva; (9) Antigos *Carvilles* Anita Costa e Araraquara; (10) Prédio da primeira igreja do asilo; (11) Coreto; (12) Antigo Cine Teatro e Cassino; (13) Igreja Nossa Senhora das Dores; (14) Calçamento; e (15) Cemitério, respectivamente.

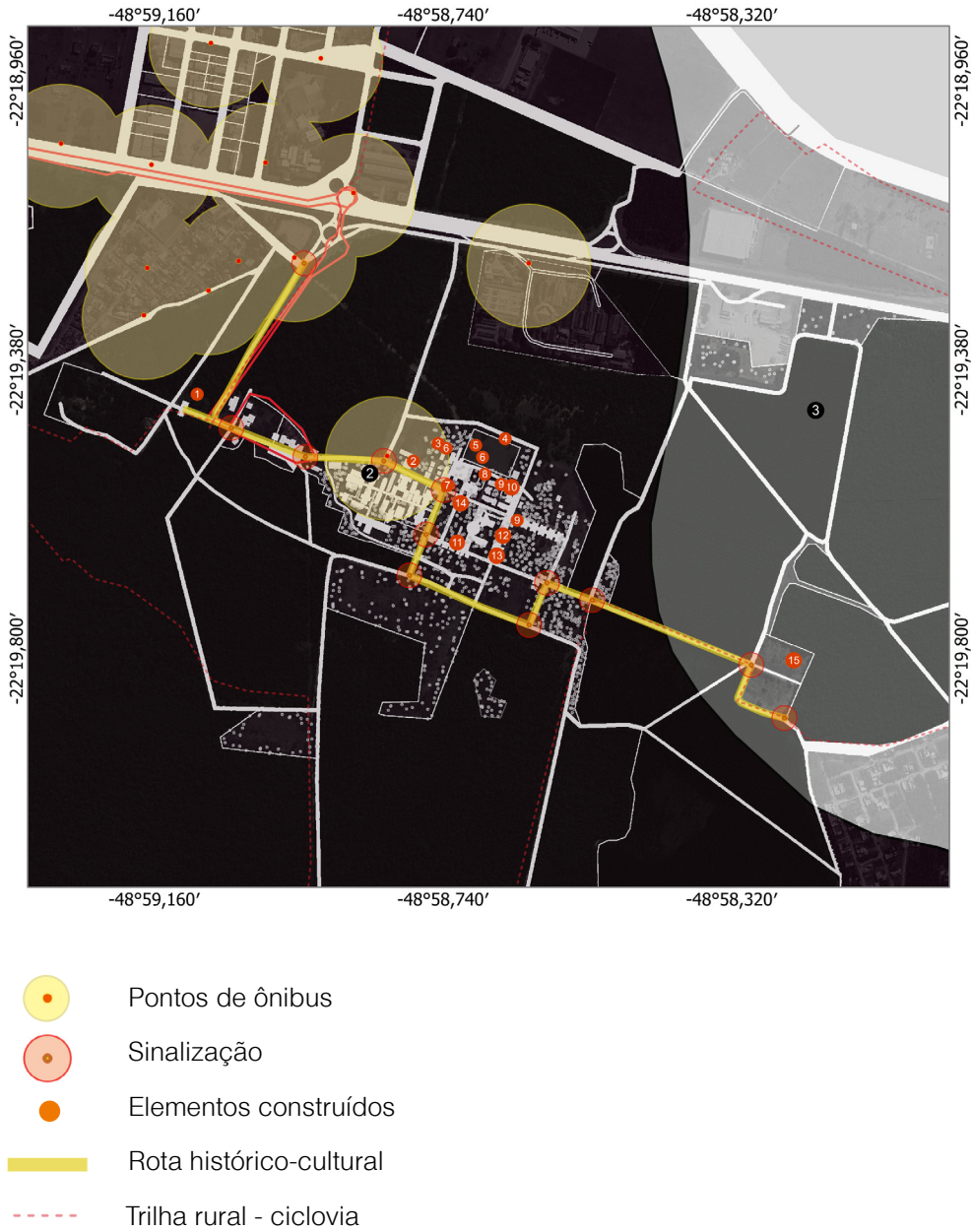
Para dar sentido de identidade visual na extensão da rota, os pontos informativos contam com uma linguagem homogênea: estrutura metálica em totem; enquadramentos dos marcos arquitetônicos em vidro – sobreposição de iconografia histórica do acervo do ILSL com a paisagem atual; e fonte Braille Neue, que combina o alfabeto romano com o braile.

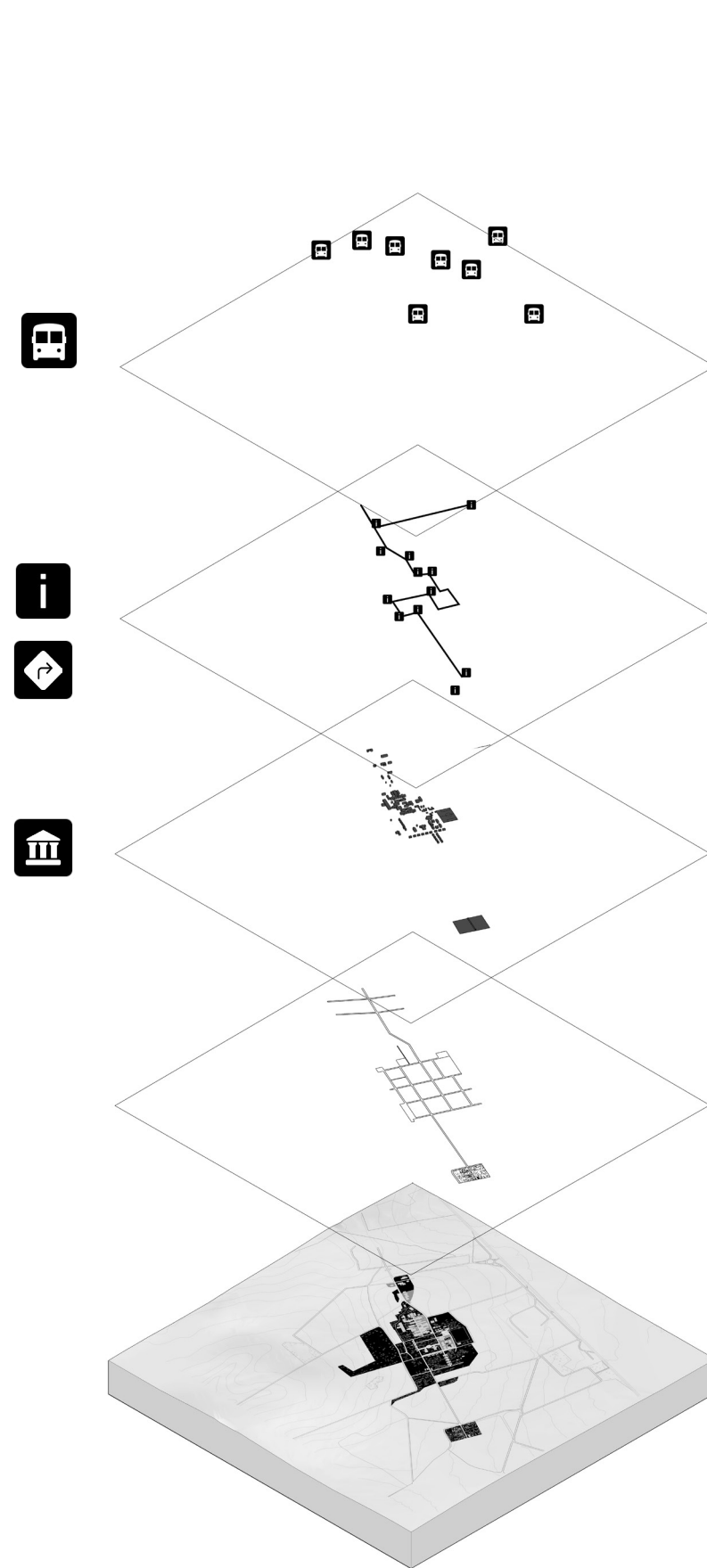
Também, para comportar as novas apropriações e as potencialidades já existentes da área, de transporte ativo (pedestrianismo e ciclismo), a indicação de uma legislação municipal que ofereça incentivos fiscais para imóveis envoltórios, destacadamente aqueles com potencial de transformação em pontos de apoio – pontos de hidratação, manutenção e descanso –, emerge como uma solução para superar as limitações do espaço.

Figura 121

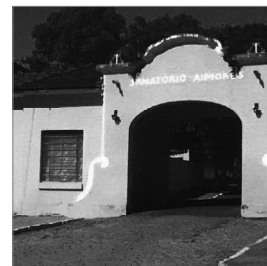
Mapa de rota histórico-cultural em escala do ILSL.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

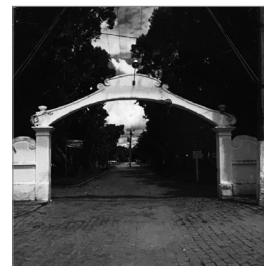




1
Portaria



2
Portal do antigo
Parlatório



3
Direção e
Administração



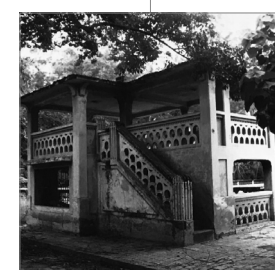
4
Campo de futebol



9 e 10
Carvilles Anitta Costa,
e Araraquara e
igrejinha



15
Cemitério



5, 6, 7 e 8
Tribuna, Bares,
Tablado de dança e
Quadra poliesportiva



11
Coreto



12
Cine Teatro e Cassino



13
Igreja Nossa Senhora
das Dores

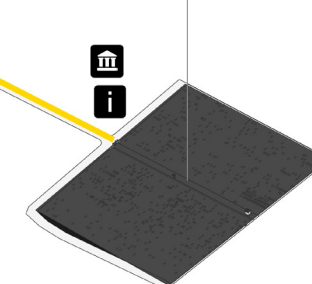


Figura 122
Fonte: Elabora-
ção autoral, 2023.

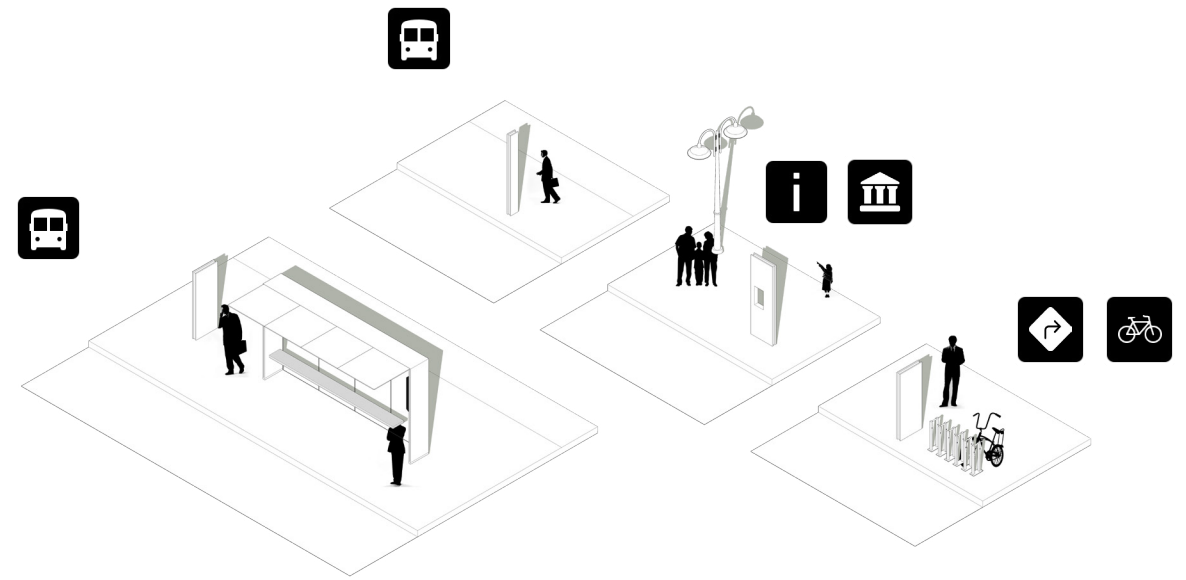
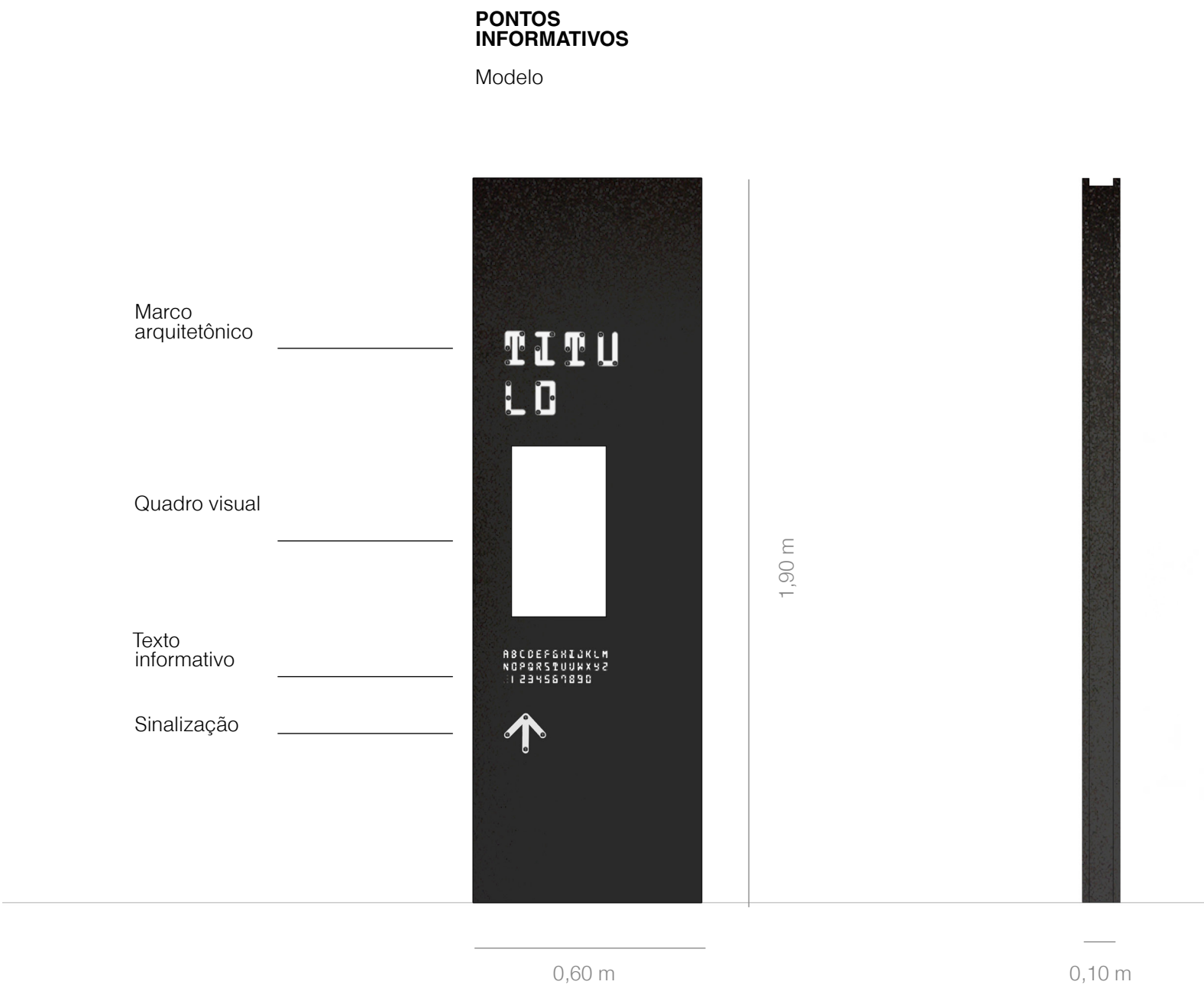


Figura 123 e 124
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Enfim, a rota traçada pelos marcos arquitetônicos nos leva organicamente até o final do percurso histórico-cultural do antigo Asilo Colônia Aimorés, da vida à morte. No Cemitério, emoções emergem nos vazios do espaço, suscitando memória, interpretação e significado. Na impossibilidade de compreender totalmente a experiência da dor, a literalidade do fato se dissolve pela paisagem. Para conservação do Cemitério, a integridade física do espaço foi respeitada, no empenho de não forjar o seu passado, por mais doloroso que seja.



Figura 125.

Perspectiva em colagem do Cemi-tério.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Considerações finais

Este trabalho chega à conclusão sem conclusões definitivas. Estas permanecem elusivas na busca contínua pela reflexão dos questionamentos levantados inicialmente: Quem foram estas pessoas? Quais foram os seus nomes? Quais foram as suas dores? **Aqui terminam as dores da vida?**

A questão do patrimônio difícil nos força a confrontar invisibilidades, a reconhecer quem e o que está representado pela materialidade da cidade. Devemos questionar quais memórias merecem ser preservadas, especialmente no contexto brasileiro, onde a atualização contínua da memória da dor nos obriga a encarar as tentativas de apagamento de determinados grupos na história recente do país.

É fundamental assegurar que essa memória não seja apenas preservada por aqueles que desejam esquecer, mas também por aqueles que necessitam lembrar, a fim de evitar a repetição dos erros do passado. Estabelecer marcos, museus e memoriais nos lembra da importância de reconhecer que a dor, o trauma e a perda são experiências históricas que devem ser

integradas em nosso processo de compreensão do mundo.

A visita a patrimônios marcados pela memória da dor suscita um sentimento de reverência diante da dor do outro. Estar nesses lugares nos desafia a considerar: A rememoração deve estar ancorada num lugar? A reparação necessita de evidência? Como definir com ética a visitação desses espaços?

A materialidade desses espaços nos ajuda a reconhecer a memória imaterial do qual se inserem. No entanto, quando o segregado continua sendo aquele que queremos segregar, enfrentamos desafios éticos. Como respeitar o desejo de anonimato por parte do grupo no processo de reconhecimento da barbárie? Como preservar a memória sem espetacularizar a dor? Como incorporar a estrutura remanescente no cotidiano da população local, transformando esses locais em parques, passeios, museus, onde a natureza gradualmente toma conta do que foi abandonado?

O Cemitério do antigo Asilo Colô-

nia Aimorés demonstrou ser um patrimônio para o grupo que continua vivendo no ILSL. Há um valor, um carinho, ainda que também haja uma parte do grupo para quem a memória da hanseníase continua sendo indesejada. Portanto, no patrimônio difícil, a memória coletiva deve se sobrepor à individual. O desejo de trazer à tona os nomes daqueles enterrados nos ex-asilos colônias de São Paulo, como um direito de quem sofreu suas consequências na pele, deve partir desta mesma população.

Concluindo com mais questionamentos do que respostas, talvez essa seja a importância deste trabalho, de provocação e de reflexão. As propostas desenvolvidas no ensaio projetual se esforçam para reconhecer da maneira mais ética possível o Cemitério como parte fundamental do restante edificado do antigo Asilo Colônia Aimorés, e como parte que deve ser incluída no perímetro de tombamento do CONDEPHAAT.

O Cemitério é uma expressão da experiência da dor. Lá, não terminam as dores da vida daqueles enterrados no sítio, pelo contrário, suas dores são perpetuadas pelos

vazios daquele espaço. E essa dor precisa ser reconhecida, precisa haver um esclarecimento sobre o passado.

Emprestando as palavras de Susan Sontag em Diante da Dor dos Outros, o sofrimento por vezes é tão massivo que qualquer intervenção parece ser desprovida de ética. Nesse contexto, somos confrontados com temas éticos complexos ao considerar não apenas a preservação desses patrimônios difíceis, mas também a forma como eles são fluidos e como devemos abordar sua visitação, conscientização e preservação. Talvez o tombamento do inexistente seja, mais do que instrumento jurídico de conservação, uma forma de reconhecimento das pessoas, das memórias e das vidas que se perderam todas. Não existe a possibilidade de construção de justiça social desprovida de esclarecimento sobre o passado.

Referências

ABRANTES, A. R. As práticas de preservação urbana a partir do uso das tecnologias digitais: SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. *In:* _____. **Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado**. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

BAURU. Prefeitura Municipal de Bauru. **Lei Municipal nº 2339, de 15/02/1982**. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Bauru (Lei de Zoneamento). Bauru, SP: Câmara Municipal, 1981.

_____. Prefeitura Municipal de Bauru. **Lei Municipal nº 4605, de 27/11/2000**. Denomina e regulamenta os usos na Área de Proteção Ambiental Vargem Limpa – Campo Novo. Bauru, SP: Câmara Municipal, 2000.

_____. Prefeitura Municipal de Bauru. **Lei Municipal nº 5631, de 22/08/2008**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. Bauru, SP: Câmara Municipal, 2006.

_____. Prefeitura Municipal de Bauru. **Plano Diretor de Turismo**. Bauru: SE-DECON – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda, 2017.

BATISTA, G. L. Patrimônios difíceis, demanda social e reparação nos Asilos Colônias em São Paulo. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, [s. l.], n. 32, p. 53-70, 2018. DOI: 10.36661/2238-9717.2018n32.10634. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10634>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto do Conselho de Ministros nº 968, de 7 de maio de 1962**. Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decreto-do-conselho-de-ministros-968-7-maio-1962-352366-norma-pe.html>. Acesso em 06 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007**. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11520.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

CAPORRINO, A. W.; UNGARETTI, A. A. P. Remanescentes de um passado indesejado: os estudos de tombamento dos exemplares da rede paulista de profilaxia e tratamento da hanseníase. **Revista CPC**, [s. l.], n. 21, p. 119-163, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v01esp21p119-163. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v01esp21p119-163>.

nível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111105>. Acesso em: 06 abr. 2023.

CASTRO, E. T. C. **Aqui também jaz um patrimônio**: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2008.

_____. Patrimônio cultural funerário. *In*: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. [orgs.]. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura. Carta de Atenas, 1933. *In*: CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. **Processo CONDEPHAAT nº 33189/1995**. Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Padre Bento, no município de Guarulhos. São Paulo: UPPH, 2011. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/complexo-padre-bento-antigo-sanatorio-padre-bento/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. **Processo CONDEPHAAT nº 28728/1991**. Estudo de tombamento de um imóvel para transformação de monumentos na sede de um museu para a hanseníase no município de Bauru. I vol. 09 nov. 2009a.

_____. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. **Processo CONDEPHAAT nº 28728/1991**. Estudo de tombamento de um imóvel para transformação de monumentos na sede de um museu para a hanseníase no município de Bauru. II vol. 09

nov. 2009b.

COSTA, A. P. S. **Asilos colônias paulistas**: análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DEMACAMP. **Texto base para discussão do Plano Diretor Participativo de Bauru e da Lei de Uso e Ocupação do Solo**. Bauru, 2020. Disponível em: https://uploads-ssl.webflow.com/5d63d97a-2f4948fa46e158e7/5f46e05bc9429d5d-2025cd7a_TB_rev.26ago20.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

DUCATTI, I. Discurso científico e legitimação política: hanseníase e isolamento compulsório (Brasil, século XX). **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 34, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2481>. Acesso em: 02 mai. 2023.

EIDT, L. M. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 76-88, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nXWp-zPJ5pfHMDmKZBqkSZMx/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da pri-

são. Tradução: Ligia Maria Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GRASSI, C. Estudos cemiteriais. *In*: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). ISBN 978-85-7334-299-4.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Edições Vértice. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

ICOMOS. **Carta de Turismo Cultural**. Paris, nov. 1976.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. [Brasília, DF]: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_inrc_2000.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

Instituto Lauro de Souza Lima. **Instituto Lauro de Souza Lima**. Disponível em: <http://www.ilsl.br/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

Instituto Pólis. Patrimônio, memória & diversidade: um olhar antirracista sobre monumentos da cidade de São Paulo. [São Paulo]: **Instituto Pólis**, 2023. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/patrimonio-memoria-diversidade/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

Blog Jaime Prado. **Jaime Prado**. Disponível em: <https://jpradoo.blogspot.com/search?q=cemitério>. Acesso em: 13 set. 2023.

LEVÍTICO. *In*: **Bíblia** Sagrada. Brasília:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2006.

MENEGUELLO, C. Patrimônios difíceis (sombrios). *In*: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. [orgs.]. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

_____; BORGES, V. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. **Patrimônio e memória**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 345-374, 2018. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/771>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MONTEIRO, Y. N. **Doença e estigma**. Revista de História, [s. l.], n. 127-128, p. 131-139, 1993. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.v0i127-128p131-139](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i127-128p131-139). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18694>. Acesso em: 29 maio. 2023.

_____. **Violência e profilaxia**: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. Saúde e Sociedade, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 3-26, 1998. DOI: [10.1590/S0104-12901998000100002](https://doi.org/10.1590/S0104-12901998000100002). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7016>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MORAES, D. L. **Auto-imagem, fotografia e memória**: contribuições de ex-internos do Asilo-Colônia Aimorés - SP. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NAPOLITANO, M. A guerra às estátuas e a política pública de memória: a queima da estátua do bandeirante Borba Gato acirrou ainda mais o debate sobre o que fazer com uma memória das violências do passado contra grupos subalternos dizimados e escravizados. **Nexo Jornal**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-às-estátuas-e-a-política-pública-de-memória>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 set. 2023.

PENHA, D. **Memória do Aimorés**: 7 retratos da internação compulsória. 1. ed. Bauru: [s. n.], 2014.

PORTO, C. L. **Reinventando um lugar de exclusão**: práticas, representações e sociabilidades de portadores do Mal de Hansen no Aimorés (Bauru, São Paulo, 1945 – 1969). 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 30.521, de 2 de outubro de 1989**. Transforma o Hospital “Lauro de Souza Lima” em Instituto “Lauro de Souza Lima”, dispõe sobre sua estruturação, organização e regulamentação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-30521-02.10.1989.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. **Processo CONDEPHAAT nº 28728/1991**. Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Aimorés, no município de Bauru. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção I, São Paulo, SP, vol. 126, n. 50, p. 314-315, 17 mar. 2016.

_____. Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. **Processo CONDEPHAAT nº 72097/2014**. Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Pirapitingui, no município de Itu. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção I, São Paulo, SP, vol. 127, n. 238, p. 58-59, 22 dez. 2017.

_____. Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. **Processo CONDEPHAAT nº 72140/2014**. Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Cocais, no município de Casa Branca. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção I, São Paulo, SP, vol. 128, n. 57, p. 48-49, 28 mar. 2018.

_____. Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. **Processo CONDEPHAAT nº 72143/2014**. Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Santo Angelo, no município de Mogi das Cruzes. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção I, São Paulo, SP, vol. 128, n. 212, p. 62-63, 10 nov. 2018.

SCHIAVON, T. **A Noroeste do Brasil e as paisagens industriais do Oeste de São Paulo**: a conformação do Patrimônio da Mobilidade no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2018.

Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru. Prefeitura Municipal de Bauru, 2022. **Mapas digitais**. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/seplan/mapas_digitais.aspx>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, A. P. **Asilos Colônias Paulistas**: análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, Lisboa, n. 4, p. 217-224, ago. 2000. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/932>. Acesso em: 22 de ago. 2023.

Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar”. **Estatuto Social**, aprovado pela Assembleia Geral de 27 de setembro de 2018. 2018.

SOUZA, O. R. **Ligeiras impressões de**

uma visita ao Leprosario Aymorés. Ouro Verde, Bauru, n. 24, p. 34-35, mar.-abr., 1937.

SUZUKI, C. A. **Lares roubados**: o habitar confinado do sistema asilo-colônia. 2018. Trabalho final de graduação (Graduação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2018.

VON SIMSON, O. R. M. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57. Acesso em: 11 set. 2023.



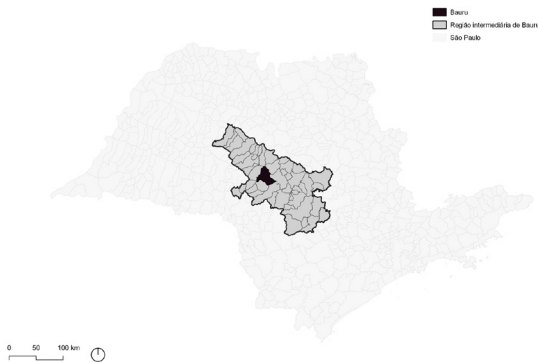
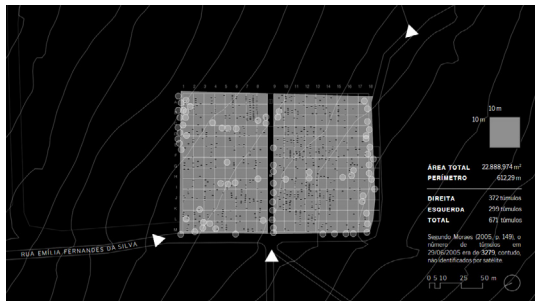
Figura 125

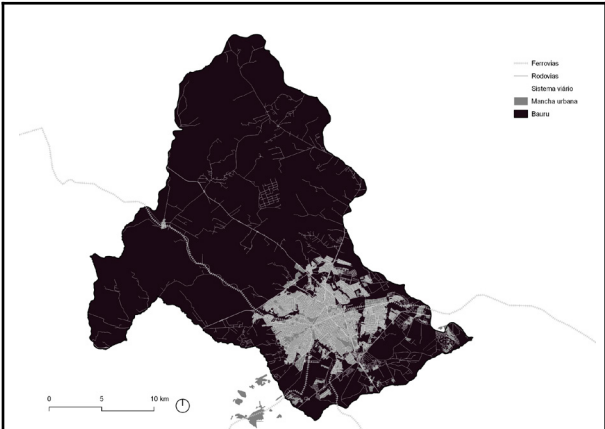
Imagem do Cemitério.

Fonte: Jaime Prado, 87

APÊNDICE A

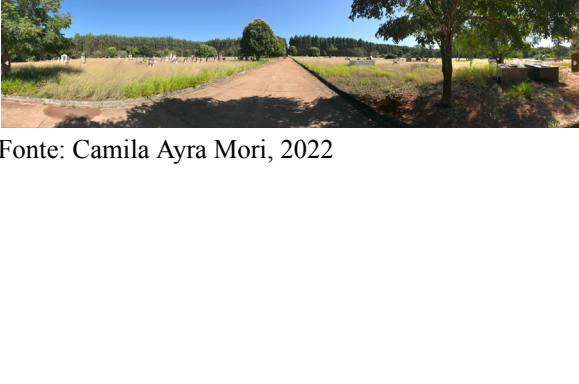
INVENTÁRIO DO BEM IMÓVEL – Sítio arqueológico e paisagístico – Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés

Ficha 01 – Contextualização		
1. Identificação		
1.1. Recorte territorial		
Região Sudeste; Centro-Oeste do estado de São Paulo; limites municipais de Bauru e Pederneiras		
1.2. Recorte temático		
Ex-rede paulista de profilaxia da hanseníase		
1.3. Identificação do objeto de análise		
Cemitério do antigo Asilo Colônia Aimorés, atual Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL)		
2. Localização do objeto de análise		
2.1. UF	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
SP	Bauru e Pederneiras	R. Emília Fernandes da Silva, s/n - Guaianás, Pederneiras - SP, 17280-000
2.4. Mesorregião(ões) – dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – dados IBGE
Bauru		Bauru e Jaú
2.6. Mapa de localização		
2.6.1. Em contexto com o estado		2.6.4. Em contexto com a quadra
		
Fonte: Elaboração autoral, 2023		Fonte: Elaboração autoral, 2023
2.6.2. Em contexto com o município		

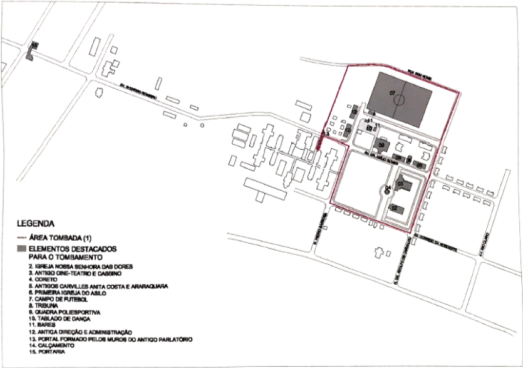
 Fonte: Elaboração autoral, 2023	
2.6.3. Em contexto com o bairro	
 Fonte: Elaboração autoral, 2023	

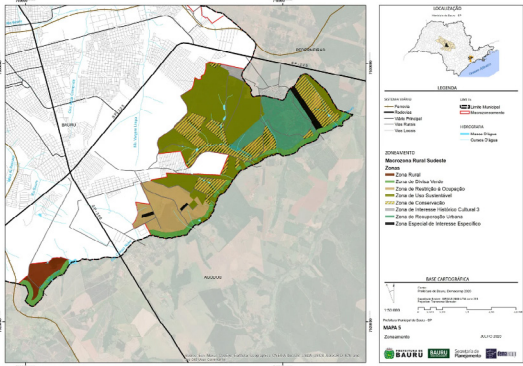
Ficha 02 – Contexto imediato
1. Contexto histórico
As ações de profilaxia da hanseníase, destacadamente nos séculos XIX e XX, diante da progressão de um debate científico mundial sobre a doença, encontrou “amplo apoio e sedimentação” pela população técnica, política e civil (Curi, 2002, p. 44 <i>apud</i> Costa, 2008, p. 28). Com a validação científica do medo, a institucionalização da hanseníase reiterou os estigmas milenares da “lepra”. Esse debate distorceu-se no país pela determinação do isolamento compulsório, orientado por duas correntes de uma elite técnica que Yara Nogueira Monteiro (1995) define como humanitários e isolacionistas. De 1924 a 1962, o Brasil utilizou a internação compulsória de pacientes de hanseníase como controle da doença na comunidade. Nessa circunstância, a medicina designou espaços de exclusão, controle e extinção da hanseníase: os asilos colônias (Costa, 2008). Esse modelo isolacionista consolidou, então, a deliberação de isolar aquilo que representava o risco de contaminação patológico, social e moral. A rede paulista destacava-se dos demais estados por sua administração independente da Federação. O Asilo Colônia Aimorés (1933) foi o último complexo a ser construído no estado de São Paulo. Este originou-se de uma associação firmada entre os municípios da região durante o Congresso Regional da Noroeste, em 1927. A ação deliberou a destinação de 10% das receitas anuais desses municípios suplementares à Comissão Pró-Leptos, para a construção de um hospital regional destinado a doentes com hanseníase.

2. Contexto geográfico e socioeconômico		
Em contexto geográfico, segundo o Diagnóstico do PDP do Município de Bauru de 2020, o setor no qual o ILSL está inserido possui vegetação de cerradão e cerrado, com predominância de terrenos colinosos com sensibilidade geoambiental média e, em menor ocorrência, terrenos colinosos dissecados com foco de erosão nas áreas com setores de encosta com declividade de 5% a 15%, na extensão de vales. A área apresenta alta restrição à ocupação, com causa de assoreamento em vários trechos do córrego Campo Novo. Apesar de estar classificado como rural – com propriedades concentradas em atividades rurais e glebas ocupadas por vegetação de relevância ambiental –, há a presença significativa de áreas urbanas, com forte presença de vazios e loteamentos de baixa ocupação (Vale do Igapó). O uso do solo mantém o perfil habitacional de médio e alto padrão, consolidados pelas construções de chácaras residenciais e de lazer. Não há a presença de povoados rurais significativos. O acesso principal à área pode ser realizado pela via de entrada do ILSL, Rua Lauro de Souza Lima, através da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, s/n - 226 - Distrito Industrial Marcus Vinícius Feliz Machado, Bauru - SP, 17034-971, mediante autorização da diretoria. O fim do perímetro tombado pelo CONDEPHAAT e o início do cemitério é dividido por um caminho único de estradas vicinais em terra batida, envolta por plantação de eucalipto de aproximadamente 435 m de comprimento (Google Earth) e 4.464,889 m² de área [Levantamento Planialtimétrico Cadastral da Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar” (SBECA)]. Os demais acessos podem ser realizados não oficialmente pelas vias dos bairros adjacentes à área, para as partes não institucionais do ILSL: Distrito Industrial Domingos Biancardi, Parque Santa Terezinha, Parque Industrial Manchester, Vale do Igapó e algumas chácaras próximas.		
3. Caracterização morfológica e tipológica do sítio/objeto de análise		
3.1. Morfologia da paisagem, características da implantação do bem		
O cemitério está implantado no fim do complexo do antigo Asilo Colônia Aimorés, atual ILSL, demarcado por um pórtico com a inscrição em latim “<i>Hic Finis Doloris Vitae</i>” (ou “Aqui terminam as dores da vida”). A implantação do antigo Asilo Colônia Aimorés localiza-se, como os demais exemplares da ex-rede asilar, distante do perímetro urbano de Bauru. Uma configuração ortogonal independente da topografia natural fragmentava o zoneamento do espaço. As avenidas – destacadamente: Avenida Rodrigo Romero, Avenida Doutor Abílio Gomes e Avenida Correio da Noroeste – operam como um eixo radial de distribuição das zonas São, Intermediária e Doente. A paisagem é dividida simetricamente por uma passagem central pavimentada: do lado direito (aproximadamente 372 túmulos), encontram-se túmulos com técnicas de ornamentação e materiais (rochas) mais sofisticados; do lado esquerdo (aproximadamente 299 túmulos), encontram-se túmulos com técnicas de ornamentação e materiais (cimento) mais simples. Em geral, os túmulos de ambos os lados estão identificados apenas por códigos numéricos, sem nomes, salvo raras exceções. A quantidade total de túmulos é de aproximadamente 671, identificados através do mapeamento via satélite do Google Earth. A distância entre os túmulos parece não seguir medida padrão. Pode-se concluir que o tempo de construção data da década de 1930, de ativação do Asilo Colônia Aimorés, até o presente (há conflito de informações quanto à desativação do cemitério). Também se destacam outros dois elementos construídos: uma cruz em pedestal no centro da passagem e uma edificação com altar simples e depóstico no final do sítio.		
4. Informações sobre usos e apropriações dos espaços		
4.1	Original	Cemitério para sepultamento dos doentes diagnosticados com hanseníase, compulsoriamente internados no antigo Asilo Colônia Aimorés. Era proibido o acesso de qualquer pessoa não autorizada no local. Os ritos fúnebres e confecção das lápides eram realizados pela própria comunidade asilar.
4.2	Atual	Cemitério remanescente do antigo Asilo Colônia Aimorés, com conflito de informações quanto à atividade ou inatividade do local – segundo a Diretoria do ILSL e SBECA, o cemitério está oficialmente desativado, contudo, parte dos entrevistados informou a realização de sepultamento em julho de 2023, de um ex-interno, no local.

		Local de visitação de ex-internos, familiares e outros associados para culto dos que estão enterrados no cemitério, destacadamente na data de Finados.
5. Seleção de imagens		
		
Fonte: Laura de Miranda Lima, 2022	Fonte: Camila Ayra Mori, 2022	
		
Fonte: Camila Ayra Mori, 2022	Fonte: Camila Ayra Mori, 2022	
		
Fonte: Lara de Arcocha Camargo, 2022	Fonte: Camila Ayra Mori, 2022	



Ficha 03 – Informação sobre a proteção existente		
1. Legislação incidente		
Não há legislação incidente sobre o bem.		
2. Informações sobre o processo de proteção		
O cemitério integra o complexo do antigo Asilo Colônia Aimorés, atual ILSL – tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, artístico, turístico, paisagístico e ambiental pelo CONDEPHAAT –, contudo, está fora do perímetro de proteção do órgão estadual.		
2.1. Número do processo	2.2. Classificação	2.3. Resolução do Tombamento
28728/91	Livro do Tombo Histórico nº 455, p. 137	Resolução SC - 21 - 15/03/2016
2.4. Pareceres sobre a proteção		
Proteção estadual aprovada pelo CONDEPHAAT em Sessão Ordinária de 26/04/2014, Ata 1.747, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do antigo Asilo Colônia Aimorés, no município de Bauru, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na mesma sessão.		
2.5. Polígono de proteção		
		
Fonte: CONDEPHAAT, 1997		

Ficha 04 – Caracterização dos setores					
1. Identificação dos setores de planejamento					
1.1. Critérios de normatização e planejamento do(s) setor(es)					
Especificadas pela Lei Municipal nº 2.339, de 15/02/1982, Lei de Zoneamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo de Bauru (LUOS); pela Lei Municipal nº 4.605, de 27/11/2000, de denominações e aprovação de usos na APA Campo Novo; e pela Lei Municipal nº 5.631, de 22/08/2008, Plano Diretor Participativo do Município de Bauru.					
1.2. Mapa(s) do(s) setor(es)					
					
Fonte: Seplan, 2020					
1.3. Descrição do(s) setor(es)					
- Setor de Planejamento Rural A; - Zona de Conservação; - Zona de Interesse Histórico-Cultural; - Zona de Recuperação Urbana.					
1.4. Indicações normativas e de planejamento para cada setor					
Conforme o Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Bauru de 2008 (Lei Municipal nº 5631 de 2008), a área está localizada ao sul do município, no setor de planejamento rural A, fora do perímetro urbano; na Zona de Conservação, em relação às unidades de conservação de proteção integral da APA Vargem Limpa - Campo Novo; na Zona de Interesse Histórico-Cultural, em relação à área correspondente do ILSL; e Zona de Recuperação Urbana, em relação ao loteamento do Vale do Igapó, implantado sem acesso viário, infraestrutura e saneamento adequado. O cemitério, objeto de inventariação, não está incluído em nenhuma das categorias anteriores – ainda, fora do perímetro municipal estabelecido por Bauru e Pederneiras, quase como um não-lugar. O ILSL está a uma distância aproximada de 12,5 km do centro de Bauru e 27 km do centro de Pederneiras.					

Ficha 05 – Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra					
1. Dimensão urbanística (raio de 500 m)					
1.1. Área [m²]		1.2. Infraestrutura disponível		1.3. Equipamentos	
22.888,974	Quadra		Pavimentação	X	Segurança

–	A.T. construída		Esgoto	X	Educação
–	A.T. ocupada		Água pluvial	X	Saúde
–	A.T. desocupada		Telefone	X	Lazer
–	A.T. lotes vagos		Iluminação pública	X	Templos religiosos
			Cabeamento		
			Gás canalizado		
2. Dimensão arquitetônica					
2.1. Estado de conservação		2.2. Estado de preservação		2.3. Uso	
	Ótimo		Íntegro		Residencial
	Bom		Pouco alterado		Comercial
X	Precário	X	Muito alterado		Serviço
	Em arruinamento		Descaracterizado		Institucional
	Arruinado			X	Outro
					Misto

Ficha 06 – Cadastro de bens					
1. Coordenadas geográficas			2. Propriedade		
Latitude	7.529.219,24		Pública	2.1. Proprietário Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar” (SBECA)	
Longitude	708.928,85	X	Privada		
Azimute	204°34’20”		Mista		
Erro Horiz. [m]	8,00		Outra		
3. Natureza do bem				4. Contexto	
X	Bem arqueológico			X	Rural
	Bem paleontológico				Urbano
X	Patrimônio natural				Entorno preservado
X	Bem imóvel				Entorno alterado
	Bem móvel			X	Forma conjunto
	Bem integrado				Bem isolado
5. Proteção existente				6. Proteção proposta	

			encontram-se túmulos com técnicas de ornamentação e materiais (rochas) mais sofisticados; do lado esquerdo (299 túmulos), encontram-se túmulos com técnicas de ornamentação e materiais (cimento) mais simples; em geral, os túmulos de ambos os lados estão identificados apenas por códigos numéricos, sem nomes, salvo raras exceções. A quantidade total de túmulos identificados é de aproximadamente 671. A distância entre os túmulos parece não seguir medida padrão. Neste, concentram-se manifestações simbólico-religiosas, como oferendas, homenagens e velários. O estado geral de conservação dos túmulos é precário, com materiais degradados pelo tempo aliado à falta de manutenção e vandalismo.				
D	Edificação com altar simples e depósito	s. d.	Edificação com altar simples e depósito traseiro em método construtivo de alvenaria simples, localizada no final da passagem central do cemitério. Neste, concentram-se manifestações simbólico-religiosas, como oferendas, homenagens e velários. O estado de conservação é precário e o estado de preservação é em processo de descaracterização, respectivamente, com materiais degradados pelo tempo aliado à falta de manutenção e vandalismo.				
1.4. Realizar levantamentos de algum imóvel?			Sim	X	Não	Quais?	
1.5. Realizar outros levantamentos?		X	Sim		Não	Quais?	A, B, D e C (este último, de levantamento quantitativo dos túmulos)

Levantamentos			
Identificação	Autoria	Localização e base disponível	Data
Fotografias	Autora	Acervo da autora	2022
Fotografias	Diversos	Reprodução	s. d.
Levantamento topográfico, implantação e plantas	Autora	Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru (Seplan); Google Earth; Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL); Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar” (SBECA)	2023
Planta original e mapa de perímetro tombado	Diversos	CONDEPHAAT	s. d.
Mapas geográficos	Autora	IBGE; Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru (Seplan); Google Earth; OpenStreetMap;	2023

		IDE-SP	
Fontes bibliográficas e documentais			
BAURU. Prefeitura Municipal de Bauru. Lei Municipal nº 2339, de 15/02/1982. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Bauru (Lei de Zoneamento). Bauru, SP: Câmara Municipal, 1981. _____. Prefeitura Municipal de Bauru. Lei Municipal nº 4605, de 27/11/2000. Denomina e regulamenta os usos na Área de Proteção Ambiental Vargem Limpa – Campo Novo. Bauru, SP: Câmara Municipal, 2000. _____. Prefeitura Municipal de Bauru. Lei Municipal nº 5631, de 22/08/2008. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. Bauru, SP: Câmara Municipal, 2006. _____. Prefeitura Municipal de Bauru. Plano Diretor de Turismo. Bauru: SEDECON – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda, 2017. CAPORRINO, A. W.; UNGARETTI, A. A. P. Remanescentes de um passado indesejado: os estudos de tombamento dos exemplares da rede paulista de profilaxia e tratamento da hanseníase. Revista CPC, [s. l.], n. 21, p. 119-163, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p119-163. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111105. Acesso em: 06 abr. 2023. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT nº 28728/1991. Estudo de tombamento de um imóvel para transformação de monumentos na sede de um museu para a hanseníase no município de Bauru. I vol. 09 nov. 2009a. _____. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT nº 28728/1991. Estudo de tombamento de um imóvel para transformação de monumentos na sede de um museu para a hanseníase no município de Bauru. II vol. 09 nov. 2009b. COSTA, A. P. S. Asilos colônias paulistas: análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. DEMACAMP. Texto Base Para Discussão do Plano Diretor Participativo De Bauru e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Bauru, 2020. Disponível em: <https://uploads-ssl.webflow.com/5d63d97a2f4948fa46e158e7/5f46e05bc9429d5d2025cd7a_TB_rev.26ago20.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022. Instituto Lauro de Souza Lima. Instituto Lauro de Souza Lima. Disponível em: http://www.ilsl.br/. Acesso em: 06 abr. 2023. MENEGUELLO, C.; BORGES, V. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. Patrimônio e memória, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 345-374, 2018. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/771. Acesso em: 06 abr. 2023. MORAES, D. L. Auto-imagem, fotografia e memória: contribuições de ex-internos do Asilo-Colônia Aimorés - SP. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. PORTO, C. L. Reinventando um lugar de exclusão: práticas, representações e sociabilidades de portadores do Mal de Hansen no Aimorés (Bauru, São Paulo, 1945 – 1969). 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 30.521, de 2 de outubro de 1989. Transforma o Hospital “Lauro de Souza Lima” em Instituto “Lauro de Souza Lima”, dispõe sobre sua estruturação, organização e			

regulamentação e dá outras providências. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-30521-02.10.1989.html . Acesso em: 11 abr. 2023.		
Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru. Prefeitura Municipal de Bauru, 2022. Mapas digitais . Disponível em: < https://www2.bauru.sp.gov.br/seplan/mapas_digitais.aspx >. Acesso em: 23 out. 2022.		
SILVA, A. P. Asilos Colônias Paulistas : análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.		
Sociedade Beneficente “Dr. Enéas de Carvalho Aguiar”. Estatuto Social , aprovado pela Assembleia Geral de 27 de setembro de 2018. 2018.		
SOUZA, O. R. Ligeiras impressões de uma visita ao Leprosario Aymorés. Ouro Verde , Bauru, n. 24, p. 34-35, mar.-abr., 1937.		
PENHA, D. Memória do Aimorés : 7 retratos da internação compulsória. 1. ed. Bauru: [s. n.], 2014.		
Preenchimento		
Entidade	UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Data
Responsável	Camila Ayra Mori	29/08/2023

